UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ELICELI KATIA BONAN

Diálogo não oficial no conflito israelo-palestino: os desafios do movimento pela paz após o colapso das negociações de Oslo

São Paulo
2017

ELICELI KATIA BONAN

Diálogo não oficial no conflito israelo-palestino: os desafios do movimento pela paz após o colapso das negociações de Oslo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo – IRI-USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Peter Robert Demant

Versão corrigida

A versão original encontra-se disponível na Biblioteca do Instituto de Relações Internacionais e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, documentos impresso e eletrônico.

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação*

Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Bonan, Eliceli Katia

Diálogo não oficial no conflito israelo-palestino: os desafios do movimento pela paz após o colapso das negociações de Oslo / Eliceli Katia Bonan -- Orientador: Peter Robert Demant. São Paulo: 2017.

110 p., il.

Dissertação (Mestrado) - Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo.

1. Resolução de conflitos. 2. Conflito israelo-palestino. 3. Movimento pela paz. 4. Diplomacia não oficial. 5. Diálogo. I. Demant, Peter Robert. II. Título.

CDD 327

FOLHA DE APROVAÇÃO

Eliceli Katia Bonan

Diálogo não oficial no conflito israelo-palestino: os desafios do movimento pela paz após o colapso das negociações de Oslo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Peter Robert Demant, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovada em: 22 de novembro de 2017.

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Peter Robert Demant
Universidade de São Paulo
Instituto de Relações Internacionais

Profa. Dra. Arlene Elizabeth Clemesha
Universidade de São Paulo
Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)

Prof. Dr. Tullo Vigevani
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências

"I always say that, with our work, we put cracks in the wall of hatred and fear that divides us in two sides. We create a crack where the light can come and we believe that a little light can drag away all this darkness"

- Rami Elhanan, Parents Circle Families Forum

"I don't have any illusion that we are moving like a train. In our work, it actually takes two steps forward and three steps back, or one step forward and ten steps back. Something in Gaza happens, everything almost collapses. Fear and anger comes in all over again. And we have to start over again, and again and again. Maybe we won't see the solution in our life time, of course we want to see results in our life time, but maybe what we are doing is to plant seeds for the next generations to take over. But what gives us satisfaction is that where so many are planting hatred, we are trying to plant different kinds of seeds that might have different results. It's not good enough, but it's better than nothing"

- Sami Awad, Holy Land Trust

"It is not impossible. If there is a will, there is a way"

- Janet Aviad, Peace Now

AGRADECIMENTOS

Porque d'Ele, por meio d'Ele e para Ele são todas as coisas. N'Ele está tanto o querer quanto o realizar deste trabalho. A Ele minha dedicação e maior gratidão!

Sou grata aos meus pais, Eliezer e Celi. Seu apoio incondicional permitiu-me chegar ao fim deste desafio. Vocês seguiram acreditando comigo, mesmo quando isso significou dar vários passos para trás na esperança de que resulte em alguns para frente. Sem vocês, eu não chegaria aqui. Sem vocês, eu não seria.

Agradeço imensamente aos queridos Paschoal e Cleusa Piragine. O suporte de vocês motivou-me a acreditar mais, a fazer melhor e a ir mais longe.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Peter Demant, por dar-me um voto de confiança naquele primeiro momento, quando ainda sabia tão pouco sobre o que queria fazer. Seus preciosos conselhos, suas ideias e palavras precisas fizeram toda a diferença. Mais do que tudo, sua empatia e profundo respeito por quem tem visões de mundo diferentes das suas ensinaram-me importantes lições sobre o que significa ser um verdadeiro intelectual.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Tullo Vigevani e Profa. Dra. Arlene Elizabeth Clemesha, por aceitarem a proposta de contribuir na discussão de um assunto pouco explorado no Brasil, pelas importantes considerações e apontamentos e pelo incentivo em prosseguir com a pesquisa.

Aos professores do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, em especial a Deisy de Freitas Lima Ventura, pela inspiração que és e pela extraordinária cordialidade. Também ao Prof. Dr. Rafael Villa, pelas primeiras orientações e conselhos.

Agradeço muitíssimo ao *Bethlehem Bible College*, pela recepção durante meu tempo de pesquisa e por me mostrar a hospitalidade palestina. *Shukran!* Em particular, a Bishara Awad, pelos preciosos momentos de conversa e por ser essa constante fonte de inspiração de que é possível derrotar o Golias do ódio com pequenas atitudes de Davi. *Thank you*, Juliet Naisbit: sua inesperada e alegre amizade tornou Cisjordânia e Israel lugares bem mais interessantes.

Sou grata aos grupos mencionados nesta pesquisa – *Combatants for Peace*, *Holy Land Trust*, *Kids4Peace*, *Musalaha*, *Palestine-Israel Journal*, *Parents Circle*, *Peace Now* e *Wi'am*, pela disponibilidade em receber-me, responder meus questionamentos, prover informações sobre seu trabalho e permitir-me participar das atividades. Também a cada entrevistado mencionado aqui, que ofereceu seu tempo para falar de um tema tão delicado como este. Em especial, agradeço imensamente ao brasileiro-israelense Boris Lederman de *Combatants for*

Peace, pela amizade, disposição em mostrar-me a realidade local e preciosas explicações foram um achado! A todos, *Toda Raba, Shukran, Thanks!*

A JOCUM São Paulo, pela hospitalidade jocumeira, o “cafofo” e os cafés que me fizeram sentir bem-vinda e querida. Vocês são minha família em São Paulo! Obrigada também aos queridos Arlis e Ana Maximiano, da JOCUM Curitiba, por intermediarem esse contato. Seu cuidado por mim emociona.

Não posso esquecê-las, meninas! Ana Maria da Cruz, sequer tenho palavras. Obrigada e *shukran* por TUDO, e por tudo o mais! Priscila Ribeiro Caserta, sua torcida incansável é uma grande motivação. Você é maravilhosa! Régia Félix da Silva, Deise Bragagnollo, Andrea de Carvalho e Giane Paiva. Em momentos bem específicos de desânimo, vocês fizeram-me entender que seguir em frente não era a decisão mais fácil ou agradável, mas era a mais acertada. Tudo bem ir mais devagar, se isso significasse ir mais longe. Guímel Penha, sua amizade e orientações ajudaram esta garota do campo a sobreviver na “Selva de Pedra”. Obrigada!

Agradeço ainda à CAPES, pelo apoio financeiro na reta final do mestrado.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ALLMEP	<i>Alliance for Middle East Peace</i>
AP	Autoridade Palestina
BDS	Boicote, Desinvestimento e Sanções a Israel
BtS	<i>Breaking the Silence</i>
CFP	<i>Combatants for Peace</i>
CRIHL	<i>Council of Religious Institutions of the Holy Land</i>
DCO	<i>District Coordination Office</i>
ECCP	<i>European Center of Conflict Prevention</i>
FDI	Forças de Defesa de Israel
HLT	<i>Holy Land Trust</i>
IAM	<i>Israel Academia Monitor</i>
IISS	<i>International Institute for Strategic Studies</i>
IPCRI	<i>Israel-Palestine Center for Research and Information</i>
K4P	<i>Kids4Peace</i>
MAPAM	<i>Mifleget HaPoalim HaMeuhedet, United Workers Party of Israel</i>
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
P2P	<i>People-to-People</i>
PACBI	<i>Palestinian Campaign for the Academic and Cultural Boycott of Israel</i>
PCFF	<i>Parents Circle Families Forum</i>
PCR	<i>The Palestinian Center for Rapprochement Between People</i>
PIJ	<i>Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture</i>
PRIME	<i>Peace Research in the Middle East</i>
PSR	<i>Palestinian Center for Policy and Survey Research</i>
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabelas:

Tabela 1 – Visão geral das OSCs deste estudo.....	19
Tabela 2 – Setores de diplomacia e o papel do diálogo não oficial.....	33

Figuras:

Figura 1 – Níveis de cooperação no processo de diálogo.....	35
Figura 2 – Placas anunciam que a entrada israelense nas Áreas “A” é proibida.....	68
Figura 3 – Muro da Cisjordânia visto a partir de Beit Jala, cidade vizinha a Belém	71
Figura 4 – A Palestina não está incluída no <i>Google Maps</i>	75

RESUMO

Este trabalho analisa a criação e manutenção dos espaços de diálogo não oficial entre as sociedades israelense e palestina após o fracasso do Processo de Paz de Oslo. Sendo que a atuação da sociedade civil foi considerada fator fundamental para o início das negociações na década de 1990, a pesquisa investiga como a falência das conversas oficiais afetou o movimento pela paz. Em particular, foca nos desafios enfrentados por organizações da sociedade civil – OSCs, que promovem diálogo em vistas à resolução do conflito e nas estratégias que usam para lidar com eles. Os resultados apresentados são produto de uma pesquisa qualitativa, conduzida durante dez semanas em Israel e na Cisjordânia, com oito organizações locais. Os desafios levantados pela pesquisa são: 1) senso de desesperança de que o conflito ainda possa ser resolvido leva a um alcance mínimo de pessoas pelo movimento pela paz; 2) barreiras físicas e psicossociais tornam escassos os espaços compartilhados e os indivíduos mais resistentes ao diálogo; 3) debate sobre antinormalização na sociedade palestina vê diálogo como normalização e ativistas pela paz como “agentes do inimigo”; 4) pressão a OSCs e ativistas pela paz em Israel por meio de leis e propostas de leis, desacreditando-os e rotulando-os como “agentes estrangeiros”, trabalhando por interesses contrários aos do Estado. Diante das dificuldades, conclui-se que o papel do diálogo não oficial é marginal e praticamente irrelevante para a retomada de negociações. No entanto, as estratégias usadas pelas OSCs mostram que o diálogo possui enorme potencial diante do atual impasse político, como espaço derradeiro em que as sociedades podem se encontrar e estabelecer relações de confiança, tolerância e respeito mútuo, primordiais para qualquer processo de paz.

Palavras-chave: resolução de conflitos, conflito israelo-palestino, movimento pela paz, diplomacia não oficial, diálogo.

ABSTRACT

The present study analyzes the creation and maintenance of spaces for unofficial dialogue between Israeli and Palestinian societies after the failure of the Oslo Peace Process. Civil society was considered a key factor in starting negotiations in the 1990s. From that, the research investigates how the crash of official talks affected the peace movement. In particular, it focuses on the challenges faced by civil society organizations – CSOs, promoting dialogue in order to solve the conflict and the strategies they use to deal with them. The findings are the result of a qualitative research conducted over 10 weeks in Israel and the West Bank with eight local organizations. The main challenges pointed by the research are: 1) a sense of hopelessness that the conflict can still be solved leads to a minimum reach of people by the peace movement; 2) physical and psychosocial barriers make shared spaces scarce and individuals more resistant to dialogue; 3) the anti-normalization debate in Palestinian society sees dialogue as normalization and peace activists as “agents of the enemy”; 4) pressure on CSOs and peace activists in Israel through laws and bills, delegitimizing them and labeling them as “foreign agents”, working for interests contrary to the State. In the face of difficulties, it is concluded that the role of unofficial dialogue is marginal and practically irrelevant for the resumption of negotiations. However, the strategies used by the CSOs shows that dialogue has enormous potential in the face of the current political impasse, as the ultimate space in which societies can meet and establish relationships of trust, tolerance and mutual respect, which are paramount to any peace process.

Key-words: conflict resolution, Israeli-Palestinian conflict, peace movement, non-official diplomacy, dialogue.

SUMÁRIO

Introdução	13
1 Diálogo não oficial e resolução dos conflitos armados contemporâneos	20
1.1 Conflitos prolongados e sua dinâmica.....	21
1.2 Diplomacia em setores como resposta aos conflitos contemporâneos	28
1.3 A ferramenta de diálogo: potenciais e limitações.....	33
2 O diálogo não oficial no conflito israelo-palestino.....	38
2.1 Primeiros contatos: o diálogo não oficial em 1970 e 1980.....	42
2.2 Anos dourados do movimento pela paz: o diálogo não oficial na década de 1990.....	48
3 Os desafios atuais do diálogo não oficial entre israelenses e palestinos	53
3.1 Desesperança quanto ao fim do conflito e apatia social.....	54
3.1.1 <i>A construção de um ambiente de desesperança</i>	<i>56</i>
3.1.2 <i>Como afeta movimento pela paz e iniciativas de diálogo</i>	<i>59</i>
3.2 Restrição de movimento e segregação psicossocial e espacial.....	66
3.2.1 <i>Barreiras físicas</i>	<i>67</i>
3.2.2 <i>Barreiras psicológicas.....</i>	<i>76</i>
3.3 Debate normalização e antinormalização	81
3.3.1 <i>Antinormalização e OSCs mistas</i>	<i>83</i>
3.3.2 <i>Antinormalização e OSCs palestinas</i>	<i>86</i>
3.4 Deslegitimação do movimento pela paz.....	88
3.5 Estratégias frente às dificuldades	93
3.5.1 <i>Lidando com as restrições de movimento e regime de permissões</i>	<i>93</i>
3.5.2 <i>Internet, mídias e outros meios de comunicação</i>	<i>95</i>
3.5.3 <i>Histórias pessoais para criar experiências positivas.....</i>	<i>96</i>
3.5.4 <i>Flexibilidade</i>	<i>98</i>
3.5.5 <i>Encontro no deserto</i>	<i>99</i>
3.5.6 <i>Tours guiados na Cisjordânia</i>	<i>99</i>
3.5.7 <i>Dialogar com extremos</i>	<i>100</i>
3.5.8 <i>Trabalho conjunto</i>	<i>101</i>
Conclusão	102
Referências Bibliográficas	106
Anexo 1	113

INTRODUÇÃO

2017 é um importante ano no contexto do conflito israelo-palestino. Ele marca os 50 anos da ocupação de Israel nos Territórios Palestinos e os 100 anos da Declaração de Balfour, um dos marcos iniciais da disputa. Em 2018, por sua vez, Israel celebra os 70 anos de criação de seu Estado, o que, para os palestinos, é o aniversário de sete décadas da *Al-Nakbah*, a grande catástrofe, cujo resultado foi um extenso êxodo da população árabe devido à guerra civil de 1947-9 e as ondas de violência das décadas anteriores. Apesar do longo e desolador histórico de hostilidades, um desfecho parece estar longe de acontecer. Em um complicado cenário regional e internacional, com lideranças políticas que se mostram desinteressadas em qualquer iniciativa de negociação, o conflito israelo-palestino permanece num impasse.

Se governos falham em resolver suas disputas, essa tarefa, muitas vezes, recai sobre sua população. Vários são os exemplos da sociedade civil, definida como uma esfera de atuação intermediária entre Estado e indivíduos (WHITE, 2004; MERLE, 1981), agindo para pôr fim a conflitos armados em locais como Irlanda do Norte, Colômbia, Nigéria, Camboja, Guatemala, Índia e África do Sul (ver: ECCP, 1999 e VAN TONGEREN et al., 2005).

A ação da sociedade civil na construção da paz é acentuada no cenário pós-Guerra Fria, quando inúmeros conflitos regionais, intra e internacionais revelam-se, fazendo crescer a necessidade por novas abordagens e estratégias de resolução. Porém, já antes disso, a importância de trabalhar com comunidades hostis e, igualmente, da atuação dessas comunidades para solucionar as próprias disputas foi destacada por Johan Galtung (1976), John Burton (1969; 1990) e Herbert Kelman (1972), considerados pioneiros da Escola de Resolução de Conflitos, uma área interdisciplinar que agrega conceitos particularmente de Relações Internacionais, Psicologia Social e Sociologia.

Nos estudos de construção da paz e de resolução de conflitos, por sua singularidade, durabilidade e pela junção de intrincados elementos, a disputa entre israelenses e palestinos é considerada laboratório de análise, bem como de prática de estratégias de resolução. Dentro disso, importante ferramenta foram os workshops de diálogo não oficial, ou diálogo da sociedade civil, entre israelenses e palestinos iniciados no final da década de 1970. Em um momento em que as comunidades viviam extremamente apartadas, a sociedade civil quebrou o gelo, alterando as dinâmicas de guerra e paz na região e levando a um mar de mudanças na opinião pública, o que influenciou, de forma direta e indiretamente, o início de um processo de paz na década de 1990 (DEMANT, 1996).

De fato, nessa área de estudo, consideram-se os esforços da sociedade civil israelense e palestina antes e durante o Processo de Paz de Oslo, entre 1993-2000, como exemplo de sucesso e evidência da tese de que, na ausência de negociações oficiais, contatos informais entre cidadãos de sociedades em disputa são importantes instrumentos da construção da paz, preenchendo o vácuo da ausência de diálogo oficial, sofisticando o debate político quando um processo de paz é iniciado e dando suporte às negociações.

No entanto, o Processo de Paz não teve êxito. A última tentativa de negociações do período, em Camp David II, em 2000, fracassa quando inicia-se uma nova onda de violência perpetrada por grupos contrários às negociações. A Segunda Intifada, como o episódio ficou conhecido, levou para longe as esperanças de um entendimento e marcou uma nova fase na disputa, ainda mais violenta.

Em vista do retrocesso nas conversas para a paz, muito já foi dito sobre o papel do diálogo não oficial (ver ABUZAYYAD, 2012; DAVIES, J.; KAUFMAN, E, 2002; BAR-ON, 2008; HERZOG, 2006; KAUFMAN, 2005; PUNDAK, 2005; FISCHER, 2011; FISHER, 2009; ROPERS, 2004). Portanto, esta pesquisa não pretende, pontualmente, discutir se é verdadeira a premissa defendida nessa linha, de que o trabalho conjunto entre comunidades disputantes de fato contribui para a construção da paz. Antes, busca trilhar um caminho um pouco diferente e entender o que acontece com as iniciativas conjuntas quando a paz não é alcançada. Ou seja, quer compreender como os projetos de diálogo não oficial foram afetados pelo cenário político pós-Oslo.

Logo, busca responder à pergunta: De que forma o diálogo não oficial, promovido por organizações da sociedade civil – OSCs, do movimento pela paz israelo-palestino, é afetado pelo fracasso no Processo de Paz de Oslo e agravamento do conflito nos últimos 17 anos? Como perguntas secundárias, tem-se: a) Quais são as dificuldades enfrentadas hoje pelas OSCs que promovem diálogo? b) Qual o impacto desses desafios ao seu trabalho? c) Quais são as estratégias usadas para lidar com os desafios?

Ao responder essas perguntas, a pesquisa pretende contribuir para o desenvolvimento do campo de Relações Internacionais, de forma geral, e de resolução de conflitos, em particular, na medida em que ajuda a avançar aspectos teóricos inerentes às relações de causa e efeitos da sociedade civil na construção da paz, e empíricos, de abordagens de gerenciamento de conflitos armados contemporâneos, em particular o conflito israelo-palestino. Justifica-se, ainda, pela lacuna de estudos em relação à dinâmica dos processos macros intervindo nos micros, ou seja, neste caso, do colapso de Oslo afetando os grupos da sociedade civil, e não o contrário. Em

relação ao contexto brasileiro, a relevância da pesquisa se dá pela escassa produção na área de resolução de conflitos.

Tem-se como marco teórico deste trabalho estudos que apontam o diálogo não oficial como ferramenta essencial nos esforços de construção da paz. Aqui, diálogo caracteriza-se como o método de colocar em contato pessoas cujos grupos sociais, étnicos, religiosos ou nacionais estão em guerra, com a presença de facilitadores ou não, tendo como objetivo quebrar estereótipos a respeito do outro, aumentar a compreensão mútua, discutir os problemas compartilhados e propor soluções conjuntas a eles, as quais podem vir a ser propostas usadas em eventuais negociações (BURGESS; BURGESS, 1997; KAUFMAN, 2005; FISHER, 2009; BARNES, 2005; ROPERS, 2004).

O uso do diálogo, por sua vez, integra um método de diplomacia não oficial, ou diplomacia em setores, que se diferencia da diplomacia oficial por ser praticada por atores não estatais, ou seja, a sociedade civil. A diplomacia não oficial tem como objetivo tanto reduzir a violência entre sociedades em guerra, quanto tratar de questões de direitos humanos e desenvolvimento econômico de áreas de conflito. Contudo, seu objetivo supremo é influenciar as massas, bem como pressionar lideranças políticas para a paz (DAVIES; KAUFMAN, 2002; REIMAN, 2004).

O trabalho apropria-se, igualmente, do conceito comumente utilizado nessa linha de pesquisa de identificar o conflito israelo-palestino como um conflito intratável. A definição é do israelense Daniel Bar-Tal (2000), para quem conflitos intratáveis são prolongados, violentos, de soma zero e cujas reivindicações vão além de questões objetivas, como território, água ou solo, e envolvem questões subjetivas, como identidade nacional, necessidades e interesses étnicos e religiosos, e disputas de narrativas históricas relacionadas a um território. São conflitos que escapam da lógica política de esforços diplomáticos e de se fazer concessões para alcançar a paz. Eles produzem uma estrutura psicossocial à qual o autor chama de *ethos* de conflito, uma orientação dominante na sociedade que molda percepções, crenças, atitudes e as motivações de todos os seus membros. Ou seja, estão enraizados em todas as áreas das sociedades em disputa.

Em conflitos intratáveis, as estratégias diplomáticas formais de resolução, como bons ofícios, mediação, arbitragem ou conciliação, mostram-se ineficazes para resolver questões mais profundas e a raiz das hostilidades. Fazem-se necessárias outras formas de abordagem, que possam ser complementares aos meios formais e funcionem de forma interativa, sendo o diálogo não oficial uma dessas ferramentas (FISHER, 1997).

Para responder à pergunta e alcançar seu objetivo geral desta pesquisa, de determinar se é possível a criação e manutenção de espaços de diálogo quando há um retrocesso nas conversas sobre paz, investigam-se, em primeiro lugar, as dificuldades enfrentadas atualmente por grupos da sociedade civil que promovem ou já promoveram diálogo e, em segundo lugar, quais são os meios que encontram para superar essas dificuldades. Como estudos de caso, foram escolhidas oito OSCs em atuação em Israel e nos Territórios Palestinos. São elas: *Peace Now*, *Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture* – PIJ, *Wi'am, Holy Land Trust* – HLT, *Parents Circle Families Forum* – PCFF, *Musalaha*, *Kids4Peace* – K4P, e *Combatants for Peace* – CFP (ver Tabela 1 e Anexo 1 para descrição completa). As organizações foram escolhidas por sua expressividade no contexto local. Contudo, fator relevante também foi a disponibilidade dessas OSCs em participarem do estudo.

A obtenção de dados dá-se por meio de: entrevistas semiestruturadas com fundadores, diretores e ativistas das OSCs; análise de documentos dos grupos pesquisados e a respeito deles (relatórios anuais, publicações acadêmicas, publicações em mídia on-line e impressa, etc); observação participante das atividades dos grupos; bem como pela experiência da pesquisadora de morar por dez semanas na Cisjordânia, na cidade de Belém, ao lado do Muro e a 500 metros do Checkpoint 300, que divide Belém de Jerusalém, vivenciando a realidade da ocupação e das hostilidades.

Para garantir a triangulação de informações, trabalha-se com duas organizações com liderança palestina (*Wi'am, Holy Land Trust*), uma israelense (*Peace Now*), uma internacional (*Kids4Peace*), três mistas (*Palestine-Israel Journal*, *Parents Circle* e *Combatants for Peace*) e uma registrada em Israel, cujo fundador/diretor é um palestino-israelense (*Musalaha*). Ainda, no intuito de perceber quais desafios foram produzidos pela falha em alcançar a paz, a variável independente deste estudo, duas das OSCs escolhidas estão em atuação há mais de 10 anos e as outras seis há mais de 20 anos. Conjuntamente, para ampliar entendimentos, outras entrevistas foram realizadas com figuras proeminentes dentro do movimento pela paz israelo-palestino, bem como com críticos e opositores do diálogo, além de organizadores locais da campanha de Boicote, Desinvestimento e Sanções a Israel – BDS.

O trabalho estrutura-se em três capítulos. Primeiramente, discorre, ainda que não exaustivamente, a respeito dos conceitos teóricos adotados na pesquisa, analisando a dinâmica dos conflitos armados contemporâneos, muitos deles intratáveis, a abordagem de diplomacia não oficial para gerenciá-los e, por fim, os potenciais e limitações da ferramenta de diálogo. Em seguida, descreve brevemente o uso de diplomacia não oficial e diálogo entre israelenses e palestinos, as iniciativas de trabalho conjunto do movimento pela paz e sua influência no

Processo de Paz de Oslo. Por último, são apresentados os resultados da pesquisa de campo, ou seja, os desafios enfrentados atualmente pelas OSCs escolhidas, bem como as principais estratégias usadas para se manterem em atuação.

Finalmente, por ser uma questão que envolve uma disputa por vezes ideológica e de narrativas históricas, faz-se necessário explicar a escolha dos termos usados neste trabalho. Segue-se a linguagem adotada pela escola de resolução de conflitos e também pelo movimento pela paz israelo-palestino. Sendo assim, trata-se a questão como “conflito israelo-palestino” e os termos tentam ser sempre neutros, na medida possível. Para descrever momentos históricos, são utilizadas as definições de ambas as narrativas. Optam-se por termos de aceitação internacional para falar, por exemplo, da criação do Estado de Israel, ou ainda do Muro da Cisjordânia e não barreira de segurança, dentre outras situações.

Nome	Fundação	Descrição e missão	Localização e direção	Atividades	Participantes
<i>Peace Now</i>	1978	ONG de esquerda israelense, com objetivo de influenciar a opinião pública para a solução de dois Estados. A mais antiga ONG por paz e a primeira a promover diálogo não-oficial com palestinos na década de 1980.	Israelense Tel Aviv	Vigilância e dos assentamentos israelenses na Cisjordânia, manifestações e protestos, palestras, debates, passeios, campanhas e ações conjuntas com outras OSCs.	Israelenses de esquerda política, contrários à ocupação israelense e favoráveis a uma solução de dois Estados com capital compartilhada em Jerusalém
<i>Musalaha</i>	1994	ONG de orientação religiosa-cristã registrada em Israel, fundada e dirigida por um palestino-israelense. Tem como objetivo promover a reconciliação entre israelenses e palestinos por meio do diálogo inter-religioso e inter-étnico, de modo a criar condições para a coexistência pacífica dos dois povos.	Palestina-israelense Jerusalém Oriental	Encontros no deserto, conferências sobre paz e reconciliação e sobre a questão palestina, acampamentos com jovens e crianças, publicações, treinamento de lideranças locais, diálogo entre mulheres.	Judeus, muçulmanos e cristãos israelenses e palestinos com diferentes posições políticas.
<i>Palestine-Israel Journal</i>	1994	ONG de publicação acadêmica que surgiu para dar apoio de base ao processo de paz na década de 1990, cujo objetivo é promover diálogo em busca de soluções para as questões principais do conflito por meio do debate intelectual. Propõe-se a ser um meio de comunicação em que sempre está presente a perspectiva de ambos os lados.	Co-direção palestina e israelense Jerusalém Oriental	Publicação quadrimestral do periódico por meio impresso e virtual, eventos públicos, reuniões do conselho para diálogo e debate sobre soluções possíveis, distribuição do periódico para influentes, conferências locais e internacionais e workshops para treinar jovens para advogar por paz.	32 membros do conselho editorial (16 israelenses e 16 palestinos, um deles de Gaza) e outros colaboradores locais e internacionais. São acadêmicos e intelectuais, figuras públicas, jornalistas, formadores de opinião, ativistas de outras OSCs, com voz crítica sobre o conflito e em favor de uma solução política de dois Estados. As publicações alcançam cerca de 10 mil pessoas.
<i>WT'am</i>	1994	ONG palestina cujo objetivo primário é desenvolver relações cordiais, uma cultura de paz e reconciliação entre a comunidade palestina. Envolvida em diálogo com israelenses na década de 1990, hoje foca em programas de ação social para palestinos afetados de alguma forma pelo conflito e na mediação de questões entre membros da comunidade.	Palestina Belém, Cisjordânia	Projetos com crianças, tours guiados para turistas sobre perspectiva palestina, programa de criação de trabalho para mulheres e jovens, manifestações e protestos não-violentos, mediação na comunidade com modelo árabe, programa de enfrentamento de trauma relacionado ao conflito, diálogo inter-religioso.	Palestinos da Cisjordânia de diferentes idades e classes sociais.

<i>Parents Circle</i>	1995	Associação comunitária conjunta de famílias enlutadas palestinas e israelenses, que tenham perdido entes queridos no conflito. O objetivo é promover reconciliação e coexistência entre as famílias, bem como influenciar a opinião pública para interromper os ciclos de violência.	Co-direção palestina e israelense Tel Aviv, Israel Beit Jala, Cisjordânia	Reuniões de diálogo entre famílias enlutadas, diálogo entre jovens que programa de narrativas de histórias pessoais, eventos públicos, comunidade de diálogo no Facebook, manifestações e protestos, produção de filmes.	Cerca de 620 famílias enlutadas, e de 25 mil jovens israelenses e palestinos alçados pelos encontros de diálogo para ter contato com o outro lado.
<i>Holy Land Trust</i>	1998	ONG palestina baseada na não-violência, cujo objetivo é criar respostas alternativas às soluções políticas tradicionais ao conflito. Aposta no diálogo entre colonos judeus e palestinos como forma romper a separação entre os extremos das sociedades e criar um ambiente de coexistência.	Palestina Belém, Cisjordânia	Workshops de diálogo com objetivo de curar trauma histórico, programas diversos com jovens palestinos vivendo na Cisjordânia, Gaza e Israel, de formação política e social, promoção de atividades culturais diversas na Cisjordânia.	Colonos israelenses de assentamentos e palestinos que vivem nas Áreas C. Ainda, jovens palestinos que vivem nas cidades e vilas (Área A e B) e jovens israelenses principalmente de Jerusalém.
<i>Kids 4 Peace</i>	2002	Movimento internacional inter-religioso de jovens e famílias que vivem em locais divididos, cujo objetivo é promover diálogo e criar relacionamentos entre jovens, bem como prepará-los para serem pessoas influentes para seguirem carreira política ou no ativismo pela paz.	Internacional, co-diretores locais palestino e israelense Jerusalém Ocidental	Programa de seis anos que envolve acampamentos anuais, reuniões semanais e atividades conjuntas, workshops e seminários de fim de semana de treinamento para liderança e formação política, treinamento em advocacia diplomática, debates, palestras, visitas à comunidades religiosas, <i>home hospitality</i> .	Adolescentes e jovens israelenses, palestinos-israelenses e palestinos de 12 a 18 anos. Cerca de 400 famílias ativas regularmente nos projetos e ações do movimento.
<i>Combatants for Peace</i>	2006	ONG binacional de não-violência que visa acabar com a ocupação israelense e promover a convivência pacífica. Tem como missão criar bases comunitárias de coexistência para influenciar o público em geral e as decisões políticas sobre o conflito. Com grande expressão internacional, indicada ao Nobel da Paz em 2017.	Co-direção israelense e palestina Sem escritório oficial	Tours israelenses na Cisjordânia, visitas e apoio a palestinos na área C, grupos comunitários de diálogo, manifestações e protestos, passeios e palestras, <i>Alternative Memorial Day</i> .	Ex-soldados israelenses e ex-combateres palestinos. Cerca de 150 pessoas ativas regularmente nas atividades.

Tabela 1 – Visão geral das OSCs deste estudo

1 DIÁLOGO NÃO OFICIAL E RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS ARMADOS CONTEMPORÂNEOS

Com o final da Guerra Fria, dada a ausência de confrontos armados entre as superpotências no período, esperava-se um tempo de relações pacíficas entre os atores internacionais. Contudo, ao mesmo tempo em que a bipolaridade no sistema suprimiu conflitos latentes – como no leste europeu e Ásia Central, também aumentou a volatilidade e exacerbou conflitos no mundo em desenvolvimento – como no Chifre da África e América Central. Só nos últimos 15 anos da Guerra Fria, 100 conflitos armados desenvolveram-se, alguns dos quais persistem até hoje, tornando-se mais irreconciliáveis com o passar dos anos (LEDERACH, 1997, p. 5). Esse intrincado cenário elimina soluções rápidas ou processos fáceis de paz. Há uma necessidade contínua de pesquisa sobre novos métodos e abordagens para resolvê-los.

Nas Relações Internacionais, o campo de estudos de resolução de conflitos começa a estabelecer-se nas décadas de 1950 e 1960, estimulado pelo fim das duas grandes guerras mundiais e a nova configuração internacional. Os acadêmicos John Burton e Johan Galtung são considerados os pioneiros da área. Na década de 1960, fundaram centros de pesquisa em Londres e em Oslo, respectivamente. Desde o início, havia grande ênfase na prática como meio de elaborar teorias. Seu objetivo era não apenas analisar conflitos internacionais, mas criar e testar métodos para resolvê-los.

Galtung e Burton são os primeiros a falar a respeito da necessidade de trabalho com as comunidades das sociedades em guerra. É Galtung (1976), por exemplo, que introduz o conceito de construção da paz como a criação de uma estrutura social capaz de sustentar um possível acordo. Para os autores, conflitos surgem das necessidades básicas dos disputantes. Sendo assim, resolução de conflitos precisa ser distinguida de acordo de paz. Resolução de conflitos é o processo que explora as causas do conflito, ou seja, as necessidades básicas não atendidas que levaram a ele, e responde a elas de forma satisfatória. Mais do que tendo um acordo político, as partes em conflito precisam sair dele com um novo relacionamento em que as necessidades de ambos se acomodam e coexistem de forma compatível (GALTUNG, 1976; BURTON, 1969; 1990).

John Burton dá o passo inicial e seu trabalho é complementado por Herbert Kelman, um dos estudantes envolvidos na organização de seus workshops de resolução de conflito. Enquanto Burton desenvolve suas análises em diversas guerras ativas de sua época, o trabalho de Kelman é todo focado no conflito Israel e Palestina, no qual ele torna-se um ativista ainda na década de 1970.

A partir dos estudos desses pioneiros, o campo de resolução de conflitos amplia-se e desenvolve-se amplamente principalmente nos anos 1990, com o fim da Guerra Fria e a necessidade manifesta de estratégias efetivas para gerenciar disputas intra e internacionais. Hoje, o campo de estudos, como teoria e prática, pode ser melhor entendido como uma área complexa e interdisciplinar, envolvendo discussões de uma ampla variedade de disciplinas, como Relações Internacionais, Direito Internacional, Psicologia Social, Sociologia, Ciência Política, Antropologia e estudos de conflito e paz (REIMANN, 2004; KELMAN, 2012).

Por ser um dos mais complexos e duráveis conflitos deste momento histórico, a disputa entre israelenses e palestinos acabou tornando-se um laboratório para esses estudiosos, tanto na área de análise de conflito quanto na busca e estratégias para solucioná-las. Cria-se também uma tradição na academia em que a maior parte das publicações na área estão, de uma forma ou de outra, relacionadas a esse conflito.

Nesta primeira parte do trabalho, abordam-se os principais estudos relativos aos conflitos armados contemporâneos e suas características, tais como o fato de serem prolongados e, muitas vezes, intratáveis. Em seguida, discute-se a participação da sociedade civil na construção da paz, classificando essas ações dentro de setores de diplomacia não oficial. Por fim, trata-se de um dos principais recursos da diplomacia não oficial, o diálogo, bem como seus potenciais e limitações para a construção da paz.

1.1 CONFLITOS PROLONGADOS E SUA DINÂMICA

Conflitos são parte natural da interação humana. São universais, inevitáveis e um aspecto básico da vida social. Pessoas e grupos entram em conflito quando percebem seus objetivos ou necessidades como incompatíveis. Uma contradição nasce. Junto com ela, a crença de que os interesses do outro podem comprometer os próprios, levando a resultados futuros indesejados. O outro transforma-se em ameaça, é um adversário. Surge daí uma relação de competitividade, onde os comportamentos e atitudes são baseados na percepção do outro como inimigo a ser vencido (BAR-TAL, 2000; LEDERACH, 1999; GALTUNG; FISCHER, 2013).

Conflitos são mecanismos de mudança. Como tal, podem ser benéficos na medida em que implicam em transformações, as quais podem ser construtivas ou destrutivas, dependendo da abordagem dada a elas. Por outro lado, quanto mais básicos forem os objetivos e as necessidades em disputa, mais frustradas sentem-se as partes ao verem suas intenções irrealizadas. Uma das reações possíveis à essa frustração é a resposta violenta ou, no caso de Estados, as guerras (GALTUNG, FISCHER, 2013).

Em se tratando de conflitos armados, o relatório anual do *International Institute for Strategic Studies* de Londres, o *Armed Conflict Survey*, estima que em 2017 há 36 conflitos ativos no mundo. Mais de 80% deles são conflitos que estão acontecendo há pelo menos duas décadas, ou seja, são conflitos prolongados (IISS, 2017). Dentre eles, o conflito entre Israel e Palestina é considerado o mais longo, com inúmeras tentativas fracassadas de resolução.

Outra característica dos conflitos contemporâneos é a proximidade geográfica dos disputantes. No conflito entre Estados Unidos e União Soviética, durante a Guerra Fria, ou mesmo ao longo das duas Guerras Mundiais, por exemplo, lidava-se com um inimigo geograficamente separado, muitas vezes vivendo do outro lado do globo. Em contrapartida, nos conflitos contemporâneos, o adversário vive na vila ao lado, por vezes na porta ao lado. Essa proximidade intensifica as sensações de animosidade, inimizade e medo. O desafio é ainda maior quando essas sociedades, profundamente divididas, provavelmente precisarão coexistir após um acordo de paz. É o caso de conflitos como na Bósnia, Somália, Azerbaijão, Ruanda, Colômbia, Irlanda do Norte (LEDERACH, 1997).

Em Israel e Palestina, apesar das sociedades viverem socialmente separadas, elas compartilham e reivindicam o mesmo território geográfico. A presença de assentamentos israelenses em constante crescimento entre vilas e cidades na Cisjordânia, bem como a presença de palestinos vivendo em Israel, só para citar um exemplo, colocam o adversário fisicamente muito perto, apesar das imensas distâncias. Isso faz com que, como outros conflitos prolongados, seja um conflito dirigido principalmente por experiências subjetivas e por uma dinâmica psicossocial e emocional.

Ou seja, a permanência e complexidade das disputas armadas contemporâneas evidenciam que elas não podem ser explicadas simplesmente por fatores objetivos, como disputa territorial ou política, ou distribuição de recursos. São, por outro lado, uma mistura de fatores dinâmicos, tendo fatores objetivos, mas também fortes características subjetivas de identidades, necessidades e interesses étnicos/nacionais e, por vezes, religiosos (REIMANN, 2004).

Daniel Bar-Tal (2000), abordando os elementos subjetivos dos conflitos contemporâneos e tendo como referência o conflito israelo-palestino, descreve os conflitos prolongados como “conflitos intratáveis”. Eles são duradouros, violentos, com natureza de soma zero e as partes envolvidas são interessadas em sua continuidade. São ainda exigentes, estressantes, dolorosos, exaustivos e custosos (BAR-TAL, 2000, p. 353). Fogem da lógica política de resolução por meio de concessões ou de esforços diplomáticos. Nessas disputas, as reivindicações vão para além das questões territoriais, de água, solo, óleo, etc., questões mais facilmente reconciliáveis.

Elas se formam a partir de crenças relacionadas a identidade nacional e direitos a um território específico, as quais são enraizados na história antiga dos grupos, na memória que possuem sobre a guerra e na narrativa nacional a respeito dela. Juntos, esses elementos são resistentes e, por vezes, irreconciliáveis. Para que se sustentem, os conflitos intratáveis são alicerçados nas narrativas nacionais, as quais são criadas pelos lados envolvidos a partir de sua própria percepção e pela forma como o conflito é experimentado (BAR-TAL, 2000).

No entendimento do autor, o conflito israelo-palestino tornou-se intratável ao longo dos anos pelos muitos elementos que envolve. É violento, prolongado e imposto às duas sociedades e às suas novas gerações. É visto pelos envolvidos como de soma zero e possui aspectos de natureza objetiva bem como de natureza subjetiva. Tanto israelenses quanto palestinos possuem uma forte narrativa com fatos históricos interpretados a partir de sua experiência histórica. Os palestinos por exemplo, veem a guerra com Israel como a continuidade da batalha contra a colonização europeia, a qual iniciou-se no século XII e culminou com o estabelecimento do Estado de Israel, em 1948. Essa narrativa, que dá aos palestinos o direito total e exclusivo ao território, está em nítido contraste com a convicção sionista de que *Eretz Israel*, a terra de Israel, é sua Terra Prometida. Assim, ambos reivindicam exclusividade sobre o mesmo território e rejeitam os argumentos do outro como sendo falsos.

Para o autor, ainda, a criação de narrativas faz-se necessária para que os membros das sociedades consigam lidar com o conflito ao tentar explicá-lo. Só por meio das narrativas conseguem suportar o estresse e as dificuldades e são capazes de se devotarem às suas sociedades e países. Sem narrativas, não há motivação para contribuir com o interesse nacional, tampouco disposição a agir com coragem e sacrifício para defender a nação e prejudicar o inimigo quando necessário. Sem narrativas, não há conflito (BAR-TAL, 2000).

A estrutura psicossocial que se forma a partir daí é chamada pelo autor de *ethos* de conflito, ou seja, uma coletividade ou cultura de conflito. O *ethos* é a orientação dominante da sociedade e molda as perspectivas psicológicas, percepções, crenças, atitudes e motivações de todos os seus membros. Quanto mais intensa e durável é a disputa, mais significativas e enraizadas tornam-se suas narrativas. A memória coletiva é marcada pelos eventos relacionados ao conflito e as crenças sociais conflitivas são incorporadas ao *ethos*. Os produtos culturais refletem os sentimentos antagonistas e pelo menos uma geração é socializada nesse *ethos*, sem conhecer outra realidade (BAR-TAL, 2000).

Yehudith Auerbach (2009), por sua vez, analisando o papel das narrativas na evolução e na resolução de conflitos prolongados, afirma, em relação ao conflito israelo-palestino, que sua narrativa cria um senso de vitimização, onde cada lado vê a si mesmo como vítimas

históricas e vítimas definitivas do outro. Para os israelenses, a disputa com os árabes, e mais particularmente com os palestinos, está intrinsicamente ligada à sua história de sofrimento, exílio e perseguição, culminando com o Holocausto. Já os palestinos se percebem como vítimas de um longo processo de ocupação, o qual, desde o início, nega sua existência nacional.

Com tal característica, a criação do Estado de Israel, em 1948, vista como vitória pelo Movimento Sionista – os judeus finalmente têm um Estado em que não enfrentarão perseguições e humilhações –, na narrativa palestina é a grande catástrofe, ou *Al-Nakbah*, em árabe – onde milhares de palestinos perderam suas casas e tornaram-se refugiados, marcando o início de uma limpeza étnica e intensificando o senso de humilhação e desamparo, passado de geração a geração no mundo muçulmano, desde o declínio da civilização no fim do século XV. Como o Holocausto foi o ápice do trauma judeu, *Al-Nakbah* o foi do trauma palestino. Assim, tanto a *Al-Nakbah* quanto a *Shoah*, o Holocausto (apesar de serem eventos totalmente diferentes e incomparáveis), reforçam as narrativas de vitimização nas duas sociedades. E esses traumas tornaram-se parte da formação de suas identidades nacionais.

Nessa perspectiva, Dan Bar-On (2008) classifica as identidades nacionais israelense e palestina como “monolíticas”, isto é, fundamentadas na existência do conflito e construídas a partir da própria perspectiva em oposição à perspectiva do outro. Uma identidade nacional monolítica é muito positiva a respeito de si, do seu grupo nacional, em detrimento do outro, visto de forma negativa, por vezes desumana e demonizada. Os fatos históricos de cada nação são interpretados de modo a fundamentar essa identidade. Sendo assim, desconstruir o conflito é complexo, pois significa desconstruir e reconstruir não só a identidade dos conflitantes, mas toda a sua história nacional (BAR-ON, 2008; ADWAN; BAR-ON; NAVEH, 2012).

A dinâmica que mantém conflitos intratáveis pode ser totalmente independente da disputa que deu origem a eles. O que os mantém é o processo social de causalidade recíproca, conforme a definição de Lederach (1997, p. 15), ou o que Galtung (GALTUNG; FISCHER, 2013), chama de metástase cancerosa, um meta-conflito em que ódio e violência passam a dirigir a disputa de forma irracional e cria-se um ciclo de resposta violenta a cada ação violenta. Lederach (1997, p. 47), ainda aponta três elementos indispensáveis para que a inimizade se mantenha: separar-se do outro, a percepção de ser superior ao outro e, por fim, a desumanização do outro. Esses elementos polarizam os envolvidos e, quanto maior a polarização, maior é a percepção de que a sobrevivência do grupo depende da total aniquilação do adversário.

Considerando a hostilidade entre israelenses e palestinos, um exemplo mais recente de como se dá a causalidade recíproca é a Operação Margem Protetora, em Gaza, 2014. Após o sequestro e morte de três jovens israelenses, supostamente pelo Hamas, Israel iniciou uma

operação de busca pelos responsáveis, com um intenso bombardeio aéreo e invasão terrestre na Faixa de Gaza. O Hamas, por sua vez, negou o envolvimento na morte dos jovens. Contudo, em resposta aos ataques aéreos, lançou diversos foguetes Qassan (de fabricação caseira e cheios de explosivos) em Israel, o qual atacou novamente Gaza. As retaliações continuaram por sete semanas, até um cessar fogo intermediado pelo Egito.

Para lidar com conflitos intratáveis é necessário abordar tanto seus elementos objetivos quanto subjetivos. Mais do que tudo, para uma paz duradoura, os elementos psicossociais devem ser ponderados. Dentro dessa lógica, analisando a relação entre Israel e Palestina após o fracasso no Processo de Paz, em 2000, Herbert Kelman (2004) passa a falar na necessidade de reconciliação como algo complementar às negociações oficiais. Para além de um acordo de paz, a “reconciliação por internalização” elaborada pelo autor é um meio de mudança de identidade social, onde reconciliação é o processo por meio do qual as sociedades aprendem a viver juntas no ambiente de conflito; e a internalização é definida como o acolhimento da influência do outro para a definição da própria identidade e sistema de valores. Quando a reconciliação por internalização acontece, as sociedades não precisam mais disputar para garantir a sobrevivência da própria identidade, mas incorporam a ela a existência e a narrativa do outro (KELMAN, 2004, p. 113).

Com essa nova perspectiva, Kelman, que antes promovia workshops com israelenses e palestinos para discutir sobre as principais questões da disputa, passa a dar aos encontros uma perspectiva mais reconciliatória. Os participantes são desafiados não a negociar a paz, mas a uma “negociação de identidades”, ou seja, uma transformação pessoal a partir da convivência com o outro. Dialoga-se não mais sobre necessidades nacionais, mas sobre valores – pessoais, culturais, sociais, partindo do pressuposto de micro trabalhando para influenciar o macro, ou seja, Kelman entende que mudando o relacionamento entre pessoas é que se muda relacionamento entre grupos e comunidades, até alcançar sociedades inteiras (KELMAN, 2004).

Em um mesmo sentido, para Bar-Tal (2000), reconciliação requer uma mudança psicossocial – a formação de novas crenças sobre o antigo adversário, sobre sua própria sociedade e sobre o relacionamento entre os dois grupos. O aspecto psicológico da reconciliação requer uma mudança no *ethos*, o qual precisa ser substituído por um *ethos* de paz, no qual a narrativa do outro e sua existência é reconhecida como legítima e incorporada à própria realidade (BAR-TAL, 2000).

Um esforço de reconhecimento de narrativas é o trabalho do *Peace Research Institute in the Middle East* – PRIME, com o projeto *Learning Each Other's Historical Narrative*.

Organizado pelos ativistas Sami Adwan, Dan Bar-On e Eyval Naveh, o projeto reuniu em 2002 professores de história de ensino médio israelenses e palestinos para desenvolverem suas narrativas e publicá-las lado a lado. A intenção não era discuti-las ou alterá-las, tampouco desenvolver uma narrativa conjunta. Era simplesmente incorporar a narrativa do outro à grade escolar de ambos. Foram escolhidos nove eventos principais e cada um é contado a partir da própria perspectiva, tendo a narrativa do “adversário” ao lado. O material escolar foi elaborado tanto em árabe quando em hebraico e passou a ser usado pelos professores participantes com suas turmas de crianças e jovens. Mais tarde, a iniciativa foi publicada em forma de livro, o *Side By Side: parallel histories of Israel-Palestine*, o qual hoje é usado principalmente nos projetos do movimento pela paz (ADWAN; BAR-ON; NAVEH, 2012).

Narrativas também se encontram no filme-documentário *Disturbing the Peace*, dos diretores americanos Stephen Apkon e Andrew Young, lançado em 2016. O documentário relata a história de seis ex-combatentes, três palestinos e três israelenses, e suas jornadas transformadoras até se tornarem ativistas de não violência. Nos primeiros 10 minutos de filme, os participantes dão sua versão do conflito: um israelense relatando como sua família foi vítima do Holocausto na Polônia e que o sionismo salvou sua vida; um palestino declarando que está pronto para lutar e morrer por sua liberdade e por um Estado para seu próprio povo. Na sequência, cada um dos seis passa por um momento de mudança de perspectiva ao entrar em contato com a narrativa adversária. Em prisões israelenses, os palestinos têm a oportunidade de ver filmes sobre o Holocausto e o anseio judaico por um Estado onde sua existência não fosse mais ameaçada. Os israelenses, ao participar de operações militares na Cisjordânia e Gaza, veem-se diante de dilemas morais e não conseguem mais ver o outro como alguém menos humano do que eles mesmos. No início do documentário, a frase do ex-soldado das Forças de Defesa de Israel, Avner Wishnitzer, figura esse impasse:

É indispensável para um sistema de combate negar a humanidade do outro. De outra forma, como é possível matar alguém? Ele tem família, tem esperanças, tem medos, tem sonhos... Não! Ele precisa permanecer indefinido – um alvo – não uma pessoa, não um ser humano (APKON; YOUNG, 2016, tradução nossa¹).

O filme mostra as narrativas mudando ao ponto de os seis decidirem se reunir e começar um movimento de ex-combatentes, o *Combatants for Peace*, onde os antigos inimigos agora

¹ “It is indispensable for a fighting system to deny the humanity of the other side. Otherwise how can you possibly kill somebody? He has family, he has hopes, he has fears, he has dreams... No, he has to remain vague – a target – not a person, not a human being”.

coexistem e apostam na mudança do conflito por meio da reconciliação de suas narrativas. Na fala dos participantes, é clara a mudança de discurso:

Se estivesse no lugar deles, teria feito a mesma coisa – lutaria pelo meu direito de existir [...] Nós vencemos as paredes do medo e do ódio, agora acreditamos em transformação [...] Nós somos todos vítimas deste conflito, mas também somos seus criadores e perpetradores. Nós fizemos isso acontecer e nós precisamos dar um fim a isso juntos [...] Nós somos a prova de que coexistir é possível (informação pessoal², tradução nossa³).

Nesse exemplo, os indivíduos reveem sua perspectiva anterior, superior e totalmente positiva, e passam a reconhecer sua parcela de culpa no conflito, bem como os erros e atrocidades cometidos por seu lado. Sua identidade pessoal muda, na mesma medida em que a narrativa nacional do conflito ganha nova dimensão, pois abre espaço ao outro. Quando isso acontece a nível de comunidades, ou de sociedades inteiras, os grupos disputantes encontram um lugar em que seus objetivos e necessidades se acomodam, as relações com o adversário são normalizadas e o futuro passa a ser visto como um lugar de cooperação, relações amigáveis e coexistência. A reconciliação, portanto, deve envolver tanto um processo político, quanto social, cultural e educacional, incluindo todas as instituições sociais e canais de comunicação (BAR-TAL, 2000).

Finalmente, devido aos seus mecanismos de continuidade, conflitos intratáveis tornam-se extremamente resistentes à resolução. Neles, estratégias diplomáticas formais de resolução, como bons ofícios, mediação, arbitragem ou conciliação, mostram-se ineficazes para resolver questões mais profundas e a raiz das hostilidades. Fazem-se necessárias outras formas de abordagem, que possam ser complementares aos meios formais e funcionem de forma interativa (FISHER, 1997).

Recentemente começou a adotar-se, dentro da Escola de Resolução de Conflitos, a ideia de que conflitos prolongados e intratáveis não são resolvidos, mas transformados. O termo “transformação de conflitos” é do sociólogo John Lederach (2012). O autor entende que disputas prolongadas e irreconciliáveis requerem um longo trabalho com as comunidades hostis, que as habilite a viverem pacificamente. Esse trabalho, cuja principal ferramenta são workshops de diálogo, envolve lidar com as raízes da disputa e as crenças sociais, ou narrativas, nas quais está embasada. É uma abordagem ascendente, ou seja, da sociedade para suas

² Informação fornecida em depoimento dos participantes do filme durante exibição pública em Belém, Cisjordânia, em 07 de janeiro de 2017.

³ “If I had been in their place, I would have done the same thing – fought for my right to exist [...] We overcome the walls of fear and hatred, now we believe in transformation [...] We are all victims of this conflict, but we are also its creators and perpetrators. We made it happen and we need to put an end to it together [...] We are proof that coexisting is possible”.

lideranças, na qual transformar o conflito significa transformar o ambiente em que ele ocorre. Nessa metodologia, faz-se necessária uma sociedade civil engajada, que seja uma resposta diplomática informal.

À vista disso, no tópico a seguir aborda-se brevemente a participação da sociedade civil em resolução de conflitos e tenta-se estabelecer uma organização teórica e prática da estratégia de diplomacia não oficial, ou de setores, no gerenciamento e transformação de conflitos.

1.2 DIPLOMACIA EM SETORES COMO RESPOSTA AOS CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS

A participação e influência da sociedade civil em várias fases de um processo de paz tem se tornado mais visível nos últimos anos. Muitos são os exemplos dela atuando como precursora de diálogo e mediadora de processos de paz. Só para mencionar um exemplo mais recente, em 2016 o acordo de paz na República Democrática do Congo foi mediado pela Igreja Católica. Convidados pelos bispos católicos para dialogar, representantes do governo congolês e da oposição reuniram-se em agosto de 2016 e em dezembro assinaram o acordo, estabelecendo uma transição política pacífica do atual governo. Apesar de não ser um acordo definitivo, representa um passo significativo para um gerenciamento pacífico e democrático das violentas disputas dos últimos 20 anos (CATHOLIC HERALD, 2017).

Porém, a sociedade civil não atua apenas em mediação. O estudo de Bernardo Venturi (2011) analisa a participação de ONGs na resolução do pouco conhecido conflito entre Moldávia e Transnístria, na década de 1990. O autor relata como o trabalho de diversas organizações, envolvidas na defesa de direitos humanos e desenvolvimento comunitário, acabou por diminuir os níveis de violência e abrir espaço para conversas oficiais sobre a paz. Ainda que não atuando especificamente para o fim da disputa, o trabalho da sociedade civil mostrou-se crucial para que o cessar fogo fosse definitivo.

No estudo das Relações Internacionais, a discussão sobre a sociedade civil ganha espaço a partir da introdução do conceito de atores não estatais. Uma definição clássica é encontrada em Marcel Merle (1981, p. 213), em que sociedade civil remete às forças transnacionais que operam ao lado dos Estados soberanos e das organizações internacionais. É ainda, de acordo com Gordon White (2004, p. 10, tradução nossa⁴), a arena de ações coletivas voluntárias, uma

⁴ “intermediate associated realm between state and family populated by organizations which [...] enjoy autonomy from the state”.

“esfera de associação intermediária, composta por organizações que [...] desfrutam de autonomia do Estado”.

Essas forças transnacionais – a sociedade civil – são assim denominadas por formarem uma rede de relações sociais, com os mais variados tipos de organizações, cuja lógica é “a ação de indivíduos e de grupos para expressar e realizar os diversos e válidos desejos e necessidades da sociedade” (VIEIRA; DUPREE, 2004, p. 57-58). As associações da sociedade civil formam-se a partir de interesses, propósitos e valores comuns e vão desde instituições oficialmente constituídas até pequenos e informais grupos comunitários que dão expressão às necessidades sociais, políticas, espirituais e culturais de seus membros (BARNES, 2005, p. 17).

O termo mais comumente utilizado para descrever grupos do terceiro setor é ONGs – Organizações Não Governamentais. Contudo, como não abrange a totalidade dos representantes da sociedade civil, recentemente outra nomenclatura ganhou importância. É o termo *civil society organizations* – CSOs, ou Organizações da Sociedade Civil – OSCs.

A nível empírico, o ativismo da sociedade civil tem sido um dos mais poderosos recursos para a construção da paz. Em um estudo sobre sua participação em diferentes níveis de um processo de paz, John e Kew (2008) analisam 25 diferentes negociações de paz em conflitos para entender se faz alguma diferença a sociedade civil estar envolvida no início de um processo de paz e estar diretamente representada na mesa de negociações. Eles buscam uma correlação entre a presença da sociedade civil e a paz ter se mantido após o acordo. A conclusão do estudo é a de que quando há participação ativa da sociedade civil, a paz alcançada se sustém. O mesmo acontece se OSCs não estão diretamente envolvidas nas negociações, mas influenciaram de alguma forma os negociadores.

De fato, há na literatura de conflitos uma série de análises mostrando a importância da sociedade civil na construção da paz. Um esforço de englobar estudos de caso é feito por um grupo de acadêmicos e ativistas nos dois volumes da obra *People Building Peace*, da editora Lynne Rienner, sendo o primeiro volume uma coletânea de histórias de sucesso de OSCs em promover a paz, e o segundo – *People Building Peace II: Successful Stories of Civil Society* – uma discussão sobre as várias ferramentas e possibilidades da atuação em conflitos (ver ECCP, 1999 e VAN TONGEREN et al., 2005).

Catherine Barnes (2005), analisando os exemplos de sucesso de *People Building Peace*, aponta como principal aspecto de contribuição da sociedade civil para construir a paz a capacidade que as comunidades têm de encontrar respostas aos próprios problemas, criando métodos de lidar com diferenças e conflitos de forma construtiva e pacífica. Isso porque, apesar das OSCs não terem poder legal, político ou militar, elas têm um grande poder de persuasão

para propor soluções e um poder de influência nem sempre encontrado em governos ou corporações. Elas, ainda, são capazes de criar estratégias inovadoras e conseguem agir quando agentes oficiais estão estagnados, mobilizando e influenciando o povo, melhorando o relacionamento entre comunidades e pressionando os tomadores de decisão (BARNES, 2005).

Dentro do conceito de transformação de conflitos, Martina Fischer (2011) acrescenta que a sociedade civil é capaz de criar uma paz pragmática, a nível local, ajudando na coexistência daqueles que vivem lado a lado e não têm outro lugar para ir enquanto suas comunidades estão em guerra. OSCs também têm a capacidade de trabalhar com o passado e memórias traumáticas, de forma a promover reconciliação e influenciar em questões de verdade e justiça. Nesse sentido, o principal exemplo é certamente a Comissão de Verdade e Reconciliação, na África do Sul, a qual propunha uma justiça regeneradora por meio do encontro entre as vítimas e suas famílias e os perpetradores de violência contra elas.

Conceitualmente, uma das definições para o trabalho da sociedade civil na resolução de conflitos é a de diplomacia não oficial, diplomacia cidadã ou diplomacia em setores (DAVIES; KAUFMAN, 2002; REIMAN, 2004). A origem tanto do conceito quanto da abordagem prática que envolve está nos estudos dos pioneiros em resolução de conflitos. É John Burton, na década de 1960, quem cria uma ferramenta que dará a base para os métodos de diplomacia não oficial praticados desde então. Em seu centro de pesquisa, começa a trabalhar com workshops, ou painéis, como ele os chama inicialmente, nos quais representantes não oficiais, mas com alto nível de influência política, de comunidades/nações em guerra reúnem-se em um ambiente acadêmico, confidencial e não oficial onde são desafiados a expressarem suas opiniões, analisarem as interpretações de cada lado e, então, proporem soluções por meio da cooperação. São intermediados por cientistas políticos com conhecimento sobre resolução de conflitos, de forma a facilitar o diálogo e criar uma atmosfera não ameaçadora (BURTON, 1969).

Burton chama essa interação de *controlled communication*, ou seja, uma comunicação controlada e com objetivos específicos e, mais tarde, de *facilitated conflict resolution* (BURTON, 1969; 1990). É, por exemplo, nos workshops de diálogo de Burton, em seu Centro de Análise de Conflito em Londres, que membros da sociedade civil da Turquia e da República do Chipre, bem como da Malásia e Indonésia reúnem-se nos anos 1960 para discutir as possibilidades de um acordo de paz (KELMAN, 2010; FISHER, 1997).

Mais tarde, à abordagem de Burton, Herbert Kelman acrescenta elementos da Psicologia Social. Para ele, conflitos são um aspecto potencialmente construtivo nas relações entre sociedades enquanto os elementos competitivo e cooperativo são mantidos em equilíbrio. Contudo, em conflitos prolongados e que se tornam profundamente enraizados, como é o caso

de seu objeto de estudo, o conflito Israel e Palestina, o relacionamento chegou a um ponto em que cada parte destrói um pouco a outra parte e tem como objetivo final a total aniquilação do outro. Nesses casos, o fim dos ciclos de violência envolve elementos psicossociais, especialmente aqueles relacionados à identidade e dignidade dos disputantes (KELMAN, 2010).

Para resolver disputas assim, ele propõe a metodologia de *interactive problem solving*. Nela, guerras são tratadas como um problema. Para solucionar esse problema, é preciso primeiramente analisá-lo e entender suas origens. Na Psicologia, o método mais básico de solucionar disputas é por meio do confronto entre as partes, com mediação ou não, e a exposição das raízes do desentendimento. Portanto, *problem solving* pressupõe essa interação direta, onde há tanto a possibilidade para aprender a perspectiva do outro quanto para dialogar com ela. Se há sucesso, as partes encontram um caminho de resposta às suas necessidades, transformam seu relacionamento destrutivo e passam a cooperar. O *interactive problem solving* é também uma abordagem não oficial, como a de Burton, que envolve a participação de representantes não oficiais e é intermediada por acadêmicos (KELMAN, 1972).

Joseph Montville, também influenciado por Burton, é o primeiro a falar em *track two diplomacy* para distinguir esse método público e não oficial da diplomacia oficial, à qual ele chama de *track one diplomacy*. Na definição do autor, Track II é um tipo de diplomacia feita por indivíduos não estadistas, membros de grupos ou nações adversários, com interação não estruturada e não oficial, em que se trabalha na análise, prevenção e resolução de conflitos internacionais (DAVIDSON; MONTVILLE, 1981-1982).

A definição mais usada hoje é a de John Davies e Edward Kaufman (2002): diplomacia de Track II ou diplomacia cidadã, que envolve uma junção dos estudos anteriores. Para os autores, a diplomacia cidadã é uma resposta aos profundos desafios que os conflitos prolongados apresentam. Na prática, acontece como workshops de diálogo envolvendo líderes de opinião e profissionais que tenham influência em suas comunidades para trabalharem juntos em soluções colaborativas, de modo a introduzir ideias e insights nas negociações oficiais. Além disso, a diplomacia não oficial tem o potencial de ajudar a humanizar o oponente, reduzir tensões e desentendimentos, construir capacidade na sociedade civil, promover reconciliação e construir suporte público e vontade política para a paz (DAVIES; KAUFMAN, 2002, p. 2-4).

A diplomacia de Track II entende paz como mais do que a ausência da guerra. É, antes, um processo que envolve a redução da violência estrutural, bem como justiça social e econômica, com respeito aos direitos humanos e desenvolvimento econômico sustentável. Ou

seja, está mais fundamentada na ideia de transformação do que de resolução de conflitos em si, pelo amplo leque de questões com as quais se propõe a lidar (KAUFMAN, 2016).

Bastante útil é o esforço de Cordula Reiman (2004) de sistematizar os diversos conceitos e suas aplicações práticas dentro da Escola de Resolução de Conflitos. Reiman diferencia a diplomacia que envolve pessoas influentes nas comunidades e tem a intenção de criar propostas de solução das questões da disputa daquela diplomacia que envolve indivíduos em geral dos grupos conflitantes e tem objetivo de criar compreensão mútua entre os participantes, reduzir estereótipos e violência e transformar o *ethos*. Ela delinea uma visão geral dos *tracks*, ou setores da diplomacia, um deles oficial e os outros dois não oficiais, sendo: 1) a diplomacia oficial, aqui chamada de diplomacia de Track I, em que líderes políticos e mediadores reúnem-se para negociar acordos de paz; 2) a diplomacia de Track II, que visa reunir indivíduos de influência em workshops para discutir ideias e soluções para a disputa; 3) diplomacia de Track III, que não tem intenções, num primeiro momento, de influenciar decisões políticas, e envolve em workshops e outras atividades conjuntas o maior número de pessoas das comunidades hostis, de modo a trabalhar traumas históricos relacionados ao conflito, reconciliação, bem como defesa de direitos humanos e desenvolvimento comunitário (ver Tabela 2).

A diplomacia de Track I e II, andam de mãos dadas e são geralmente combinadas, sendo que a de Track II pode anteceder um processo de paz e andar junto com ele, com a sociedade civil participando da criação de propostas para um eventual acordo. A diplomacia de Track III, por sua vez, é um trabalho de *grassroots*, que pode acontecer em qualquer momento da situação conflituosa, pois visa transformar o conflito a partir das comunidades, um trabalho geralmente de longo prazo, que começa antes de um processo de paz e só termina muito tempo depois (REIMAN, 2004).

Também útil para a pesquisa é o trabalho de Norbert Ropers (2004), propondo o papel dos workshops de diálogo em cada um dos setores, como se observa na Tabela 2, elaborada da junção dos textos dos dois autores.

Seguindo a delimitação de Reiman (2004) e Ropers (2004), a diplomacia não oficial entre israelenses e palestinos caracteriza-se tanto como diplomacia de Track II, quanto como diplomacia de Track III. Ou seja, os projetos estão focados na resolução do conflito, debatendo suas questões principais e elaborando propostas de solução, bem como em tratar dos traumas da sociedade, criar relacionamento entre as comunidades e promover reconciliação. Ainda, o Processo de Oslo é um bom exemplo de atividades de Track II tornando-se em diplomacia de Track I, uma vez que, como se verá adiante, o encontro entre indivíduos influentes, acadêmicos e profissionais, levou às pré-negociações na década de 1990, resultando nos Acordos de Oslo.

De modo geral, portanto, usa-se nesta pesquisa simplesmente o termo “diálogo não oficial” para a abrangência de projetos conjuntos de Track II e Track III.

Tabela 2 – Os diferentes setores de diplomacia e o papel do diálogo não oficial em cada um

Diplomacia de Track I, II e III, seus atores e estratégias			
	Track I <i>Conflict Settlement</i>	Track II <i>Conflict Resolution</i>	Track III <i>Conflict Transformation</i>
Atores envolvidos	Líderes políticos e militares como mediadores do acordo de paz, ou representantes oficiais das partes envolvidas no conflito <u>Track I:</u> Diplomacia e poder político em nível de liderança política oficial	Indivíduos influentes da sociedade em geral e OSCs locais e internacionais pensando estratégias para influenciar tomadores de decisão <u>Track II:</u> Envolvimento direto da sociedade civil e OSCs em nível não oficial	OSCs locais e agências internacionais de desenvolvimento, de defesa dos direitos humanos e/ou assistência humanitária <u>Track III:</u> Fortalecer a sociedade civil de sociedades traumatizadas por guerra, em busca da integração entre comunidades disputantes
Estratégia	<u>Orientada por resultado:</u> De medidas oficiais coercitivas, por meio de sanções, arbitragem, mediação de poder, a medidas não coercitivas, como facilitação, negociação e prática de bons ofícios	<u>Orientada por processo:</u> Medidas não oficiais e não coercitivas, como workshops de diálogo e <i>problem solving</i> discutindo e buscando respostas conjuntas às questões centrais do conflito	<u>Orientada por processo e estrutura:</u> Trabalho com traumas sociais e reconciliação entre comunidades hostis, treinamento de lideranças locais, trabalho de desenvolvimento comunitário e defesa de direitos humanos
Papel dos projetos de diálogo	<ul style="list-style-type: none"> Organizar encontros de pré-negociação Promover o clima político para um acordo de paz 	<ul style="list-style-type: none"> Treinar lideranças em diálogo Propor ideias para um eventual acordo Influenciar lideranças políticas 	<ul style="list-style-type: none"> Criar interação entre comunidades em conflito Prover oportunidades para o encontro e aprendizado sobre o “outro” Empoderar grupos

Fonte: quadro elaborado a partir de REIMANN, 2004; ROPERS, 2004.

1.3 A FERRAMENTA DE DIÁLOGO: POTENCIAIS E LIMITAÇÕES

Diálogo é uma forma construtiva de lidar com conflitos. Diferente do debate, onde cada participante tenta provar seu ponto e onde vencer é o objetivo, no diálogo, um escuta o outro em busca de entendimento, aprendizado e significado e, possivelmente, acordo. Ou seja, é um exercício colaborativo que permite a troca de informações e o esclarecimento de diferenças.

Uma definição mais ampla de diálogo inclui:

No diálogo, [...] as pessoas podem explorar pressuposições, ideias, crenças e sentimentos que sutilmente controlam suas interações. Ele provê uma oportunidade de participar em um processo que exhibe os sucessos e falhas da comunicação. Revela os padrões muitas vezes intrigantes de incoerência que levam grupos a evitar certas questões ou [...] insistir, contra toda a razão, em levantar-se e defender opiniões sobre questões particulares. Diálogo é um caminho de observar, coletivamente, o quanto valores e intenções escondidos podem controlar nosso comportamento, e como diferenças culturais despercebidas podem se chocar sem que se perceba o que está ocorrendo. É [...] uma arena na qual aprendizado coletivo ganha espaço e onde um senso de crescente harmonia, camaradagem e criatividade pode surgir (BÖHM; FACTOR; GARRET, 1991, tradução nossa, on-line⁵).

A prática do diálogo remete a uma das mais clássicas teorias de Psicologia Social, a teoria do contato, de Gordon Allport (1954). Em meio à segregação racial nos Estados Unidos, Allport propôs que o contato entre membros de grupos conflitantes pode reduzir preconceitos e abrandar a violência. Desde então, sua teoria foi comprovada por inúmeros estudos, os quais mostram a efetividade do contato entre negros e brancos nos Estados Unidos, entre britânicos e irlandeses, na República da Irlanda e Irlanda do Norte, e, mais uma vez, na aproximação entre perpetradores e vítimas de violência na África do Sul.

No campo de resolução de conflitos, o diálogo é ferramenta importante para o avanço nos esforços de construção da paz. De modo geral, ele refere-se ao método de colocar em contato pessoas cujas comunidades estão envolvidas em hostilidades, com a presença de um facilitador ou não, com o objetivo de aumentar a compreensão mútua e, em alguns casos, chegar a soluções conjuntas para os problemas compartilhados (BURGESS; BURGESS, 1997; KAUFMAN, 2005).

Na sua fórmula de realização, o diálogo pode ser desde uma conversa espontânea entre os participantes, caminhando por lugares escuros do conflito, ou pode ser mais sistemático, buscando respostas para problemas específicos. Funciona antes como conversação, não necessariamente como negociação, uma vez que não demanda a necessidade de um acerto entre as partes no fim de cada conversa. A negociação é vista como um estágio mais avançado do diálogo (KAUFMAN, 2005).

⁵ “In dialogue [...] people can explore the individual and collective presuppositions, ideas, beliefs, and feelings that subtly control their interactions. It provides an opportunity to participate in a process that displays communication successes and failures. It can reveal the often puzzling patterns of incoherence that lead the group to avoid certain issues or [...] to insist, against all reason, on standing and defending opinions about particular issues. Dialogue is a way of observing, collectively, how hidden values and intentions can control our behavior, and how unnoticed cultural differences can clash without our realizing what is occurring. It [is] [...] an arena in which collective learning takes place and out of which a sense of increased harmony, fellowship and creativity can arise”.

Nesse sentido, discutindo os níveis de cooperação no diálogo, Clem McCartney⁶ (1986 apud ROPERS, 2004, ver Figura 1) propõe um modelo progressivo, em que o diálogo começa com contatos iniciais para reduzir preconceitos e, quando contínuo, pode chegar ao estágio de propostas de negociações. Os níveis são: 1) Contato inicial e construção de confiança; 2) Compreensão da narrativa e história, criando empatia pelo outro lado; 3) Análise conjunta das questões envolvidas na disputa; 4) Exploração de soluções aos problemas centrais; 5) Ativismo político conjunto, de modo a influenciar opinião pública; 6) Inclusão de indivíduos influentes e próximos a atores políticos, de modo a promover pré-negociações.

Ou seja, para que o diálogo progrida ao estágio de negociação, há necessidade de continuidade. O diálogo contínuo produz melhores resultados do que encontros que se dão uma única vez (KAUFMAN, 2005).

Figura 1 – Níveis de cooperação no processo de diálogo

Fonte: MCCARTNEY, 1986 apud ROPERS, 2004, tradução nossa.

Jay Rothman (1997), por sua vez, classifica as diferentes interações entre indivíduos de grupos hostis em uma abordagem que também é, de certa forma, progressiva, pois começa com primeiros contatos para evoluir a um nível em que os disputantes tratam de forma sistemática suas diferenças. Para ele, são quatro os tipos de diálogo:

- a) *Human-relations dialogue*: nas interações diárias, as diferenças de opinião são deixadas em lugar secundário e busca-se algo mais relacional, que pode ser facilmente desfeito quando as diferenças e desentendimentos aparecerem. No caso da continuidade do contato, essa interação gera um ambiente preparatório para a construção de confiança e respeito e a compreensão do outro lado;

⁶ MCCARTNEY, Clem. Human Rights Education. **11th Annual Report. Standing Advisory Committee on Human Rights**. London : HMSO, 1986.

- b) *Positional dialogue*: é a forma de interação baseada em debate, onde se objetiva somar pontos e apresentar argumentos bem elaborados, que ganhem a discussão;
- c) *Activist dialogue*: vai um passo além. É aquele diálogo em que as questões da hostilidade são analisadas em busca de um lugar comum entre os dois lados, ou que explora as possibilidades de conter a disputa por meio de ações conjuntas;
- d) *Problem-solving dialogue*: é a abordagem mais ambiciosa, onde os disputantes organizam sua comunicação de forma a trabalhar sistematicamente cada uma de suas diferenças. Em conflitos de alto nível, esse tipo de diálogo requer a participação de um mediador, uma terceira parte neutra.

Nessa perspectiva, para que o diálogo progrida de simples interação social até a fase de ativismo ou mesmo de resolução das questões da disputa, Rothman (1997) aponta que é necessário um ajustamento cognitivo e comportamental dos participantes, os quais, após apresentarem seus argumentos, uma vez que não estão debatendo, abrem mão provisoriamente de suas razões de modo que o outro também possa expressar-se.

O diálogo, portanto, é o meio de obter novas informações sobre o outro e gerar respeito mútuo entre opiniões distintas. Ronald Fisher (2009), enfatiza:

As normas do diálogo requerem uma expressão aberta e genuína, focada tanto em preocupações em sentimentos como em ideias. Além disso, a interação precisa ser respeitosa e atenta, e há a necessidade de existir um desejo de olhar tanto para o que é comum quanto para as diferenças [...] Essencialmente, espera-se dos participantes que falem com a intenção de informar e educar, ao invés de persuadir ou dissuadir, e ouçam com a intenção de compreender e aprender, ao invés de refutar e argumentar (FISHER, 2009, p. 333-334, tradução nossa⁷).

Obviamente, essas diretrizes vão de encontro ao comportamento tipicamente expresso por antagonistas em conflitos intratáveis que envolvam elementos políticos, étnicos, socioculturais e de identidade nacional. Contudo, Fisher (2009) aponta que uma preparação cuidadosa dos encontros de diálogo, levando em consideração os níveis do mesmo e o que se pode esperar de cada etapa, é o primeiro passo para se obter resultado positivo. Isto é, não se pode almejar resolver as questões da disputa no primeiro encontro, quando ainda não há confiança ou empatia entre as partes.

Sobre o local adequado para promover diálogo, deve ser um lugar acessível a ambos os lados envolvidos, de preferência ambientes neutros como escolas, universidades, locais

⁷ “The norms of dialogue call for open and genuine expression focusing on concerns and feelings as well as ideas. Furthermore, the interaction must be respectful and attentive, and there needs to be a willingness to look for commonalities as well as differences [...] Essentially, participants are asked to speak in order to inform and educate, rather than to persuade or deter, and to listen in order to understand and learn, rather than to refute and argue”.

públicos, casas particulares ou até mesmo escritórios oficiais. Precisa ser um ambiente quieto, neutro e de baixo risco (FISHER, 2009).

Para iniciar diálogo todo momento é ideal, desde antes da emergência de uma hostilidade (na forma de medidas preventivas), quanto durante o conflito (no intuito de promover um ambiente de pré-negociação), bem como após o acordo de paz (para manter a situação estável). É preciso considerar, contudo, que as particularidades do contexto de cada disputa influenciam grandemente tanto a forma quanto o sucesso dos esforços de diálogo (KAUFMAN, 2005).

Por fim, vale mencionar que, embora os efeitos a nível pessoal dos participantes em diálogo são extensivamente demonstrados e comprovados, os efeitos macro políticos são difíceis de serem acessados. Poucos são os estudos mostrando de forma concreta como o diálogo não oficial traduziu-se em negociações oficiais. O exemplo principal, nesse sentido, é a diplomacia não oficial que antecedeu as negociações em Oslo.

Catherine Barnes (2005), por sua vez, menciona workshops de diálogo acontecendo em processos de paz diversos, como na Guatemala, Irlanda do Norte, África do Sul, Tadjiquistão, Sri Lanka, nos Balcãs e no Cáucaso. Ela aponta esses casos como fatores significativos para que, quando as condições se mostraram favoráveis à paz, negociadores pudessem se encontrar de forma amigável, pois haviam se engajado em diálogo anteriormente. Ou seja, há sim uma comprovada influência indireta e a longo prazo de projetos desse tipo, principalmente para acessar novas ideias em fóruns de discussão, as quais podem resultar em medidas preparatórias a um acordo.

2 O DIÁLOGO NÃO OFICIAL NO CONFLITO ISRAELO-PALESTINO

O que começou como uma luta de autodeterminação de dois povos, tornou-se um dos mais complexos conflitos armados dos últimos tempos por seus inúmeros aspectos e tentativas fracassadas de resolução. Suas proporções são de âmbito e dimensão internacionais, muito pelo fato da criação do Estado de Israel ser decisão da recém-criada Organização das Nações Unidas – ONU, como forma de reparar os judeus pelos horrores do Holocausto. A disputa é, ainda, uma expressão da rivalidade entre Oriente e Ocidente, pois Israel representa, para o mundo árabe, um indesejado núcleo ocidental, recordando a derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial e a consequente decadência de sua civilização.

O último Estado judeu tinha terminado em 63 d.C. Desde então, os judeus viveram em Diáspora até o nascimento do Movimento Sionista na Europa, no final do século XIX, influenciado pelas ideias iluministas, pela Revolução Francesa e pelos sentimentos nacionalistas do período. O antissemitismo crescente na Europa estimulou judeus a buscarem uma solução para o exílio, uma solução que permitisse a criação de um Estado judaico sem discriminação. Apesar de não ser um movimento religioso, o Movimento Sionista apostou no anseio judeu de retorno às terras dos tempos bíblicos.

No início do século XX, a região entre o rio Jordão e o mar Mediterrâneo, conhecida como região da Palestina, estava sob domínio do Império Otomano. Sua população era principalmente de muçulmanos e outras comunidades árabes. Com o fim da Primeira Guerra Mundial e desintegração do Império Otomano, o Império Britânico passa a administrar o território. Antes disso, várias promessas foram feitas ao Movimento Sionista pelos britânicos. Uma dessas promessas materializou-se na Declaração de Balfour, em 1917, em que os britânicos mencionavam o apoio à criação de um lar para os judeus na Palestina.

A comunidade judaica da Palestina manteve relações pacíficas tanto com a comunidade árabe quanto com a comunidade cristã local pelos cerca de 1500 anos que antecederam a Declaração de Balfour. Desde o início do Islã, no sétimo século, judeus vivendo em terras muçulmanas tiveram importante papel na vida econômica, intelectual, cultural e política dos vários impérios. Apesar de alguns relatos de perseguição, eles viveram relativamente bem como uma minoria entre os árabes. Ao lado dos cristãos e de outras minorias, faziam parte das *dhimmis*, ou populações protegidas, grupos não muçulmanos vivendo em terras muçulmanas. Por meio de um contrato teórico e do pagamento de taxas, eram concedidos certos direitos e responsabilidades aos cidadãos das *dhimmis* dentro do império (KAUFMAN; HASSASSIAN, 2013).

Nesse sentido, a Declaração de Balfour, de 1917, foi, na perspectiva sionista, uma importante vitória do movimento, pois representou o suporte britânico para o estabelecimento de um lar nacional para os judeus na Palestina. Por outro lado, na perspectiva palestina, enquanto o Movimento Sionista parecia a resposta para a questão judaica, o imperialismo britânico encontrou no Sionismo uma ferramenta perfeita para alcançar seus próprios interesses no mundo árabe, economicamente e estrategicamente importante para o Império. Assim, para os palestinos, 1917 foi o primeiro de muitos anos marcados por tragédia, guerra, infortúnio, mortes e destruição (ADWAN; BAR-ON; NAVEH, 2012).

Ou seja, o confronto entre árabes e judeus é produto mais de circunstâncias históricas do que de contradições religiosas ou culturais. De fato, os primeiros episódios violentos ocorreram sob o Mandato Britânico na Palestina, com as intensas ondas de migração judaica para a região a partir da Europa. No período, destacam-se os confrontos de 1921, 1929 e 1936, eventualmente traduzindo-se em um padrão de confronto militar em cada década subsequente e durando até o presente momento. Dentre os principais eventos, pode-se elencar (KAUFMAN; HASSASSIAN, 2013; ADWAN; BAR-ON; NAVEH, 2012):

- 1) A Guerra da Independência de Israel, ou *Al-Nakbah*, a catástrofe palestina, em 1947-9: neste momento, os britânicos se retiram e entregam a questão nas mãos da ONU, que cria o Estado de Israel. Há uma reincidência de confrontos locais entre comunidades árabes e judaicas, que acabou com dimensões regionais e sete Estados árabes declarando guerra a Israel;
- 2) Campanha do Sinai, ou Guerra de Suez, em 1956: Israel, preocupado com a infiltração armada em suas fronteiras com o Egito e com a liberdade de navegação no Mar Vermelho, declarou guerra ao Egito com o apoio de França e Reino Unido. O curto, mas violento conflito, ficou caracterizado como uma disputa de soberania sobre recursos naturais, mas também envolveu questões do conflito árabe-israelense e a disputa entre Estados Unidos e União Soviética;
- 3) Guerra dos Seis Dias, ou Guerra de Junho ou *Al-Naksa*, em 1967: Israel entra em confronto com três de seus vizinhos, Egito, Síria e Jordânia. A vitória de Israel foi rápida e resultou na ocupação da Península do Sinai – incluindo a Faixa de Gaza –, das Colinas de Golã e da Cisjordânia. O apoio norte-americano a Israel neste período levou muitos países árabes a cortarem relações com os Estados Unidos, tornando o conflito árabe-israelense como uma disputa típica de Oriente contra Ocidente, característica da Guerra Fria. Entre os palestinos, o mais importante resultado da Guerra de Junho foi a emergência do Fatah como um movimento popular entre as massas árabes;

- 4) *Yom Kippur*, ou Ramadã, ou Guerra de Outubro, em 1973: o confronto começou com um ataque surpresa de Egito e Síria no feriado judaico de *Yom Kippur*, durante o Ramadã árabe daquele ano. Egito e Síria cruzaram as linhas de cessar fogo da Guerra de 1967, na Península do Sinai e nas Colinas de Golã, respectivamente. As Forças de Defesa de Israel conseguiram recuperar-se do ataque inesperado e, na segunda semana de guerra, cruzaram o lado leste do Canal de Suez. Estados Unidos e União Soviética envolveram-se e um cessar fogo proposto pela ONU entrou em vigor na última semana do mês de outubro. A principal consequência deste confronto foi uma crise do petróleo, uma vez que Estados árabes boicotaram economicamente aos Estados Unidos por seu apoio a Israel. Para os palestinos, a Guerra de Outubro acabou com o impasse político na região e motivou a iniciativa de 1974, em que se propôs um programa político de dez pontos para o estabelecimento de um Estado palestino independente;
- 5) Operação Paz na Galileia, ou Guerra do Líbano, em 1982: Israel invade o Líbano para fazer cessar os ataques da resistência palestina estabelecida no sul do país, onde a Organização para a Libertação da Palestina – OLP, estava baseada. Ao mesmo tempo, milícias cristãs libanesas invadiram os campos de refugiados palestinos de Sabra e Shatila, no sul do Líbano. Nenhum país árabe veio em socorro dos palestinos naquele momento, reduzindo, pela primeira vez, as dimensões da guerra a uma disputa israelo-palestina, com as elites libanesas divididas no apoio de um ou de outro;
- 6) Intifada, em 1987: a erupção da Primeira Intifada, com palestinos atirando paus e pedras nos soldados israelenses em protesto contra a ocupação, trouxe o conflito israelo-palestino de volta à terra sob disputa. Ao mesmo tempo em que é considerado um momento de confronto, a Primeira Intifada é também um marco na história da resistência não violenta palestina pelo engajamento da população nos protestos;
- 7) Segunda Intifada, ou Intifada *Al-Aqsa*, em 2000-3: comparada à violência limitada do primeiro levante palestino em 1987, a Segunda Intifada foi altamente militarizada. O confronto aconteceu em meio a um impasse no Processo de Paz de Oslo, em que grupos de ambos os lados, insatisfeitos com as cláusulas do acordo de paz, começam uma série de ataques violentos;
- 8) Operação Chumbo Fundido, ou Guerra de Gaza, em 2008: ofensiva israelense na Faixa de Gaza após um cessar fogo acordado entre Israel e o Hamas, então no controle de Gaza. Após a ofensiva, o Hamas anuncia a suspensão da trégua e passa a lançar foguetes Qassam no sul de Israel. Após o cessar fogo no início de 2009, Israel retira completamente suas tropas. Em Gaza, a situação humanitária deteriora-se;

- 9) Operação Pilar Defensivo, em 2012: 7 dias de violentos ataques israelenses a Gaza, justificados como uma repreensão ao lançamento de foguetes em território israelense, ataque contra civis israelenses e explosão de um túnel onde estavam soldados das FDI. Por sua vez, o Hamas negou ter provocado os ataques e denunciou as ações de Israel como tendo causado a morte de milhares de civis;
- 10) Operação Margem Protetora, ou Guerra de Gaza de 2014: ofensiva israelense à Faixa de Gaza que iniciou como represália ao sequestro e morte pelo Hamas de três jovens civis israelenses. É considerado o mais violento confronto entre israelenses e palestinos, sendo que os dois lados são acusados de terem cometido crimes de guerra durante o período;
- 11) Intifada Individual, em 2015: uma série de ataques individuais de civis palestinos contra civis e soldados israelenses na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental e forte represália do exército israelense.

Nos períodos intermediários a essas guerras, tem-se os ciclos de paz e tentativas de resolução, dentre os quais destacam-se (KAUFMAN; HASSASSIAN, 2013):

- 1) Acordo de paz entre Israel e Egito em Camp David I, em 1978-9;
- 2) Acordos de Oslo entre Israel e Palestina, em 1993, que criaram a Autoridade Palestina para administrar os territórios ocupados e propunham a criação de um Estado palestino autônomo dentro de cinco anos;
- 3) Breves períodos de negociações pelas Cúpulas de Camp David II em 2000, na tentativa de consolidar o que foi proposto em Oslo e tratar de questões deixadas de lado, como fronteiras, Jerusalém e os refugiados palestinos;
- 4) Nova tentativa de acordo em Taba, em 2001, a qual foi abandonada com a eleição de Ariel Sharon em Israel;
- 5) Em 2002, a Liga Árabe mostra interesse em pôr fim ao conflito e propõe uma abordagem multilateral, apoiando a criação de um Estado palestino com as fronteiras de 1967 com uma solução para a questão dos refugiados e, em troca, os países árabes reconheceriam Israel;
- 6) Entre 2003 e 2004, Estados Unidos, Rússia, União Europeia e ONU, o Quarteto, elaboraram o *Road Map*, com diretrizes de como chegar a um acordo final;
- 7) Acordos de Genebra, em 2003, reforçavam as diretrizes do *Road Map*, propondo que os palestinos renunciassem ao direito de retorno em troca de todo o território da Cisjordânia, exceto alguns assentamentos israelenses perto da fronteira;
- 8) Encontro de Annapolis, nos Estados Unidos, em 2007, entre o presidente da Autoridade Palestina, o premiê israelense Ehud Olmert, representantes do Quarteto e de diversos

países árabes, o qual propunha uma nova tentativa de acordo. Contudo, o Hamas, que ganhara as eleições na Faixa de Gaza em 2006, foi deixado de fora da conversa e as negociações acabaram sendo interrompidas com o início da Guerra de Gaza, em 2008.

Por fim, destaca-se a mais recente iniciativa internacional de pôr um fim ao conflito, a conferência de paz em janeiro de 2017 ano, em Paris. Representantes de 70 países comprometeram-se a apoiar uma solução de dois Estados, baseados nas fronteiras de 1967. Contudo, nem israelenses nem palestinos participaram da conferência. O líder da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, deu apoio ao evento, mas não enviou representantes. Benjamin Netanyahu, por sua vez, declarou que a conferência era inútil (WILLSCHER, 2017).

Enquanto tantos esforços diplomáticos falharam, a sociedade civil, igualmente, atuou com várias estratégias de diplomacia não oficial para contribuir ao alcance da paz. Efetivamente, “os contatos informais entre israelenses e palestinos afetaram de forma significativa as dinâmicas da guerra e paz na região” (DEMANT, 1996, p. 75, tradução nossa⁸). É, em realidade, consenso que a influência direta e indireta da sociedade civil impulsionou o início do Processo de Paz entre Israel e Palestina na década de 1990 (KAUFMAN, 2005; AVIAD, 2017; HERZOG; HAI, 2006; DEMANT, 1996).

Parte dessa influência deu-se pelos contatos e iniciativas não oficiais de diálogo entre pessoas influentes e próximas a lideranças políticas, promovidas por OSCs e grupos acadêmicos. Para uma melhor compreensão de como isso se deu, neste capítulo traça-se um breve histórico dos contatos de diálogo entre israelenses e palestinos, iniciando nos anos que antecederam a Primeira Intifada, passando pela grande expansão dos projetos de diálogo na década de 1990, durante o Processo de Paz de Oslo, e percebendo como a consciência de que a paz não iria acontecer começou a atingir os grupos já naquele período.

2.1 PRIMEIROS CONTATOS: O DIÁLOGO NÃO OFICIAL EM 1970 E 1980

Até 1991, todo o contato entre israelenses e palestinos era informal. Israel fez acordos de paz com seus vizinhos árabes, mas, em relação à Palestina, ainda não havia esforços de negociação, além de uma breve menção no acordo de paz com o Egito, em 1978, de que a questão palestina seria resolvida. Foram as iniciativas de diálogo não oficial neste período que “efetuaram um lento, mas cumulativo mar de mudanças na opinião [pública] e representaram diversos esforços aventureiros de pré-negociação” (DEMANT, 1996, p. 76, tradução nossa⁹).

⁸ “Israeli-Palestinian informal contacts did significantly affect the dynamics of war and peace in this region”.

⁹ “effected a slow but cumulative sea change in opinion and featured several adventurous prenegotiation efforts”.

Isso culminou, em 1991, no mútuo reconhecimento e abriu a negociação oficial na conferência de Madri. Criou-se a possibilidade, pela primeira vez, de uma negociação de paz.

Ao falarmos em sociedade civil israelense e palestina, é possível afirmar que, apesar de suas realidades diferentes, são ambas sociedades em processo de construção. É impossível falar das mesmas sem levar em consideração, em primeiro lugar, o movimento nacionalista no início do século XX e, ainda, o conflito que, em muitos momentos, define a atuação dessas sociedades e configura seus sucessos e desafios (PUNDAK; KHOURY, 2012).

Embora seja difícil definir a sociedade civil palestina na ausência de um Estado, pode-se dizer que esta sociedade está em transição, dada a presença de movimentos civis e de um grande número de organizações, e se tornará integral quando um Estado se realizar. No discurso de pesquisa, desde o estabelecimento da Autoridade Palestina – AP, em 1994, passa a ser usado o conceito de “sociedade civil” para definir a associação comunitária na Palestina (PUNDAK; KHOURY, 2012; SALEM, 2012).

Entre os palestinos, a atuação civil era ativa e emergente nos anos 1920 e 1930, composta por grupos religiosos, clubes, sindicatos, sociedades de mulheres e organizações de caridade. A primeira grande demonstração pública de que se tem registro foi contra o Mandato Britânico e a decisão de tornar a Palestina um lar para os judeus, em 1920, com a presença de 40 mil pessoas (ADWAN; BAR-ON; NAVEH, 2012, p. 23). Com a criação do Estado de Israel, a *Al-Nakba*, a sociedade civil palestina enfraquece e fica dispersada até 1964 (MUSLIH, 1993). A partir de 1964, a OLP, passa a liderar a sociedade e a manter financeiramente as associações comunitárias. São incluídas como OSCs, então, desde grupos comunitários e braços armados da OLP trabalhando fora da Palestina, quanto comitês de trabalho voluntário, organizações de jovens e, nos anos 1970 e 1980, organizações de saúde e educação. É uma sociedade civil focada principalmente em assistência social e humanitária (SALEM, 2012).

É a década de 1980 e, principalmente, o início da Intifada, que alarga a participação social, sendo a resistência não violenta contra a ocupação um marco na atuação civil. Também, no final da década, OSCs com foco em desenvolvimento comunitário e defesa dos direitos humanos ganham maior espaço (SULLIVAN, 1996).

Em se tratando da sociedade civil israelense, até a década de 1970-80, os movimentos operavam de acordo com posições políticas estabelecidas. Enquanto o Partido Trabalhista, o *Ha-Avoda*, esteve no poder (1933-1977), a estrutura sócio-política e econômica atuou para manter a hegemonia política e cultural do mesmo (PELED, 2005; CHAZAN, 2012). Para Yishai (1998), esse foi um momento de inclusão ativa da sociedade civil ao Estado, onde o poder do Estado era capaz de mobilizar a comunidade para a realização de objetivos nacionais. Uma

segunda fase inaugura-se com a guerra de 1967 e vai até o início dos anos 1980. Apesar da ideologia política ainda marcar a sociedade civil israelense neste período, o crescimento econômico tornou-se o maior objetivo social e o Estado acaba distanciando-se e sendo adverso aos grupos da sociedade civil, assinalando um período de transição.

Os anos 1980 marcam o início de uma terceira fase, em que o Estado é mais ameno aos grupos civis e esses desenvolvem-se com certa separação dos objetivos nacionais. Uma rede diversa de organizações começa a surgir nessa fase, focadas tanto em direitos humanos, como justiça social, educação, questões de imigração e associações étnicas (YISHAI, 1998).

Surge também espaço para debater questões relacionadas ao conflito árabe-israelense e para de diplomacia não oficial. O grupo *Peace Now*, fundado em 1978, foi um dos primeiros movimentos a iniciar contatos com palestinos em busca de diálogo, na década de 1980. Janet Aviad liderava as iniciativas de *Peace Now* nesses anos. Recordando o período, ela explica que o objetivo da organização era mostrar à sociedade e ao governo israelense a existência de um parceiro palestino para a paz. Não havia um movimento pela paz organizado na Palestina, da maneira como se formava em Israel, mas havia um anseio da opinião pública por uma resolução do conflito e criação de um Estado (AVIAD, 2017).

Pouco antes da Primeira Intifada, os contatos foram iniciados por *Peace Now* com prefeitos das cidades palestinas, como Elias Tredje, de Belém e Mustafa Narche, de Hebron. Faisal Hussein, importante liderança do Fatah naquele momento, dirigiu em cooperação com *Peace Now* esse programa de diálogo com os prefeitos. Também faziam contato com lideranças das vilas na Cisjordânia para promover encontros públicos de debate e confraternização, com presença significativa da imprensa local e internacional.

Janet Aviad (2017) aponta essas ações como o que de mais significativo se poderia fazer naquele momento, pois moldava a opinião da população em relação ao outro. Devido à disputa, as sociedades israelense e palestina viviam totalmente separadas e alheias. Sabia-se da existência de um inimigo do outro lado da fronteira, mas esse inimigo era completamente desconhecido. Quer dizer, foi a sociedade civil a primeira a quebrar as barreiras e o impasse em que se encontrava a disputa.

Motty Awerbuch, ativista de *Peace Now*, relata a visita a uma vila palestina, durante a Primeira Intifada. Sua narrativa dá ideia de como foram os contatos iniciais com um vizinho incógnito, estereotipado e temido:

Um dos mais notáveis eventos aconteceu quando a Intifada estava em seu pico. Inicialmente planejado como uma atividade política, acabou tornando-se uma extraordinariamente comovente experiência humana. Três comboios de carros israelenses e ônibus cheios partiram para três diferentes destinos na Cisjordânia. Um

foi para a entrada da vila de Turmos 'Aya. Era um sábado e a clausura geral tinha sido forçada na Cisjordânia. Os ônibus e carros, decorados com pôsteres do *Peace Now*, moveram-se lentamente pelas ruas vazias, em meio a uma tensa atmosfera. Era um período muito violento. As pessoas estavam nos telhados fazendo o sinal de "V". Era um sinal provocativo ou expressava empatia? Enquanto os veículos cruzaram as estradas vazias nas primeiras vilas, tudo ficou claro. A população local realmente estava esperando o comboio do *Peace Now*. E, de uma vila a outra, telhados e janelas estavam cheios de pessoas acenando e dando seus cumprimentos. Pessoas precipitaram-se dos campos para a estrada e também acenavam aos visitantes. Isso continuou até que os veículos alcançaram a entrada da vila, onde policiais de fronteira nos preveniram de entrar, dizendo que estavam preocupados com a segurança dos israelenses (AWERBUCH, 1997, on-line, tradução nossa¹⁰).

Com a proibição dos policiais de entrar na vila palestina, o comboio de *Peace Now* concordou em se afastar para não gerar uma atmosfera ameaçadora, e os moradores foram autorizados a sair e ir até eles, para se encontrarem entre as oliveiras à entrada da vila.

De repente, havia uma comoção. Uma grande massa, sobretudo de jovens, avançava pela estrada: eram os mesmos jovens que tinham sido vistos jogando pedras nos soldados das FDI. O primeiro desses jovens apertou as mãos dos israelenses. Na confusão e no embaraço, israelenses e palestinos misturaram-se, fizeram contatos, apertaram as mãos firmemente e trocaram olhares e sorrisos. As crianças vinham e apertavam vez após vez as mãos dos adultos. Os palestinos mais velhos vieram por último. Pequenos grupos sentaram-se e conversaram embaixo das oliveiras. A inesperada surpresa era mútua. Os membros do *Peace Now* sabiam que havia um grande desejo por paz do outro lado, mas não esperavam tão grande onda de emoções dos jovens palestinos [...] Como nós de *Peace Now* pudemos perceber tão bem, essa foi uma demonstração fascinante de simpatia pela ideia da paz no lado palestino (AWERBUCH, 1997, on-line, tradução nossa¹¹).

Ao mesmo tempo em que esses eventos aconteciam, na sociedade palestina começaram a formar-se grupos e associações de resistência não violenta. Esses grupos não tinham foco

¹⁰ "One of the outstanding events took place when the Intifada was at its peak. Initially planned as a political activity, it turned out to be an extraordinarily moving human experience. Three full convoys of Israeli cars and buses set out for three different destinations in the West Bank. One went to the entrance to the village of Turmos 'Aya. It was a Saturday and a general closure was in force in the West Bank. The buses and cars, decorated with Peace Now posters, moved slowly through the empty streets, amid a tense atmosphere. It was a very violent period. People stood on rooftops and gave the "V" sign. Was it a provocative sign or one expressing sympathy? As the vehicles crossed the empty streets of the first village, everything became clear. The local population was indeed waiting for the Peace Now convoy. And from one village to the next, windows and rooftops were crowded with people waving and signaling their greetings. People rushed from the fields onto the road and also waved to the visitors. This continued until the vehicles reached the entrance to the village, where Border Policemen prevented them from entering, claiming they were concerned for the safety of the Israelis".

¹¹ "Suddenly there was a commotion. A great mass of mainly young people was advancing along the road: these were the very same youngsters who had been seen throwing stones at IDF soldiers. The first of these children shook hands with the Israelis. In the confusion and embarrassment, Israelis and Palestinians mingled, made contact, shook hands firmly and exchanged looks and smiles. The children went to shake hands over and over again with the adults. The older Palestinians came last. Small groups sat and talked under the olive trees. The great surprise was mutual. Peace Now people knew that there was a great desire for peace on the other side, but they had not expected such a great outpouring of emotions from young Palestinians [...] As far as we in Peace Now were concerned, it was a fascinating demonstration of sympathy for the idea of peace on the Palestinian side".

específico em promover a paz, como o movimento israelense, mas apostavam na não violência, no diálogo e no reconhecimento de Israel como meio de resolver a disputa.

Nesse sentido, a cidade de Beit Sahour, próxima a Belém, possui a reputação de centro de ativismo político e resistência não violenta nas décadas de 1980 e 1990. Durante a Primeira Intifada, a cidade organizou um boicote ao pagamento de impostos a Israel. O *Palestinian Center for Rapprochement between Peoples* – PCR, de Beit Sahour, teve papel fundamental nesse boicote. O centro ainda foi pioneiro do uso de técnicas de resistência não violenta na Palestina, provendo treinamento para a população local em gerenciamento de conflito, resistência pacífica e diálogo transcultural. PCR foi também o primeiro grupo palestino a ter um projeto de diálogo formal com israelenses. O projeto, conhecido como *Rapprochement Dialogue*, foi a mais durável iniciativa conjunta entre israelenses e palestinos e continuou em atuação por 12 anos, mesmo com a Segunda Intifada e a violência crescente (PCR, 2017; QUMSIYEH, 2017).

Yehudit Green (1996), membro da equipe de fundadores do *Rapprochement Dialogue*, atribui à turbulência gerada pela Primeira Intifada a gênese do movimento de *grassroots* em parceria com israelenses. Ela recorda que os encontros em pequenos grupos logo cederam espaço para ações em larga escala, como os encontros de oração pela paz em igrejas em Beit Sahour, onde pessoas participavam aos milhares, ou os piqueniques de diálogo em Nablus, também com centenas de participantes israelenses e palestinos.

Para os palestinos, naquele momento, a grande questão era saber se haveria israelenses suficientemente corajosos para encontrarem-se com eles na Cisjordânia, uma vez que eram inúmeros os estereótipos a respeito da sociedade palestina e dos “furiosos palestinos” atacando ônibus israelenses e levando-os de volta à Linha Verde, como descreveu seu sentimento uma participante israelense dos workshops em Nablus (GREEN, 1996). Em um nível mais pessoal, os encontros de diálogo ofereciam nova esperança para buscar a paz com Israel. O relato de um participante desses encontros expressa isso:

Com a clausura, nosso povo sentiu-se deprimido. Nós desistimos de tudo pela paz, mas ainda estávamos na prisão. Minha vontade por paz entrou em colapso. Porém, o diálogo me ajudou a sentir que há esperança. Isso me deu a motivação para continuar, porque restaurou minha confiança nas pessoas (GREEN, 1996, on-line, tradução nossa¹²).

¹² “With the closure, our people feel depressed. We gave up everything for peace, but we are still in prison. My will for peace collapsed. However, the dialogue has helped me to feel that there is hope. It gave me the motivation to continue, because it restored my trust in people”.

Em 1988, em parceria com a Autoridade Palestina, *Peace Now* passou a organizar eventos públicos também nas cidades da Cisjordânia, com participação massiva. Os eventos eram anunciados como “um dia pela paz”. Mesmo sem permissão das Forças de Defesa de Israel, ônibus saíam de Jerusalém e Tel Aviv para Nablus, Jenin, Hebron e Belém, para comparecerem aos eventos. A programação, como nas vilas, envolvia um momento de confraternização, tomando chá e comendo biscoitos, e discursos públicos (AVIAD, 2017).

Janet Aviad (2017) recorda um notável resultado dessas reuniões. *Peace Now* agrupou em Hebron membros do Knesset, do Partido Trabalhista e do MAPAM, com palestinos do Fatah. Anteriormente, haviam preparado um plano não oficial de paz, baseado em dois Estados, com as fronteiras de 1967 e Jerusalém sendo capital dos dois povos. Enquanto o comboio dirigia-se para Hebron, os ônibus israelenses foram atacados por colonos judeus. Esse ataque deu ainda mais publicidade ao encontro e tornou as atividades uma boa fórmula de discutir as principais questões da disputa.

Ou seja, tanto entre israelenses como entre palestinos, as iniciativas de diálogo tinham uma clara orientação política e preparavam tanto a sociedade quanto as lideranças para o processo de paz que viria em seguida. Não havia ênfase em reconciliação, mas em ativismo político, por meio de protestos, debates e demonstrações públicas visando conceber meios para negociações oficiais.

Para o *Peace Now*, o ápice de seu ativismo foi uma atividade conjunta em 30 de dezembro de 1989, chamada de *Hands Around Jerusalem*. Organizado por Janet Aviad e Faisal Husseini, do Fatah, o evento inspirou-se no movimento pela paz italiano e reuniu cerca de 30 mil pessoas reivindicando um acordo de paz, com a criação de um Estado palestino. No início da manhã, 15 mil palestinos e 15 mil israelenses das principais cidades israelenses e da Cisjordânia cercaram a Cidade Velha de Jerusalém, de mãos dadas, vestindo roupas brancas e carregando cartazes e balões com mãos e com a palavra paz, simbolizando a parceria entre as duas sociedades. O evento teve uma expressão significativa e por vários dias foi notícia internacional (AVIAD, 2017).

É possível afirmar, portanto, que antecedendo o diálogo oficial, esse tipo de diplomacia de Track II mostrou-se totalmente crucial. Os eventos afetaram a opinião geral sobre as negociações e levaram ao reconhecimento mútuo entre o governo de Israel e a Autoridade Palestina (DEMANT, 1996).

2.2 ANOS DOURADOS DO MOVIMENTO PELA PAZ: O DIÁLOGO NÃO OFICIAL NA DÉCADA DE 1990

Enquanto o movimento pela paz atuava preparando o terreno para um acordo, outro tipo de diplomacia não oficial acontecia secretamente na Noruega. Negociações foram conduzidas em Oslo no início dos anos 1990, por um lado, por dois acadêmicos israelenses e, de outro, por dois conselheiros de Yasser Arafat, naquele momento, presidente da OLP. Os acadêmicos israelenses eram próximos ao então vice-ministro de relações exteriores de Israel, Yossi Beilin. Por meio dele, as propostas de negociação chegaram a Shimon Peres e, eventualmente, ao primeiro ministro Yitzhak Rabin. As negociações secretas resultaram na primeira troca de cartas entre Rabin e Arafat. Esse trabalho traduziu-se na Declaração de Princípios de setembro de 1993, assinada na Casa Branca com mediação do presidente americano Bill Clinton, dando o início ao Processo de Paz de Oslo (KAUFMAN; HASSASSIAN, 2013).

Em relação aos encontros de diálogo acontecendo a nível da sociedade civil, como os promovidos por *Peace Now* e o *Rapprochement Dialogue*, a partir de 1993, essas iniciativas passaram a ser um dos componentes dos Acordos de Oslo. Chamadas de *People-to-People* – P2P, as atividades de diálogo propostas nos Acordos tinham o objetivo de originar contatos entre as sociedades, encorajando um processo de re-humanização do outro, gerando empatia, cooperação e entendimento. Esperava-se, como resultado final, a reconciliação, tida como a condição mais significativa de uma paz estável (PUNDAK, 2005-6; 2012).

Para o movimento pela paz, esses foram os anos dourados. O diálogo tornou-se o fenômeno da década, com centenas de projetos em funcionamento e financiamento massivo para as atividades. De acordo com as pesquisadoras das atividades de P2P durante a década de 1990, Shira Herzog e Avivit Hai (2006, p. 15), entre setembro de 1993 e outubro de 2000, cerca de 500 projetos de diálogo foram iniciados, envolvendo mais de 100 organizações. No período, entre 20 e 30 milhões de dólares foram doados para essas atividades por inúmeros atores governamentais, além de centenas de doadores privados. Porém, para as autoras, apesar de parecerem números consideráveis, essas atividades representavam apenas uma fração do que realmente deveria acontecer para mudar substancialmente a relação de hostilidade entre as duas sociedades.

Os anos 1990 foram também e, possivelmente, devido ao Processo de Paz, um momento de florescimento da sociedade civil na Palestina e em Israel. A sociedade civil passa por um momento de unificação e o papel das OSCs cresce. Na Cisjordânia, comitês populares compostos por participantes da Primeira Intifada multiplicam-se. As organizações focadas em

saúde e educação se sobressaem, mas também há grupos promovendo democracia, construção institucional, desenvolvimento, e protestando contra violações de direitos humanos e antimilitarização. Acima de tudo, o movimento de não violência palestino tem um período de grande prosperidade e alargamento (SULLIVAN, 1996; AWAD, 2017).

Em Israel, a sociedade civil está em seu melhor momento. Além do movimento pela paz, começam a surgir grupos de defesa de direitos humanos dos palestinos, bem como de beduínos e migrantes. Há ainda um despontar de associações de desenvolvimento comunitário e defesa do pluralismo religioso (CHAZAN, 2012).

Após os Acordos de Oslo, no mesmo ano, pela empolgação com o fim do conflito, surgiram na Palestina os primeiros grupos denominando-se movimento pela paz. Dentre eles, pode-se citar: *The Movement for Peace and Understanding from Gaza and Khan Yunis*, *The Dialogue Group in Nablus*, *The Tulkarem Dialogue Group*, *The Youth Movement for Peace in Ramallah* e *The Youth Movement for Peace in Gaza* (AWERBUCH, 1997).

As sociedades também perceberam ser aquele o momento ideal para iniciar esforços conjuntos, não mais organizações israelenses indo ao encontro das palestinas e vice-versa, mas organizações com liderança mista que pudessem ajudar o processo a seguir em frente (SCHENKER, 2017). Surgiram, então, importantes grupos binacionais, tais como os de atuação acadêmica *Peace Research in the Middle East – PRIME*, *Israel-Palestine Center for Research and Information – IPCRI*, *Palestine-Israel Journal*, e ainda a associação de famílias enlutadas, o *Parents Circle Families Forum*, dentre outros.

Peace Now, apesar de não concordar que as negociações de Oslo eram o melhor acordo para ambos os lados, deu apoio ao Processo de Paz e promoveu em Jerusalém manifestações a favor de Oslo. A partir daí, com o início das atividades de P2P em diferentes esferas e com várias organizações envolvidas, além do diálogo entre governos acontecendo, a organização não viu mais sentido em promover diálogo não oficial e, gradualmente, partiu para outras ações, como o monitoramento dos assentamentos israelenses na Cisjordânia (AVIAD, 2017).

Em relação aos participantes das iniciativas de diálogo nesta época, entre os israelenses, eram principalmente profissionais do direito, da área de saúde e educação. Tinham altos níveis de educação, sendo acadêmicos na grande maioria e de ascendência europeia, muitos deles com opiniões políticas de centro e de esquerda (DEMANT, 1996).

Motty Awerbuch (1997) divide os israelenses em três grupos principais:

- a) Ativistas veteranos de grupos de esquerda e centro esquerda dentro do espectro político de Israel, que viam a necessidade de paz;

- b) Jovens israelenses que lutaram nas FDI durante a Intifada, e que viram no diálogo uma opção melhor do que a luta armada;
- c) Grupos de acadêmicos e intelectuais advogando por soluções pacíficas.

Entre os palestinos, também havia participantes da elite acadêmica e política, sendo os cristãos os mais representados (DEMANT, 1996). Na divisão de Awerbuch (1997), tem-se:

- a) Ativistas palestinos da Intifada que permaneceram por um tempo nas prisões israelenses e passaram a ver as negociações pacíficas como melhor alternativa;
- b) Jovens palestinos que trabalhavam em Israel e passaram a conhecer a sociedade israelense, juntando-se a ela em esforços para a paz;
- c) Cidadãos em geral, muitos profissionais liberais e comerciantes, além de acadêmicos que apostavam na paz como meio de melhorar a situação econômica e social da Palestina.

Para os participantes, as atividades de diálogo também tiveram efeito positivo em um nível menor, mais pessoal. Encontrar o outro lado, estereotipado pela propaganda da mídia, mudou-os e os fez mais cientes da humanidade essencial do outro. Esse “outro” transformou-se de absoluto inimigo em um eventual adversário e potencial parceiro. Em relação às discussões para resolver o conflito,

[o] diálogo proveu uma ferramenta ponderosa para transmitir informação e educar cada lado sobre as restrições políticas que limitam as opções de seus homólogos [no conflito], tornando claro ao outro lado quais demandas são politicamente realistas e quais não são (DEMANT, 1996, p. 97, tradução nossa¹³).

No entanto, o tremendo senso de otimismo nos primeiros anos da década de 1990 logo começou a erodir. Um golpe significativo para os israelenses foi o assassinato do primeiro ministro Rabin, em 1995, por um israelense de extrema direita. Shimon Peres assumiu temporariamente o cargo de primeiro ministro, até ser substituído em 1996 por Benjamin Netanyahu, o principal representante da oposição, que vence as eleições ao criticar vivamente os acordos de paz estabelecidos pelo governo de Rabin. Ao contrário de Rabin, do Partido Trabalhista, ou seja, de esquerda política, Netanyahu pertence ao *Likud*, partido que concentra o centro-direita e a direita-conservadora.

Vale ressaltar que, em Israel, o significado de esquerda e direita política é pouco relacionado a questões sociais e define-se basicamente pelas posições em relação ao conflito

¹³ “Dialogue provided a powerful tool for transmitting information and educated each side about the political constraints limiting the options of its counterparts, making clear to the other side which demands were politically realistic and which were not”.

com os palestinos. Nesse sentido, ser de esquerda significa acreditar que resolver o conflito o mais rápido possível é o melhor para Israel, ainda que para atingir esse objetivo seja necessário fazer concessões em termos de território. Ser de direita, por outro lado, é ser mais cético sobre as chances reais da paz acontecer e, portanto, mais hesitante em fazer concessões em uma negociação, pois os acordos feitos dificilmente serão honrados. Para a esquerda, em geral a favor de uma solução de dois Estados, é fundamental garantir a existência de um Estado com maioria de população judaica. Para a direita, mais focada em questões territoriais, como a paz não pode ser alcançada, é essencial defender-se, mantendo um exército forte e uma postura agressiva na política internacional.

Benjamin Netanyahu foi contrário ao Processo de Paz desde o início, mas quando se tornou primeiro ministro boicotou os esforços de paz. Ehud Barack, ao sucedê-lo em 1999, tentou fazer um último esforço em Camp David II, em 2000, porém sem sucesso.

Entre os palestinos, problemas internos com a administração da Autoridade Palestina, hostilidades entre o Fatah e o Hamas, ataques suicidas em Israel, bem como a decepção com a continuidade dos assentamentos israelenses na Cisjordânia juntaram-se aos problemas internos israelenses para mudar a equação. Pouco a pouco, a esperança no sucesso dos Acordos de Oslo desgastava-se e com ela também as iniciativas de diálogo.

Inúmeras são as análises das razões do colapso de Oslo. Além das questões mencionadas acima, os historiadores Baruch Kimmerling e Joel Migdal (2003) mencionam as falhas estruturais no acordo, que deixaram de tratar em profundidade aspectos centrais da identidade nacional palestina, como o direito de retorno dos refugiados e o fim dos assentamentos na Cisjordânia. Num mesmo sentido, o historiador israelense Illan Pappé (2006), aponta como uma fraqueza da delegação palestina tornar essas questões negociáveis, quando não deveriam ser. Pappé ainda acrescenta o desequilíbrio de poder nas negociações, favorecendo dramaticamente a Israel, como debilidade fundamental de Oslo.

Por sua vez, o israelense Schlomo Ben-Ami (2007), membro da diplomacia e que participou das negociações, põe a responsabilidade maior pelo fracasso das negociações na liderança de Yasser Arafat, incapaz de assumir uma postura clara nas conversas e incapaz de lidar com a ascensão do Hamas e com os ataques terroristas, que não pararam durante Oslo.

Em acréscimo, Kimmerling e Migdal (2003) apontam a falha das lideranças tanto israelenses quanto palestinas em entenderem os anseios do público naquele momento, deixando de fora dos acordos uma grande parcela da população que não era totalmente a favor das negociações ou da forma como estavam sendo conduzidas. O ápice dessa insatisfação foi a

Segunda Intifada, trazendo de volta um ciclo de guerra e violência e pondo fim definitivo aos esforços diplomáticos dos anos anteriores.

Os efeitos secundários da falência da diplomacia foram devastadores: ambos os lados se culparam, afirmando a ausência de parceiro real e retrocedendo na confiança e reconhecimento mútuo. O que se seguiu – as guerras em Gaza, a construção do Muro da Cisjordânia, as restrições de movimentação cada vez mais severas aos palestinos, o aumento de assentamentos israelenses na Cisjordânia, os atos terroristas contra cidadãos israelenses, etc. – só fizeram aumentar a distância entre os anseios por paz e a realidade da hostilidade. Israelenses desejavam segurança e tiveram mais atos terroristas e um clima de medo constante. Palestinos desejavam liberdade e igualdade de direitos, tiveram mais restrições e opressão. O conflito tornou-se mais pessoal e traumático.

Para aqueles interessados em promover iniciativas conjuntas, o período também foi desastroso. O movimento pela paz foi esmagado e, de certa maneira, substituído pelo extremismo político e religioso. No intuito de entender melhor os efeitos imediatos, bem como de médio e longo prazo do fim do Processo de Paz ao movimento pela paz, no próximo capítulo são discutidas de maneira detalhada as dificuldades impostas desde então àqueles promovendo diálogo.

3 OS DESAFIOS ATUAIS DO DIÁLOGO NÃO OFICIAL ENTRE ISRAELENSES E PALESTINOS

Com a eclosão da Segunda Intifada, o resultado mais imediato foi a paralização total das atividades binacionais por um período de tempo. Hoje, ativistas avaliam que 2000 foi o ano da catástrofe do movimento pela paz. Causou um desastre do qual os ativistas e a população ainda não se recuperaram, pois colocou em questionamento o que se defendia a respeito da importância da participação da sociedade civil para uma paz sustentável, bem como da relevância do diálogo e das atividades conjuntas.

Algumas OSCs optaram por não trabalhar mais conjuntamente. Outros novos grupos surgiram nos anos seguintes. A *Alliance for Middle East Peace* – ALLMEP, rede de OSCs que atuam com diálogo e cooperação em Israel e Palestina, lista 106 organizações ativas entre seus membros. Porém, ainda que o número pareça significativo, o que antes era uma “indústria da paz” na região, tornou-se atividade subversiva e que enfrenta imensos desafios apenas para se manter funcionando.

Para responder à pergunta desta pesquisa, a saber: “De que forma o diálogo não oficial entre israelenses e palestinos é afetado pelo fracasso no Processo de Paz de Oslo e agravamento do conflito nos últimos 17 anos?”, foram visitadas seis OSCs que promovem diálogo atualmente (*Combatants for Peace*, *Holy Land Trust*, *Kids4Peace*, *Musalaha*, *Palestine-Israel Journal* e *Parents Circle Families Forum*) e duas que eram ativas nos anos 1990, mas deixaram de conversar com o outro lado desde a Segunda Intifada (*Peace Now* e *Wi'am*).

Neste capítulo, são apresentados e discutidos os resultados obtidos na pesquisa, de modo a entender quais são os desafios que as OSCs passaram a enfrentar desde 2000 e qual o impacto desses desafios ao trabalho que executam, ou seja, quanto sua influência pública é prejudicada por essas dificuldades.

Os quatro desafios propostos são: 1) a desesperança e apatia social; 2) restrição de movimento e segregação psicossocial e espacial; 3) o debate sobre normalização e antinormalização do conflito e, por fim, 4) a deslegitimação do movimento pela paz. Todos foram mencionados por um ou mais entrevistados como sendo o principal enfrentado pela organização em que atua. Além disso, também foram constatados por meio de observação participante em eventos promovidos por esses grupos ao longo do trabalho de campo. Outros desafios, como o declínio significativo de doações financeiras ou a radicalização das sociedades, por exemplo, são tratados simultaneamente dentro dos tópicos sugeridos.

Problemas como a pressão familiar e da comunidade para não dialogar, desorganização do movimento pela paz e das OSCs em geral, barreiras étnicas e religiosas, a ínfima participação de mulheres muçulmanas nos grupos, a desmotivação para o diálogo em momentos de maior violência, dentre outros, não são debatidos em profundidade por serem anteriores ao período pesquisado. Ou seja, são desafios comuns ao diálogo e não estão relacionados ao colapso nas negociações para a paz. A pressão social é trabalhada em relação a elementos posteriores, como o movimento de antinormalização ou à perseguição enfrentada pelas OSCs de direitos humanos e pela paz pelo governo de Israel.

Cada uma das quatro dificuldades apresentadas está relacionada a uma sociedade mais do que a outra. Contudo, por se tratarem de OSCs conjuntas, afetam a todas elas com maior ou menor intensidade. Os desafios são ilustrados com exemplos citados nas entrevistas – das próprias organizações ou de outros grupos –, exemplos presentes nos websites das OSCs, em documentos analisados, nas publicações dos grupos ou a respeito deles, bem como pela observação participante. Depoimentos dos entrevistados são preservados de modo a dar valor explicativo às suas experiências para analisar os processos sociais nos quais estão inseridos.

Por fim, também por meio de exemplos, são descritas as estratégias usadas pelas OSCs para superar esses desafios, possibilitando uma avaliação global do potencial das abordagens baseadas em diálogo no corrente contexto israelo-palestino.

3.1 DESESPERANÇA QUANTO AO FIM DO CONFLITO E APATIA SOCIAL

Durante a década de 1990, havia uma disposição pública para a paz. Ao mesmo tempo em que governantes se reuniam para discutir propostas, muitas delas preparadas com a participação da sociedade civil (KAUFMAN, 2016), em Israel e na Palestina falava-se a linguagem da reconciliação e da paz. Cerimônias de reconciliação foram transmitidas ao vivo pela televisão (LIEBES; KATZ, 1996) e inúmeros projetos de paz ganharam espaço nos diversos setores da sociedade.

Com o fracasso das negociações, o cenário começou a mudar. Dan Bar-On (2015), diretor do projeto *Peace Research Institute in the Middle East* – PRIME, e um dos principais entusiastas do diálogo como meio de aproximar narrativas, passou a questionar todo o trabalho que tinha feito até então. Em um relato pessoal, afirmou que o ciclo de violência estava destruindo não só suas hipóteses sobre a importância do diálogo, construídas durante um processo de paz, como a própria prática desse diálogo.

O *Harry S. Truman Research Institute*, da Universidade Hebraica de Jerusalém, chegou a promover vinte diferentes projetos de diálogo simultaneamente, durante a década de 1990. Os projetos eram mantidos pela União Europeia e o instituto foi um dos principais parceiros de palestinos para discutir e elaborar propostas de negociação. Algumas das propostas foram eventualmente usadas nos Acordos de Oslo. No entanto, depois do ano 2000, poucos permaneceram e hoje não há nenhum projeto em andamento (KAUFMAN, 2016).

Janet Aviad, da ONG *Peace Now*, recordando o período e os anos seguintes, reflete:

A Segunda Intifada, foi terrível. Quando Barghouti¹⁴ estava na prisão, eu costumava encontrar com ele, mas então não pudemos mais falar. O próprio Arafat estava conversando conosco e nos contando mentiras. Ele falava sobre paz enquanto armava as pessoas [...] No fim, o acordo de Oslo levou a um desastre, à Segunda Intifada. Sabe, tivemos alguns anos de esperança e depois isso decaiu e decaiu e decaiu. E agora está muito arruinado [...] Em setembro de 2000, no dia seguinte à ida de Sharon à mesquita, os palestinos iniciaram uma série de ataques. O resultado ainda é um trauma. Eu posso entender o motivo, porém acho que estão errados e que isso matou o movimento da paz (AVIAD, 2017, tradução nossa¹⁵).

Em seu relato, Aviad expressa a frustração com os parceiros palestinos e atribui ao terrorismo a desmotivação israelense para seguir com o diálogo. Em vez de segurança, tiveram mais ataques. Entre os palestinos, a sensação de que a esquerda israelense havia falhado com eles gerou frustração semelhante. Em vez de um Estado, o resultado foi ainda mais opressão. Ou seja, foram quase dez anos em um processo de paz para acabar com uma situação pior do que antes. Desde então, a lacuna entre as expectativas e a realidade acentua o sentimento de frustração, o qual cresce na mesma medida em que a esperança por paz se extingue.

Com efeito, a desesperança e a apatia social foram o elemento mais citado pelos entrevistados desta pesquisa e o mais percebido nos discursos e atitudes dos participantes dos eventos acompanhados. Há um certo cinismo que acompanha discussões sobre a paz e um sentimento de total irrelevância dentro da atual conjuntura política.

¹⁴ Marwan Barghouti (1959-) é um político e líder militante palestino. Foi preso em 2002 sob acusação de terrorismo e condenado a prisão perpétua em 2004. Defendeu o Processo de Paz de Oslo, atuando como secretário geral do Fatah na Cisjordânia. Mas deixou de apoiar as negociações em favor da luta armada. Mesmo dentro da prisão, exerce certa influência sobre o Fatah e é cotado como um dos possíveis sucessores do presidente Mahmud Abbas. No início de 2017 ano, liderou uma greve de fome entre os prisioneiros palestinos em Israel.

¹⁵ “The Second Intifada was awful. When Barghouti was in jail, I used to meet with him, but then we couldn’t speak anymore. Arafat himself, he was talking to us and telling us lies. He was talking to us about peace while arming the people [...] In the end, the Oslo agreement led to a disaster, to the Second Intifada. You know, we had a few years of hope and then it went down, down, down. And now it is very ruined [...] In September 2000, the next day Sharon went to the mosque, the Palestinians started a series of attacks. The result is still a trauma. I can understand the reason. But I think they are wrong and I think that it killed the peace movement”.

3.1.1 A construção de um ambiente de desesperança

Nos últimos oito anos, Israel tem o governo mais de extrema direita de suas poucas décadas de história. Benjamin Netanyahu tem uma política inflexível de manutenção da segurança em que prefere o uso da força ao da diplomacia. Em Mahmoud Abbas, os palestinos têm um líder fraco e ineficaz, cuja autoridade é prejudicada tanto pelo fortalecimento do Hamas quanto pela frágil democracia na Cisjordânia. Israel recusa-se a negociar com o Hamas e nem a Autoridade Palestina nem Netanyahu parecem ter um plano viável para acabar com o impasse em que se encontram.

Sem ver solução em um futuro próximo, a população israelense, desiludida e desapontada com atos terroristas, crê não existir parceiro para a paz. Entre os palestinos da Cisjordânia, há o mesmo senso de desesperança. Usama Nicola (2017), da ONG *Wi'am*, conta que realizou uma pesquisa entre as cerca de 500 famílias com que trabalha. 70% dos participantes afirmaram não acreditar mais nem no fim do conflito com Israel nem que sua situação de vida possa melhorar.

Todos os anos, o *Palestinian Center for Policy and Survey Research* – PSR, de Ramalá, faz uma pesquisa de opinião pública sobre um possível acordo de paz e os sentimentos de desconfiança e pessimismo entre israelenses judeus, árabes israelenses e palestinos em Gaza, Jerusalém Oriental e na Cisjordânia (PSR, 2017). Com financiamento da iniciativa para a construção da paz da União Europeia, neste ano o *survey* foi conduzido em parceria com o *The Tami Steinmetz Center for Peace Research*, da Universidade de Tel Aviv. Os resultados mostram que a maioria dos israelenses (55%) e a minoria dos palestinos (44%) continuam apoiando uma solução de dois Estados. Contudo, a maioria em ambos os lados (62% dos palestinos e 59% dos israelenses) não acredita que o outro lado queira a paz.

Os resultados não são informação nova nem surpreendente. O israelense de ascendência argentina, Edy Kaufman (2016), comenta:

Os israelenses acreditam que não há parceiro entre palestinos para a paz e que eles querem o extermínio do Estado de Israel. E os palestinos acreditam que Israel só quer mais e mais território, e o que eles realmente querem não é “paz” (*peace*), mas uma “parte” (*piece*) da terra. Eles acreditam que Israel quis uma parte da Síria, uma parte da Jordânia, uma parte do Líbano, e agora uma parte da Palestina (KAUFMAN, 2016, tradução nossa¹⁶).

¹⁶ “The Israelis believes there is no partner among Palestinians for peace and that they are for the extermination of the State of Israel. And the Palestinians believes that Israel only wants more and more territory, and what they really want is not ‘peace’, but a ‘piece’ of the land. They believe Israel wanted a piece of Syria, a piece of Jordan, a piece of Lebanon, now a piece of Palestine”.

Associado a isso, há um senso de normalização do conflito na sociedade israelense. Israel vive um momento de prosperidade econômica, tendo uma economia de mercado com tecnologia altamente desenvolvida e índice de desenvolvimento humano mais elevado do Oriente Médio. Sua população goza de relativa qualidade de vida e, apesar dos ataques ocasionais a civis, o conflito praticamente não é sentido em Israel. De fato, apenas 22% dos judeus israelenses acreditam que as coisas estão ruins por causa da guerra (PSR, 2017).

Há uma ideia em Israel de que nunca será melhor, então podemos viver com isso, aceitar o número de israelenses mortos. Incluindo todas as guerras, os israelenses mortos são o mesmo número de israelenses mortos em acidentes de trânsito. Se podemos viver com acidentes de trânsito, podemos viver com esse conflito (KAUFMAN, 2016, tradução nossa¹⁷).

O israelense Rami Elhanan, co-diretor da associação *Parents Circle Families Forum* (2017, tradução nossa¹⁸), comenta ainda que os israelenses, em sua maioria, quando não atingidos de forma direta pela violência, vivem uma apatia em que se deixam levar pelas boas condições econômicas de Israel e “não estão muito interessados no que acontece a 20 km de suas casas confortáveis. Na verdade, não querem saber. Porque se soubessem, teriam um grande problema”. Porém, ao mesmo tempo em que há essa apatia, a aparente indiferença à hostilidade com os palestinos pode ser expressão de um mecanismo de defesa, em que se evita falar a respeito do assunto exatamente por ser um tema extremamente delicado e pungente.

Por sua vez, de acordo com a mesma pesquisa do PSR, 54% dos palestinos descrevem a situação nos Territórios Ocupados como ruim ou muito ruim (PSR, 2017). Além disso, a maioria dos palestinos (68%) acredita que este é um conflito de soma zero, em que nada pode ser feito que seja bom para os dois lados, ao lado de 51% dos israelenses judeus e 48% dos árabes israelenses pensando da mesma forma.

Para o palestino Sami Awad, da ONG *Holy Land Trust*, a apatia em que as sociedades se encontram faz com que este seja o momento mais complicado para se falar em paz:

Quando as pessoas têm esperança e algo em que se apegar, farão tudo para que isso aconteça. Mas a sensação de resignação, a sensação de que nada funciona, isso é o pior. Os israelenses, para mim a maior parte deles, nem sequer pensam nisso. Estão completamente bloqueados. Eles estão vivendo suas vidas, a economia é boa, há um senso de segurança, questões sociais são boas. Há os desafios sobre direita política, mas é uma situação com a qual eles podem lidar. Os palestinos nem sequer estão perto

¹⁷ “There is an idea in Israel that it’s never going to be better, so we can live with that, accept the number of Israelis killed. Including all the wars, the Israelis killed are the same number of Israelis killed in traffic accidents. If we can live with traffic accidents, we can live with this conflict”.

¹⁸ “are not really much interested in what is going down there 20 Km away from their comfy houses. In fact, they don’t want to know. Because if they knew they would have a big problem”.

de ter uma vida normal. Esse sentimento de desesperança, de que nada funciona, é o pior para todos nós neste momento (AWAD, 2017, tradução nossa¹⁹).

As perspectivas são ainda mais pessimistas na percepção da população local se considerada a eminência dos conflitos regionais, desde a Primavera Árabe, e de Donald Trump assumindo a presidência dos Estados Unidos. Apenas 10% dos palestinos acredita que Trump tenha um papel a desempenhar e irá tentar renovar negociações para a paz. Além disso, 77% dos palestinos acredita que o atual presidente americano é pró-Israel, podendo beneficiar o país caso haja novas negociações (PSR, 2017).

Atuando como co-diretor de *Parents Circle*, o israelense Rami Elhanan transita entre as duas sociedades e expressa o sentimento de cansaço e fatalismo que encontra:

Os muros entre as sociedades são maiores e mais altos hoje. O ódio é mais profundo, a raiva é maior, o medo também é muito maior. A confiança está fora de questão. O conflito é muito mais penoso do que era há 20 anos. Do lado palestino, agora não há uma única casa sem uma pessoa morta ou ferida, ou um prisioneiro. Há muita fadiga, cansaço com a luta, qualquer tipo de luta – luta violenta, luta não violenta. Com alguém como Trump tornando-se presidente, olhamos em volta e é fácil acreditar que nada muda, só piora. Também em Israel há um desespero profundo. Não temos mais a capacidade de acreditar que podemos mudar qualquer coisa. Cada vez menos pessoas se preocupam com o que está acontecendo e cada vez menos pessoas são otimistas (ELHANAN, 2017, tradução nossa²⁰).

Ron Pundak foi um dos fomentadores do Processo de Oslo e membro do conselho editorial de *Palestine-Israel Journal*. Para ele, o fortalecimento das narrativas do conflito e as concepções equivocadas que israelenses e palestinos têm na última década a respeito um do outro, são o motivo de terem perdido a fé, acreditando que não há um parceiro para a paz.

Infelizmente, uma vez que tais percepções errôneas foram formadas, tornou-se muito difícil arrancá-las. É importante estar atento ao fato de que esses aspectos psicológicos

¹⁹ “When people are hopeful and they have something to look forward to, they will do everything to make it happen. But the sense of resignation, the sense of nothing works, this is the worst. Israelis, for me must part, are not even thinking about it. Completely blocked. They are living their lives, economy is good, sense of security, social things are good. There are the challenges about the right wing. But it is something they can deal with. Palestinians are not even close to have a normal life. This feeling of hopelessness that anything works is the worst for all of us right now”.

²⁰ “The walls between societies are higher and bigger today. The hatred is deeper, the anger is bigger, the fear is also much bigger. The trust is out of the window; the conflict is much more bitter than it was 20 years ago. On the Palestinian side, there is now not one house without a dead or wounded person, or a prisoner. There is a lot of fatigue, tiredness with the struggle, any kind of struggle – violent struggle, non-violent struggle. With someone like Trump becoming president, we look around and it’s easier to believe that nothing changes, only gets worse. Also, in Israel there is a deep despair. We don’t have the ability to believe that we can change anything anymore. Less and less people care about what is going on, and less and less people are being optimistic”.

do conflito afetam não só as mentes das pessoas de ambos os lados, mas também as dos líderes (PUNDAK, 2012, p. 49-50, tradução nossa²¹).

Em última análise, diante da apatia em relação ao conflito e indiferença sobre uma solução que beneficie a todos, mesmo que uma nova negociação de paz fosse proposta, o público estaria bem menos entusiasmado do que esteve na década de 1990 e dificilmente a apoiaria.

3.1.2 Como afeta movimento pela paz e iniciativas de diálogo

Esses aspectos psicológicos de desesperança e apatia afetam diretamente o movimento pela paz e, mais especificamente, os que se propõe a promover diálogo e iniciativas conjuntas. Questiona-se tanto a relevância do diálogo para um eventual acordo político quanto a relevância da própria sociedade civil para que isso aconteça.

Uma das perguntas da pesquisa de PSR (2017) é se as pessoas acreditam que o trabalho de OSCs pode colocar pressão nas lideranças políticas para buscar a paz. Entre os judeus israelenses, 69% acreditam que esses grupos são irrelevantes. Entre os palestinos, 59% pensam da mesma forma.

A desesperança expressa-se, principalmente, entre aqueles que estavam ativamente envolvidos com diálogo na década de 1990 e que deixaram de promover e de participar em projetos conjuntos. Decepcionada com os resultados de Oslo, Janet Aviad questiona a tese, defendida anteriormente, de que diálogo tem importante papel na construção da paz:

O esforço de diálogo demonstrou que não importa se você tem atividades de P2P [diálogo], elas não podem iniciar o processo de paz. Elas podem fortalecer o processo, mas começar depende do esforço político [...] Se quiser ir e ver alguns amigos em Ramallah, eu vou, mas não tenho esperança de organizar nada grande ou que vai fazer qualquer diferença. Qual é o propósito dessas reuniões? [...] Neste momento, eu diria que o diálogo está morto e é irrelevante [...] O diálogo não tem nenhum papel em tudo isso (AVIAD, 2017, tradução nossa²²).

No entendimento de Aviad, a não ser que haja negociações em andamento, diálogo não oficial é inútil. E, até que não haja uma mudança na liderança política, nenhum processo

²¹ “Unfortunately, once such misperceptions were formed it became very difficult to uproot them. It is important to be aware of the fact that these psychological aspects of the conflict affect not only the minds of the people on both sides but also those of the leaders”.

²² “The dialogue effort proved that it doesn’t matter if you have P2P [dialogue] activities, they can’t start the peace process. They can strength the process, but start it is on the political effort [...] If I want to go and see some friends in Ramallah I go, but I don’t have any hope to organize anything big, or that it is going to make any difference. What is the point of these meetings? [...] Right now, I would say that the dialogue is dead and irrelevant [...] Dialogue has no role in all of that”.

começará, porque a paz não está na agenda dos governantes atuais. Ou seja, o movimento pela paz deve focar em outras ações.

O grupo palestino *Wi'am*, bastante ativo em diálogo e ações conjuntas durante a década de 1990, após a Segunda Intifada e a decepção com o Processo de Oslo, retirou-se desse tipo de atividade. O fundador e atual diretor da ONG, Zoughbi Zoughbi, recorda-se o momento exato em que desistiu de dialogar. Foi no ano de 2001, quando, devido aos ataques terroristas a civis israelenses, Israel decretou um regime de quarentena na cidade de Belém. Durante o período, os moradores não podiam sequer deixar suas casas, quanto mais reunir-se com israelenses. A partir disso, *Wi'am* não retomou mais contato e hoje desacredita do diálogo:

Por que precisamos conversar? Para comer homus e falafel²³? Eu posso comer falafel sem os israelenses. Se os israelenses querem ter um bom relacionamento conosco, a ocupação deveria ser encerrada, nossa dignidade deveria ser preservada. Não sou contra a conversa, mas isso não vai a lugar algum [...] Não vou dialogar só por dialogar, ou para dar oportunidade para que a ocupação continue [...] A paz precisa ser de cima para baixo [partindo das lideranças políticas] (ZOUGHBI, 2017, tradução nossa²⁴).

Zoughbi igualmente duvida que a sociedade civil, tanto israelense quanto palestina, possa fazer qualquer coisa para mudar o atual impasse. É uma decisão do governo israelense e apenas dele. Pode haver uma pressão externa para isso, mas internamente ele não vê perspectiva de que qualquer ação possa trazer resultados positivos. “Nós tivemos esperança, talvez em 1995. Agora não há nada que nos dê esperança. Nada. Quer dizer, não vamos jamais perder a esperança de que a paz é possível, mas, ao mesmo tempo, não há nada para nos encorajar neste momento”, expõe ele (ZOUGHBI, 2017, tradução nossa²⁵).

O senso de irrelevância resulta, igualmente, no decréscimo do número de pessoas envolvidas com o movimento pela paz. *Combatants for Peace*, por exemplo, faz manifestações mensais contra a ocupação na Palestina, contra a anexação da Cisjordânia e promovendo a não violência. As manifestações têm o apoio de outras OSCs, como *Parents Circle – PCFF*, e *Peace Now*. Em geral, o número de participantes é de 150 a 200 pessoas. Em ocasiões especiais,

²³ Homus e falafel são comidas típicas do Oriente Médio. Homus (grão-de-bico, em árabe) é uma pasta de grão-de-bico com *tahine*, suco de limão e azeite de oliva. Falafel é um bolinho salgado, frito, feito de grão-de-bico ou fava moídos, misturados com condimentos. Geralmente, é servido com pão pita e com homus.

²⁴ “Why do we need to talk? To eat hummus and falafel? I can eat falafel without the Israelis. If Israelis wants to have a good relationship with us, occupation should be ended, our dignity should be preserved. I’m not against to talk, but it’s not going anywhere [...] I won’t have dialogue for the sake of dialogue, or to give opportunity to the occupation to continue [...] Peace needs to be from top-down”.

²⁵ “We had hope, maybe in 1995. Right now there is nothing to give us hope. Nothing. I mean, we won’t ever lose hope that peace is possible, but at the same time there is nothing to encourage us to be hopeful now”.

chegam a ter 700 pessoas. Se comparados aos eventos massivos promovidos por *Peace Now* anteriormente, é realmente desanimador. Janet Aviad pondera:

Temos agora 500 pessoas em uma atividade quando havia milhares ou dezenas de milhares. Isso diz algo sobre a situação, que as pessoas desistiram, elas se sentem irrelevantes. Se eu for mais uma vez para uma manifestação, qual será a diferença? [...] As pessoas se sentem sem esperança. Elas sentem-se apáticas. Deprimidas sobre o processo de paz. Isso não nos dá a base para um movimento da paz. Você precisa de números, você precisa de cem mil pessoas. Elas existem? Sim, existem. Mas não vão se envolver até sentirem que algo importante pode acontecer. E neste momento isso não existe (AVIAD, 2017, tradução nossa²⁶).

Holy Land Trust – HLT, começou seus workshops de diálogo após a Segunda Intifada. Anualmente, vários grupos se formam em Belém, Ramalá e Nablus. Porém, o fundador e diretor da ONG, Sami Awad, revela que quase sempre são as mesmas pessoas participando dos grupos e, em alguns casos, os participantes só concordam em ir às reuniões caso sejam pagos.

A maioria das pessoas, penso que dos dois lados, não tem esperança de que algo ainda possa funcionar. “É uma perda de tempo, não há sentido”, dizem. Neste momento, elas realmente não querem participar de atividades de diálogo, a menos que haja benefícios [...] Nós fazemos uma reunião sobre trauma e algumas pessoas vêm. Na próxima semana, fazemos sobre pensamento não linear e são as mesmas pessoas participando. Outra organização faz alguma coisa e os mesmos estão lá. O número de pessoas atingidas está diminuindo muito (AWAD, 2017, tradução nossa²⁷).

Mesmo entre os participantes frequentes, há o sentimento de serem irrelevantes, de que o que está sendo feito não vai gerar resultados, ou de que os parceiros de trabalho não estão realmente comprometidos com o esforço.

A co-líder do grupo comunitário de Jerusalém-Jericó, de *Combatants for Peace* – CFP, comenta da dificuldade em trazer palestinos para as reuniões. O grupo reúne-se semanalmente e tem 60 pessoas. Em teoria, deveriam ser 50% de cada cidade. Na prática, são apenas 15 palestinos participando. “Isso nos desmotiva [israelenses], porque nos passa a mensagem de

²⁶ “We have now 500 people in one activity when there were thousands or tens of thousands. So it says something about the situation that people have given up, people feel irrelevant. If I go one more time to a demonstration, what difference it will be? [...] People feel hopeless. They feel apathetic. Depressed about the peace process. That doesn’t give you the ground for peace movement. You need numbers, you need a hundred thousand people. Are they there? They are there. But they won’t come until they feel something important can happen. And right now it is not there”.

²⁷ “Most people, I think on both sides, are hopeless that anything works anymore. It’s a waste of time, no point, they say. Right now, people don’t really want to join dialogue activities, unless there are benefits [...] We do one meeting about trauma and some people come. The next week we do one about non-linear thinking, and is the same people. Then another organization does something and the same people is there. The numbers of people reached are decreasing too much”.

que não há parceiro para a paz do outro lado e que, se queremos paz, temos que trabalhar sozinhos por ela”, avalia (informação pessoal²⁸).

De modo geral, nota-se que o cansaço e a desesperança são mais comuns àqueles que participam do movimento há mais de 20 anos. A declaração de outra integrante de CFP expressa isso:

Sinto-me ingênua demais por estar aqui e acreditar que isso fará qualquer diferença. Quer dizer, a sensação de estar aqui é boa, é agradável. O dia está bonito, está ensolarado e não muito quente ou muito frio. Tem música, as crianças estão brincando e correndo, nós compramos um falafel gostoso da família palestina. Sinto-me bem. Mas se lhe disser que acredito que isso aqui muda qualquer coisa no status do conflito, estou sendo ainda mais ingênua e até diria que um pouco tola. Mudou a minha sexta-feira, tornou-a mais agradável, mas a Palestina continua ocupada, pessoas continuam morrendo por causa do conflito e a direita continua triunfando em Israel. E nós estamos aqui, conversando amigavelmente com pessoas que pensam todas da mesma maneira (informação pessoal²⁹).

Já o coordenador palestino do grupo local de CFP em Belém, Riyad Al Halees, observa que a desesperança em relação a mudanças impede seu trabalho de avançar. Há alguns anos, Halees criou a proposta de um movimento pela paz e não violência oficial na Palestina, uma rede para englobar todas as OSCs dos Territórios Ocupados. É o *Tarier Dash Movement*. Avaliando a experiência, comenta: “Ao falar em movimento de paz e de não violência na Palestina, nós estamos mais sobrevivendo do que tendo sucesso [...] Prosseguimos, tentando manter a esperança, mas os resultados são muito pequenos” (HALEES, 2017, tradução nossa³⁰).

O senso de cansaço e desilusão expressa-se também nas finanças dessas OSCs. Sem ver avanço, doadores pararam de enviar recursos para o movimento pela paz e decidiram voltar seus esforços para outras questões no Oriente Médio, como a guerra na Síria, por exemplo (PUNDAK, 2012).

Apesar de não ter sido possível verificar de forma concreta a diminuição nas doações, uma vez que não houve abertura das OSCs para análise de relatórios financeiros, as entrevistas revelaram que o desafio de conseguir fundos para as atividades só aumenta. PCFF, por exemplo, deixou de realizar os encontros de diálogo entre famílias enlutadas, a principal e mais importante atividade da associação, por falta de recursos financeiros. Os doadores de PCFF

²⁸ Depoimento concedido durante evento promovido por *Combatants for Peace* em 17 de fevereiro de 2017, em Al-Walaja, vila na Área “C” da Cisjordânia. A participante solicitou que seu nome não fosse revelado.

²⁹ Depoimento concedido durante evento promovido por *Combatants for Peace* em 17 de fevereiro de 2017, em Al-Walaja, vila na Área “C” da Cisjordânia. A participante solicitou que seu nome não fosse revelado.

³⁰ “When we talk about peace movement in Palestine, we are more surviving than succeeding [...] We continue, we try to keep hope, but the results are very small”.

preferem investir em palestras nas escolas, por acreditarem que dá mais resultados em influenciar a opinião pública (ELHANAN, 2017).

Holy Land Trust perdeu recentemente um de seus principais financiadores, o qual, após a Primavera Árabe, destinou todo o dinheiro que antes investia na Palestina para treinamentos em democracia no Egito. O diretor da organização compara com quando HLT iniciou suas atividades, em 1998: “Construção da paz tornou-se uma indústria aqui, em um ponto. Muito dinheiro nisso, salários altos, era uma posição social superior por um longo período, especialmente durante Oslo [...] Agora o financiamento tornou-se um desafio (AWAD, 2017, tradução nossa³¹).

Para o *Palestine-Israel Journal*, o desafio de conseguir doadores é maior do que qualquer outro. O grupo atribui essa dificuldade em primeiro lugar à frustração dos doadores, por já terem se passado 17 anos desde o colapso de Oslo e nada ter melhorado, e em segundo lugar à crise financeira internacional que atingiu seus principais financiadores (SCHENKER).

Outra consequência importante da desesperança na não violência, no diálogo e nos meios diplomáticos convencionais é a radicalização da população. Salim Munayer (2017), da ONG *Musalaha*, observa que as pessoas adotaram atitudes cínicas em relação à paz e tanto desencorajamento tornou as duas sociedades fatalistas. Se diálogo não funciona, talvez radicalismo religioso e político funcione. Munayer (2017) ainda aponta que a radicalização oferece melhores justificativas para as atitudes de ódio e segregação.

Nessa configuração, os poderes políticos e religiosos moldam mais a opinião pública do que o movimento pela paz pode fazer. Ou seja, acaba-se atuando de forma marginal na sociedade. Tirando alguns eventos esporádicos e com maior repercussão, as atividades das OSCs pesquisadas raramente estão na mídia. Lideranças políticas dão pouca atenção a elas ou sequer sabem que existem (AVIAD, 2017; LEDERMAN, 2017, informação pessoal³²). O resultado é que, ao contrário do que aconteceu nos anos 1980 e 1990, o movimento pela paz tem hoje pouca ou nenhuma relevância política. Essa é, possivelmente, a consequência mais expressiva da desesperança e apatia.

Por fim, destaca-se como consequência a mudança da agenda das organizações que optaram por seguir promovendo diálogo. Se antes tinha-se uma agenda política nos grupos de diálogo, hoje, das OSCs pesquisadas, apenas *Palestine-Israel Journal* declara-se como um

³¹ “Peacemaking became an industry here, at one point. A lot of money in it, very high salaries, it was an upper class position for a long time, especially during Oslo [...] Now funding has become a challenge”.

³² Informação a partir de conversas com Boris Lederman, integrante de CFP, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2017, em Jerusalém.

grupo de discussão de estratégias e propostas para a resolução do conflito. *Combatants for Peace* declara ter uma dupla missão de, em primeiro lugar, promover convivência pacífica e, em segundo lugar, influenciar a opinião pública e as decisões políticas a respeito do conflito.

Os demais grupos não se apresentam mais como tendo o objetivo de influenciar decisões políticas, embora, de uma forma ou de outra, alcançar a paz siga sendo seu alvo maior. Há um ceticismo de que ativismo político por meio do diálogo gere resultados. O relato do diretor de *Holy Land Trust* deixa clara essa descrença:

Nós nos recusamos a nos envolver em qualquer diálogo político. Primeiro, o diálogo político coloca os participantes em uma narrativa não pessoal. Eles se tornam políticos que tentam discutir argumentos políticos. Em segundo lugar, todo esse trabalho de diálogo falhou porque, quando você tem a sociedade civil sentada e falando sobre soluções políticas, qual o resultado? No final, os políticos decidem o discurso político. Então, qual o propósito de discutirmos sobre o direito de retorno dos refugiados? Os israelenses que vêm a essas reuniões já estão abertos a essas ideias. Qual é o ponto de discutir ainda mais? É aí que está o desperdício de tempo e energia. Além disso, o processo de passar por um diálogo político realmente não cria nenhum espaço. No final do dia, os israelenses vão para casa, dizendo o quanto são corajosos porque se encontraram com palestinos e ainda estão vivos, porque não os matamos. E os palestinos vão para casa dizendo que eles convenceram os israelenses sobre seus direitos (AWAD, 2017, tradução nossa³³).

De modo geral, as organizações engajam-se atualmente em promover reconciliação, coexistência, cura de trauma histórico e estabelecer relacionamentos de amizade, transformando a concepção do outro como inimigo. Há um foco em indivíduos e em transformação pessoal, na expectativa de que esse trabalho leve a um movimento popular e crie o que os ativistas chamam de uma cultura de paz em lugar da cultura de ódio e violência. O diretor de *Holy Land Trust* expressa essa convicção:

Grassroots são sobre pequenos grupos de pessoas que iniciam algo que cresce até ao ponto de atingir toda a sociedade. O que estamos fazendo é a criação de toda uma nova ideia do que significa paz [...] Quanto mais pessoas conseguem criar essa linguagem que questiona como a verdadeira paz desta terra deveria ser, paz que é livre de medo e ódio, tanto mais isso terá influência na sociedade (AWAD, 2017, tradução nossa³⁴).

³³ “We refuse to engage in any political dialogue. First, the dialogue that is political puts the participants in non-personal narrative, they become politicians who are trying to argue political arguments. Second, all this work of dialogue failed because when you have civil society sitting and talking about political solutions, what is the result? In the end, the politicians decide the political discourse. So, what is the purpose to argue affects the right of return of the refugees? You know, Israelis that come to these meetings are already open to these ideas. Which is the point to argue even more? This is where there is a waste of time and energy. Also, the process of going through a political dialogue really doesn’t create any space. At the end of the day, the Israelis go home, saying how courageous they are because they met with Palestinians and are still alive, because we didn’t kill them. And the Palestinians go home saying that they convinced the Israelis about their rights”.

³⁴ “Grassroots are about small group of people that starts something and grows until the big point that is reach all society. What we are doing is the whole creation of a whole idea for what peace looks like [...] The more people

A co-diretora israelense de *Kids4Peace* comunica a mesma ideia:

Acreditamos que devemos mostrar [...] que, na verdade, há uma saída para o conflito. Nosso lema é que a paz é possível e nossa ideia chave é mostrar que todos estamos de mãos dadas e vivendo juntos lado a lado. A razão pela qual há um impasse político e nossos líderes podem usar o medo e o antagonismo é porque as pessoas não querem a paz, elas não acreditam que há paz adiante. Nós não estamos tentando pressionar o governo palestino e israelense, mas acreditamos que o trabalho que estamos fazendo, criando uma base (*constituency*) para a paz, expandindo-a ao incluir mais famílias, e aprofundando-a ao melhorar nossos programas, é realmente o trabalho que precisa acontecer antes que possa haver qualquer tipo de acordo político (ROTHBART, 2017, tradução nossa³⁵).

Ainda, o co-diretor da associação *Parents Circle*, focada atualmente em palestras em escolas, reflete em suas palavras a importância que é dada hoje à mudança de mentalidade ocorrendo de indivíduo a indivíduo:

As nossas atividades estão afetando a situação política? Elas não estão. Não tenho presunção de mudar a situação política. A situação política mudará sem mim. Mas eu diria que quando falamos em uma sala de aula de ensino médio, no final, mesmo se houver apenas um jovem balançando a cabeça em aceitação à nossa mensagem, isso é um milagre. Significa que salvamos um derramamento de sangue (ELHANAN, 2017, tradução nossa³⁶).

De certa forma, a mudança de natureza dos trabalhos de diálogo é também reflexo dos novos estudos e entendimentos dentro da Escola de Resolução de Conflitos. Como abordado em capítulos anteriores, cada vez mais buscam-se conceitos da Sociologia e Psicologia Social para analisar conflitos e criar métodos de como lidar com eles. Só nas últimas décadas começou-se a discutir conflitos prolongados e que envolvem, além de questões territoriais, disputas étnicas, religiosas e narrativas nacionais.

Refletindo a respeito, Edy Kaufman (2016) vê nessa mudança de foco dos projetos de diálogo um amadurecimento e não um retrocesso. Ele considera que o diálogo não oficial falhou na década de 1990, porque os projetos tinham problemas estruturais a serem resolvidos. Naquele momento, o que se discutia a nível teórico era a teoria do contato. Na prática,

that get to create this language that asks how real peace in this land looks like, peace that is free from fear and hatred the more it will have an influence in society”.

³⁵ “We believe that we must show [...] that actually there is a way out of the conflict. Our tagline is that peace is possible, and our key idea is to show that we are all holding hands and living together side by side. The reason there is a political impasse, that our leaders can use fear and antagonism is because the people don’t want peace, they don’t believe there is peace to look forward. We are not going and trying to lobby Palestinian and Israeli government, but we believe that the work that we are doing, by creating a constituency for peace, expanding it by including more families, and deepening it by making our programs better, is actually the work that needs to happen before there can be any sort of political agreement”.

³⁶ “Are our activities affecting the political situation? They are not. I have no presumption of changing the political situation. Political situation will change without me. But I would say that when we speak in a high school class, in the end of the class even if there is only one kid wobbling with acceptance to this message, it’s kind of a miracle. It means that we saved one bloodshed”.

israelenses e palestinos estabeleceram primeiros contatos, como forma de reduzir preconceitos e abrirem-se à cooperação. Porém, os contatos eram bastante superficiais e, como se viu com a Segunda Intifada, incapazes de resistir às pressões da dinâmica do conflito. Para Kaufman, naquele momento estava-se aprendendo a fazer construção da paz no Oriente Médio. Os conflitos anteriores de Israel com o mundo árabe – Egito, Síria, Jordânia e Líbano – não envolviam pessoas vivendo na mesma vizinha, como envolve a disputa com palestinos. Ou seja, tinha-se pouca experiência do real significado de “trabalhar com o inimigo” e quase a totalidade dos grupos promovendo diálogo era nova no campo. Hoje, sabe-se mais e melhor. As técnicas usadas foram reavaliadas e a perspectiva de transformação de conflitos parece a resposta mais adequada ao conflito israelo-palestino.

Num mesmo sentido, Salim Munayer (2017), diretor da ONG *Musalaha*, avalia que, durante Oslo, a grande maioria da população não estava pronta para a paz, após várias décadas de inimizade. Para ele, o trabalho que se faz agora, de longo prazo, progressivo, é mais desafiador, contudo as pessoas engajadas são mais cientes das dificuldades e não irão voltar atrás por causa da pressão. Ele vê as atividades de hoje como “treinar soldados para a paz”. Soldados que não irão, necessariamente, resolver a hostilidade, mas que já a estão transformando.

O que se infere, de modo geral, é que o diálogo não oficial parece ter voltado ao estágio inicial, em que seu papel é essencialmente o de quebrar o gelo entre populações onde há quase ausência de contato. Logo, está muito longe de ser instrumento de pressão política para que o impasse no conflito seja superado e busquem-se alguns acordos. No entanto, ainda assim tem seu valor quando se considera a intratabilidade da disputa, na medida em que se apresenta como lugar remanescente para que se superem estereótipos e criem-se alternativas à radicação.

3.2 RESTRIÇÃO DE MOVIMENTO E SEGREGAÇÃO PSICOSSOCIAL E ESPACIAL

Em sua atual configuração, os Territórios Palestinos são uma área totalmente fragmentada, em que populações vivem encerradas em bolsões populacionais. Esse arranjo geográfico afeta de forma direta o movimento pela paz, pois cria restrições de movimento principalmente aos cidadãos palestinos, mas também aos israelenses, ainda que de modo menos acentuado. Igualmente, afeta de forma indireta, por meio da segregação psicossocial que gera. Onde a movimentação é determinada por classe social, grupo étnico e religioso e pela segurança daqueles em movimento, as sociedades se dividem a partir dessas classificações e o outro, ou

seja, aquele que não está no próprio grupo, é definido a partir de fortes estereótipos. Sociedades segregadas apresentam-se com definições de “nós” e “eles”.

Para compreender tanto o isolamento geográfico quanto psicossocial do local estudado, foi fundamental a experiência subjetiva da pesquisadora de transitar em Israel e na Cisjordânia, cruzando checkpoints e fronteiras, entrando em áreas proibidas para um ou outro grupo. O passaporte brasileiro permitiu viajar legalmente dentro da Cisjordânia e atravessar checkpoints tanto sozinha, quanto na companhia de israelenses ou de palestinos. Contudo, ser estrangeira não evitou situações desconfortáveis e uma apreensão constante pela sensação, em ambas as sociedades, de colaborar com o “inimigo”.

3.2.1 Barreiras físicas

Desde o início dos anos 1990, por questões de segurança, Israel começou a restringir o movimento dentro da Cisjordânia. Inicialmente, as restrições tencionavam impedir a entrada de palestinos em Israel e em Jerusalém Oriental. Contudo, durante a Segunda Intifada, checkpoints e barreiras físicas foram espalhados em centenas de lugares, limitando a movimentação. Essa política se intensificou com a construção do Muro da Cisjordânia, em 2002, e agrava-se a cada ano.

A fragmentação geográfica da Cisjordânia, em primeiro lugar, resultado da divisão da mesma em Áreas “A”, “B” e “C”, produto do segundo Acordo de Oslo, ou Acordo de Taba, em 1995. A partir daí, a recém-criada Autoridade Palestina passou a governar a Área “A”, a qual, atualmente, engloba 18% das terras da Cisjordânia, incluindo todas as cidades e a maior parte da população (cidades de Belém, Jericó, Ramalá, Nablus, Hebron, Jenin, etc). Nesses locais, a presença de israelenses é proibida pelo governo de Israel (B'TSELEM, 2013a). Nas proximidades das cidades de Área “A”, placas indicativas informam em três línguas que “a entrada de israelenses é proibida, perigosa para suas vidas e é contra a lei israelense³⁷” (ver Figura 2).

A Área “B” corresponde a aproximadamente 22% das terras na Cisjordânia e inclui largas áreas rurais e a maior parte das vilas palestinas. Israel mantém o controle de segurança nesses locais, com presença militar, e transferiu para a AP o controle de questões civis. As áreas “A” e “B” foram definidas em torno dos centros populacionais no momento do acordo. Essa população, em 2013, era de cerca de 2,4 milhões de habitantes, em 165 unidades de terra separadas, sem contiguidade territorial (B'TSELEM, 2013a).

³⁷ “the entrance for Israeli citizens is forbidden, dangerous to your lives and is against the Israeli law”.

Figura 2 – Placas anunciam que a entrada israelense nas Áreas “A” da Cisjordânia é proibida, oferece risco à vida e é contra a lei israelense

Fonte da foto: arquivo pessoal

Por sua vez, a Área “C” compreende 60% das terras da Cisjordânia (cerca de 330 mil hectares), incluindo propriedades rurais e vilas palestinas e assentamentos israelenses. Israel controla totalmente a Área “C” tanto em questões de segurança quanto em assuntos civis relacionados à terra – alocação, planejamento e construção. A AP é responsável por prover serviços de educação e saúde para a população palestina na Área “C”. Contudo, a construção e manutenção de infraestrutura para esses serviços permanece nas mãos de Israel, o qual também é responsável pela administração civil. Não se sabe o número exato de palestinos na Área “C”, mas estima-se que 300 mil pessoas vivam nessa área, dividida entre mais de 300 vilas, aldeias beduínas e comunidades. Os moradores têm acesso limitado a infraestruturas como água, saneamento e eletricidade (B’TSELEM, 2013a).

Na Área “C”, atualmente, 63% das terras são ocupadas por assentamentos israelenses e jurisdições de seus conselhos locais e regionais. De acordo com a ONG *Peace Now* (2017), que monitora a construção de assentamentos, há, em 2017, 131 assentamentos oficialmente estabelecidos pelo governo israelense na Cisjordânia (mais 13 nos bairros palestinos de Jerusalém). Ainda, há mais 97 postos de serviço – aqueles assentamentos considerados ilegais também pela lei israelense. Cerca de 600 mil israelenses vivem nos assentamentos.

A divisão de áreas deveria ser temporária e destinava-se a permitir uma transferência paulatina de autoridade para a Autoridade Palestiniana. Não foi projetada para suprir necessidades de longo prazo de crescimento populacional. Contudo, o arranjo temporário já permanece há mais de 20 anos.

Para o movimento pela paz, só esta divisão de áreas já é um obstáculo à realização de atividades na Cisjordânia. A associação *Parents Circle*, por exemplo, por ser mista, possui dois escritórios: um em Tel Aviv e outro em Beit Jala, cidade próxima a Belém, na Cisjordânia. Parte de Beit Jala está na Área “C”, mas a região central da cidade, aonde está o escritório de PCFF, fica na Área “A”. Duas vezes por semana, o israelense Rami Elhanan trabalha no escritório de Beit Jala. Ele relata:

Estou quebrando a lei três vezes por semana pelo menos. Mas esta lei é para ser quebrada. As placas vermelhas dizem que é uma ofensa criminal para os israelenses estarem na Área “A” e eu deveria ser levado a julgamento. Mas não acho que deveria ser impedido de encontrar meus irmãos e irmãs, minha família palestina. A regra é completamente inatingível (ELHANAN, 2017, tradução nossa³⁸).

Ou seja, eventos conjuntos realizados na Cisjordânia desencorajam totalmente a presença de israelenses. Se forem nas cidades de Área “A”, vem ainda com o adicional de se estar quebrando a lei, o que pode levar a um processo civil. Para os palestinos, as restrições são muito mais severas.

Em 2002, diante da eclosão da Segunda Intifada, o governo israelense, naquele momento sob a liderança de Ariel Sharon, começou a construir uma barreira como medida de segurança aos ataques palestinos contra civis israelenses e para regular a entrada em Israel. A barreira restringe e limita a entrada, contudo, não é impenetrável, mesmo assim foi capaz de reduzir consideravelmente o número de ataques (ver Figura 3).

O Muro da Cisjordânia, como é chamado internacionalmente, possui 709 Km de extensão e ainda não está concluído. É um misto de cercas físicas, bloqueios eletrônicos

³⁸ “I’m breaking the law three times a week at least. But this law is meant to be broken. The red signs say that it’s a criminal offense for Israelis to be in Area ‘A’ and I should be put on trial. But I don’t think I should be stopped from meeting my brothers and sisters, my Palestinian family. The rule is completely unachievable”.

vigiados por câmeras, trincheiras, pontos de observação e patrulha e paredes de concreto entre seis e oito metros de altura. Uma parte dele segue a linha do Armistício de 1949 – a Linha Verde, porém 85% da barreira está construída adentrando até 22 Km o território palestino (B'TSELEM, 2011). Para ir de um ao outro lado, é preciso atravessar portões de aço no meio da sequência de muros de concreto, além de checkpoints e torres de vigilância.

O Muro foi considerado ilegal em 2004, pelo Tribunal Internacional de Justiça, pois corta terras palestinas e isola seus moradores. Na prática, produz um regime de segregação que coloca os palestinos em áreas pouco desenvolvidas e altamente habitadas, o que, além de gerar contratempos imensos para percorrer pequenas distâncias, fragmenta totalmente a sociedade palestina e a afasta do contato com Israel. Para israelenses, o Muro é quase imperceptível. Para palestinos na Cisjordânia, por outro lado, viola direitos humanos básicos e é uma pressão psicológica constante, pela sensação de aprisionamento e clausura.

A restrição de movimento é reforçada por um sistema de checkpoints fixos, checkpoints de surpresa, obstruções físicas, estradas em que palestinos são proibidos de viajar e portões ao longo do Muro. As restrições vão além de controlar a entrada de palestinos em Israel para controlar a movimentação mesmo dentro da Cisjordânia, impedindo a locomoção de uma vila para outra e das vilas para as cidades (B'TSELEM, 2011).

Em relação aos checkpoints, de acordo com a ONG israelense *B'Tselem*, que monitora as atividades de Israel nos Territórios Ocupados, em janeiro de 2017, há 98 checkpoints fixos na Cisjordânia, dentre os quais 59 são internos. Além disso, na última contagem feita pela ONU em 2015, havia 361 checkpoints móveis. Há, ainda, 32 checkpoints permanentes ao longo do Muro. De todos eles, 39 são para inspeção antes da entrada em Israel, funcionando como postos de fronteira, ainda que a maioria esteja localizada vários quilômetros ao leste da Linha Verde, ou seja, dentro de território palestino. Em alguns deles, é proibida a passagem de veículos palestinos privados e só é permitido cruzar com transporte público ou a pé (B'TSELEM, 2017).

Figura 3 – Muro da Cisjordânia visto a partir de Beit Jala, cidade vizinha a Belém

Fonte da foto: arquivo pessoal

Cruzar checkpoints e barreiras é condicionado à uma permissão especial concedida pelo órgão da administração civil de Israel nos Territórios, o *District Coordination Office* – DCO. Em geral, pedestres devem mostrar cartão de identificação e o documento de permissão, precisam passar por raio-X e responder a eventuais questionamentos. Se é permitida a passagem de carro, os carros são revistados, bem como os pertences dos passageiros (B'TSELEM, 2017).

Para obter a permissão de entrada, moradores da Cisjordânia precisam comparecer a um escritório local do DCO e pagar uma taxa que varia de acordo com o tipo de licença. Segundo o ativista da ONG *Wi'am*, Usama Nicola, há hoje 101 diferentes tipos de permissões para ir até Jerusalém Oriental e Israel, com diferentes horários, dias da semana e propósitos³⁹. Licenças de trabalho em Jerusalém custam mais caro. Licenças para visita familiar custam 10 NIS (*shekels* – a moeda israelense), o equivalente a R\$ 12. Para visitar sua família em Jerusalém, Nicola obteve uma licença para cruzar os checkpoints entre 28/05/2017 a 29/06/2017. Pode entrar em Jerusalém Oriental uma única vez neste período, a partir das 8h, e deve retornar antes das 22h (NICOLA, 2017).

O sistema de permissões prejudica severamente as atividades conjuntas e ações do movimento pela paz. Recentemente, 225 palestinos foram impedidos de entrar em Israel para

³⁹ Não foi encontrada informação oficial da Administração Civil Israelense a respeito.

participar do *Alternative Memorial Day*. O evento é promovido há 12 anos por *Parents Circle* e *Combatants for Peace* como alternativa ao Dia da Memória de Israel, que relembra os soldados mortos em guerras e as vítimas do terrorismo. O *Alternative Memorial Day* recorda os israelenses e também os palestinos mortos no conflito e é presenciado, sobretudo, por famílias enlutadas. As licenças para os participantes palestinos são obtidas previamente pelos organizadores do evento. No entanto, neste ano, as Forças de Defesa de Israel, decidiram cancelar as permissões de entrada após um atentado em Tel Aviv em que um jovem de 18 anos, de Nablus, atacou quatro israelenses. O jovem tinha uma autorização para estar em Israel por um dia para um passeio turístico (COHEN, 2017; GROSS, 2017).

A situação é uma demonstração da arbitrariedade do sistema de permissões, que depende em grande parte do nível de tensão geral e mesmo de questões subjetivas no momento de passar em cada checkpoint. Episódios de violência levam à medidas de segurança mais estritas e restrições adicionais. Ou seja, possuir uma licença não garante a liberdade de passar pela barreira. Em adição, a atitude das Forças de Defesa é uma demonstração da crescente intolerância entre as duas sociedades, pois essa foi a primeira vez que palestinos foram impedidos de participar do *Alternative Memorial Day* em 12 anos de cerimônia.

A restrição de movimento também gera obstáculos no dia a dia de ativistas das OSCs pesquisadas. O fundador e co-diretor palestino do *Palestine-Israel Journal*, Ziad AbuZayyad, vive em uma vila na Área “B”. Precisa ir ao escritório do periódico todos os dias para trabalhar, em Jerusalém Oriental. Para isso, precisa de uma licença. Logo após a Segunda Intifada, AbuZayyad foi proibido de entrar em Jerusalém por quatro anos consecutivos, ou seja, não pode comparecer ao seu trabalho durante todo o período. Nos últimos anos, com a ajuda do governo alemão e pressão do movimento pela paz em Israel, AbuZayyad conseguiu uma permissão de entrada para trabalho. Entretanto, mesmo tendo a licença, não pode garantir sua presença no escritório, pois tudo depende das circunstâncias no momento de atravessar os checkpoints. Outros membros do corpo editorial de PIJ, que antes possuíam licenças, no ano passado tiveram suas autorizações canceladas sem maiores explicações (SCHENKER, 2017).

Sami Awad, da ONG *Holy Land Trust*, é convidado com regularidade para dar palestras e participar de eventos em Israel. Ele descreve o dilema que envolve cada convite:

O movimento é um desafio. Se eu for convidado a ir a Tel Aviv para falar, por exemplo, tenho que fazer muitos planos: movimento, cruzar os checkpoints, mesmo tendo uma permissão. Se não tenho alguém para vir me buscar e trazer-me de volta à noite, após o fim da reunião, eu não vou. Porque não temos liberdade de movimento,

nem podemos dirigir em Jerusalém. Vou para a prisão se eu fizer isso (AWAD, 2017, tradução nossa⁴⁰).

Rami Elhanan e Bassam Aramin são os co-diretores israelense e palestino de PCFF, respectivamente. Eles dão palestras juntos em escolas na Cisjordânia e em Israel, compartilhando suas histórias pessoais de como perderam suas filhas no conflito e de como conseguiram superar o luto e os sentimentos de vingança por meio da amizade que construíram. Elhanan comenta sobre as dificuldades impostas ao seu amigo e colega de trabalho:

Quando Bassam e eu vamos a uma palestra, sempre digo no final da reunião que devo levá-lo de volta à sua gaiola, porque sua licença termina 21h30 e ele tem que voltar para sua gaiola. É irritante, é indigno, é desrespeitoso. Existe todo um sistema concebido para humilhar os palestinos, para oprimir os palestinos e para mostrar a eles quem é que manda. As restrições para viajar são horríveis (ELHANAN, 2017, tradução nossa⁴¹).

Além dessas restrições, nas estradas nas Áreas “B” e “C” é comum a presença de barreiras físicas que bloqueiam o acesso, feitas de blocos de concreto, aterros de terra, trincheiras e portões de ferro. Nos arredores dos assentamentos israelenses, é proibida a circulação de palestinos (B’TSELEM, 2017). No dia 17 de janeiro de 2017, a ONG *Combatants for Peace* promoveu uma visita a uma propriedade palestina na vila de Al-Walaja, próxima a Belém, Área “C”. O comboio israelense deixou Jerusalém pela manhã e optou pelo caminho mais curto, a partir do sul da cidade. Chegando próximo ao local, a um quilômetro de distância da propriedade, havia uma barreira de soldados israelenses e um portão de checagem de documentação. Os soldados informaram que aquela era uma estrada restrita e que, portanto, era preciso fazer meia volta. O grupo de CFP argumentou que todos eram ou israelenses ou estrangeiros (com passaportes) e que, se realmente se tratava de uma via restrita, tinham direito de acessá-la. Mas os soldados permaneceram relutantes. O comboio retornou a Jerusalém. Para chegar ao local do evento, precisou percorrer uma distância de quase 10 Km, entrando em Beit Jala (Área “A”, proibida a israelenses). O transtorno gerou um atraso de quase duas horas para o início das atividades e levou alguns israelenses a desistirem de participar.

⁴⁰ “Movement is a challenge. If I’m invited to go to Tel Aviv to speak, for example, I have to put many calculations: movement, crossing the checkpoints, even with a permit. If I don’t have somebody to come and pick me up and bring me back at night after the meeting finishes, I don’t go. Because we have no freedom of movement, we can’t even drive in Jerusalem. I go to prison if I do”.

⁴¹ “When Bassam and I, when we go to a lecture I always say in the end of the meeting that I have to take him back to his cage, because his permit finishes 21h30 and he has to get back to his cage. It’s annoying, it’s undignifying, it’s unrespectful. There is a whole system that is designed to humiliate Palestinians, to oppress Palestinians and to show them who is the ruler. The restrictions for travel are horrible”.

Ou seja, o trabalho logístico é dobrado na hora de organizar eventos ou atividades conjuntas, pois os espaços compartilhados são cada vez mais escassos. Salim Munayer (2017) comenta a respeito das dificuldades:

Para lidar com as restrições geográficas, temos que trabalhar arduamente. A maior parte do nosso trabalho é encontrar um terreno neutro. É um trabalho burocrático e administrativo. Não é como encontrar um bom lugar e convidar as pessoas para virem, simples assim. Temos de decidir onde nos encontraremos, quem vai dirigir, a quem pertence o hotel, em que lugar está. Há os checkpoints, os obstáculos e o Muro. O trabalho de reunir as pessoas e encontrar a localização que atende as necessidades do máximo possível das pessoas do grupo gasta a maior parte da nossa energia e tempo [...] Depois você tem que lidar com o medo e tudo isso [...] É muito custoso e demorado tentar administrar e organizar apenas uma reunião ou conferência (MUNAYER, 2017, tradução nossa⁴²).

Por fim, vale mencionar a total ausência de orientação espacial na Cisjordânia como obstáculo à realização de eventos ali. A Palestina não está no *Google Maps*, o aplicativo online mais utilizado para orientação e localização. Quando se digita “Palestina”, o aplicativo dá algumas opções de localidades, mas nenhuma corresponde ao local no Oriente Médio. Ainda, ao pesquisar o caminho de uma cidade a outra dentro da Cisjordânia, como, por exemplo, de Belém para Hebron, duas das principais cidades, obtém-se a informação de que não é possível traçar rota (ver Figura 4). A principal rota de Belém a Hebron é a Rodovia 60, uma rodovia israelense que também leva a vários assentamentos na região. É um percurso simples, tanto de carro quanto de ônibus, ou mesmo com as *sheruts*⁴³ locais. No entanto, para um visitante que desconheça a realidade do lugar é altamente desencorajador não poder contar com essa navegação via satélite, o que faz da região geograficamente desorientada.

Não obstante, a Faixa de Gaza é certamente o local com maior restrição de movimento. Desde o início da Segunda Intifada, Israel impôs duras medidas para entrar e sair de Gaza. Moradores locais não podem sair para visitar familiares em Israel, tampouco para viajar ao exterior. Da mesma forma, a entrada para visitas a familiares em Gaza reduziu-se a um mínimo. Apesar da retirada de Israel de Gaza em 2005, o Estado continua controlando importantes aspectos da vida dos 1,7 milhões de moradores. Desde que o Hamas tomou o poder em 2006, Israel reforçou seu controle dos cruzamentos e raramente permite que palestinos entrem ou

⁴² “To deal with the geographical restrictions, we have to work hard. Most of our work is to find neutral ground. It’s a bureaucratic and administrative work. It’s not like find a good place and invite people to come, just like that. We have to decided where we are going to meet, who’s is going to run it, who’s the hotel belongs to, in which ground is it. There are the checkpoints, and obstacles and the Wall. The work of putting people together and finding the location that meets the needs of as much as possible of the people of the group, that take most of our energy and time [...] Then you have to deal with the fear, and all of that [...] It’s very costing and time consuming trying to administer and organize only one meeting, or conference”.

⁴³ Veículos do tipo van para até 10 passageiros, que fazem trechos e horários alternativos dos ônibus árabes dentro da Cisjordânia, por um preço mais acessível do que o serviço de táxi.

saíam de Gaza. A importação e exportação de bens de consumo é limitada e, em alguns períodos mais críticos, barrada completamente. Em particular, Israel tem controle total sobre o cruzamento na fronteira Israel-Gaza, bem como controle do espaço aéreo e marítimo e não permite aeroportos ou portos no local. Ou seja, Israel tem controle total da entrada e saída de bens e pessoas em Gaza (B'TSELEM, 2014).

Figura 4 – A Palestina não está incluída no *Google Maps*. O aplicativo não traça rotas dentro da Cisjordânia

Fonte: Aplicativo *Google Maps*

A associação *Parents Circle* começou suas atividades em 1994, promovendo diálogo entre famílias enlutadas de Israel e da Faixa de Gaza. O propósito era lidar com o luto e promover reconciliação e perdão como meio de evitar respostas violentas às mortes. Com as restrições impostas à Gaza, a associação precisou reinventar-se, uma vez que as famílias de Gaza ficaram totalmente isoladas (PCFF, 2017).

Um dos membros do conselho editorial de *Palestine-Israel Journal* vive em Gaza. Ali Abu Shahla é um empresário autônomo e não está ligado a nenhum partido político. Na década de 1990, participava regularmente das reuniões e atividades do PIJ. Após a Segunda Intifada, consegue autorização para estar em Jerusalém ocasionalmente, dependendo do período e do nível de violência. Em períodos de tranquilidade, consegue sair de Gaza para participar das reuniões, uma vez que seu trabalho é considerado pelas Forças de Defesa como algo positivo para Gaza. Contudo, desde 2014, sua contribuição é majoritariamente pela internet (SCHENKER, 2017).

3.2.2 Barreiras psicológicas

A segregação é chamada por muitos moradores locais de “regime de Apartheid”, comparando a situação com a questão racial na África do Sul. Zoughbi Zoughbi, da ONG *Wi'am*, aludindo aos bantustões em que viviam os negros na África do Sul, separados dos bairros e terras brancas, descreve as áreas da Cisjordânia como “palestões”, os bantustões palestinos.

Fato é que, aliada à perpetuação do conflito, a segregação cria barreiras psicológicas que radicalizam uma situação já complexa. Simbolicamente, a segregação sócioespacial forma uma estrutura intimidadora, reforçadora de uma identidade nacional como superior à outra. Enfatiza as divisões entre “nós” e “eles”, em que o “nós” é sempre mais humano, mais vítima e melhor do que o outro. E isso se percebe tanto em Israel quanto entre os palestinos.

A esposa de Rami Elhanan, Nurit Peled-Elhanan, pesquisadora da Universidade Hebraica e membro de *Parents Circle*, publicou recentemente uma pesquisa sobre livros escolares israelenses. Ela analisa a representação do outro no material escolar, se há discurso de desumanização e fomento à violência, se há divisão entre “nós” e “eles”. A conclusão de Peled-Elhanan (2012) é de que os livros escolares escritos a partir de 2000 retratam palestinos como inferiores, diminuindo sua imagem. Neles, os vizinhos de Israel nunca são referidos como “palestinos”, a não ser em contextos de terrorismo. São descritos como “árabes”, pessoas que vivem sem um Estado, que não pagam impostos e não querem se desenvolver. São infames, perversos e criminosos. “A única representação é como refugiados, agricultores primitivos e terroristas. Você nunca vê uma criança palestina, ou um médico, ou professor, ou engenheiro ou fazendeiro moderno”, declara a pesquisadora, em entrevista ao *The Guardian* (SHERWOOD, 2011, tradução nossa⁴⁴). Para Rami Elhanan (2017, tradução nossa⁴⁵), a desumanização do outro não está explícita no material escolar, mas ao diminuir o outro “criam-se soldados que apertam o gatilho sem olhar para o outro como seres humanos”. “Se as crianças e jovens sequer sabem o que é a ocupação, como fazer com que vejam o injusto para que possam ficar desconfortáveis a respeito dos problemas e injustiças?”, questiona ele (2017, tradução nossa⁴⁶).

⁴⁴ “The only representation is as refugees, primitive farmers and terrorists. You never see a Palestinian child or doctor or teacher or engineer or modern farmer”.

⁴⁵ “it creates soldiers who can pull the trigger without looking to the other as human beings”.

⁴⁶ “If the kids and young people don’t even know what the occupation is, how can we get them to be able to see the unjust, to be able to be uncomfortable about the problems and the injustices?”.

Resultados parecidos aparecem no estudo encomendado pelo *Council of Religious Institutions of the Holy Land* – CRIHL, organização de lideranças religiosas muçulmanas, cristãs e judaicas de Israel e Palestina. O estudo foi conduzido em 2014, por Sami Adwan, da Universidade de Belém, Daniel Bar-Tal, da Universidade de Tel Aviv, e Bruce Wexler, da Universidade de Yale, EUA, e analisou 94 livros palestinos, usados por 1,2 milhão de estudantes na Cisjordânia e Faixa de Gaza, e 74 livros israelenses, usados por 1,9 milhões de crianças e adolescentes em Israel. Os pesquisadores concluíram que a grande maioria dos livros não demoniza ou desumaniza o outro, tampouco incita a violência, o que são resultados bastante positivos. No entanto, a maior parte dos livros apresenta narrativa unilateral, em que o outro é retratado de forma negativa, como inimigo, e fatos históricos são interpretados de modo a apresentar o lado positivo da própria narrativa e o lado negativo da narrativa do outro. Isso acontece em 26% dos trechos estudados em livros israelenses e em 50% dos livros palestinos (ADWAN; BAR-TAL; WEXLER, 2014).

Em Israel, os livros usados em escolas ultraortodoxas têm conteúdo menos neutro do que o material de escolas seculares e religiosas. Dentre os três tipos de escola, as seculares são aquelas com mais conteúdo autocrítico nos livros. Já o material das escolas palestinas equipara-se ao material das escolas ultraortodoxas israelenses. Nelas também o outro é mais retratado de forma negativa, ou é simplesmente ignorado, o que demonstra a falta de reconhecimento da presença legítima dele. Isso fica claro, por exemplo, nos mapas usados em livros de geografia. Nos livros israelenses, 76% deles não mostram nenhuma fronteira entre o Mar Mediterrâneo e o rio Jordão. Mesmo entre os que mostram fronteira, 87% deles não mencionam a Autoridade Palestina. Nos livros de escolas ultraortodoxas, 95% deles não mostram nenhuma fronteira e 25% chamam a Cisjordânia de Judeia e Samaria. Entre os livros palestinos, 58% não mostram nenhuma fronteira e chamam toda a área de Palestina. 33% dos livros identificam a Linha Verde. Porém, do total, apenas 4% mencionam Israel. Os pesquisadores concluem que esses mapas são problemáticos, pois corroboram as preocupações centrais tanto da narrativa israelense – de que as nações árabes querem eliminar Israel do mapa –, quanto da narrativa palestina – de que Israel quer expandir os territórios ocupados e eliminar qualquer chance de existir um Estado palestino. Ainda, mostra que tanto crianças israelenses quanto palestinas crescem com um apego patriótico a toda a terra (ADWAN; BAR-TAL; WEXLER, 2014, p. 13-14). Quer dizer, se depender do que se aprende nas escolas, a tolerância e aceitação mútua fundamentais em um acordo de paz estão longe de ser realidade.

No processo de entrevistas para esta pesquisa, chamou a atenção entre entrevistados palestinos a perspectiva negativa a respeito de Israel. Para se referir aos israelenses, apareceram

expressões como: “são uns monstros”, “querem a terra sem as pessoas”, “querem nos colocar em cima da mesa e comer-nos inteiros”, “tudo que querem é nos destruir e nos fazer esquecer que somos humanos”, “criaram este conflito e são culpados por isso”, “ainda que devolvam tudo que nos roubaram, não podem ser perdoados”. Também é comum o discurso de vitimização: “somos as vítimas das vítimas do Holocausto”, “somos as vítimas do mundo, que criou Israel”, “não vão parar até não fazer seu próprio Holocausto aqui”.

Os estereótipos igualmente aparecem entre os israelenses, mesmo aqueles envolvidos com o movimento pela paz. Sami Awad descreve sua experiência de receber israelenses que estão pela primeira vez visitando a Cisjordânia nos programas de *Holy Land Trust*:

Há muitos ativistas israelenses que vêm aqui porque querem apenas se sentir bem consigo mesmos. Eles dizem: “Eu fui para Belém, conheci os palestinos, veja como sou corajoso!” Isso na verdade reforça a ideia de que é uma selva por aqui. “Eu fui e sobrevivi!” Eles realmente não sabem o que está acontecendo aqui. Uma das primeiras perguntas que fazem quando vêm, as novas pessoas, é a moeda que usamos! Eles olham os cafés, o mercado, as pessoas falando e bebendo cerveja e eles não acreditam. Eles não acreditam que há água, ruas e trânsito. É realmente incrível ver isso acontecendo. Eles realmente pensam que nos tornamos independentes e estamos apenas lidando com algumas questões, porque acreditavam que vivemos na selva. Eles nunca cruzaram um checkpoint. Como poderiam saber? (AWAD, 2017, tradução nossa⁴⁷).

No que se refere aos sentimentos de medo e de desconfiança em relação ao outro, a pesquisa do *Palestinian Center for Policy and Survey Research* (PSR, 2017) mostra que 86% dos palestinos acreditam que israelenses não são confiáveis, ao lado de 71% dos israelenses que creem que palestinos não são confiáveis. Ainda, 66% dos israelenses judeus temem os palestinos e 52% dos palestinos temem soldados e colonos israelenses. Entre os colonos israelenses, 72% têm medo dos palestinos.

O palestino Zoughbi Zoughbi expressa esses sentimentos: “Israelenses não podem dizer ‘confie em mim’. Não, eu não posso confiar. Tenho medo. Olhe para este Muro, olhe para os soldados na torre. Como posso confiar?” (ZOUGHBI, 2017, tradução nossa⁴⁸). Parte desse discurso é, possivelmente, produto da localização do escritório da organização *Wi’am*. Ela fica próxima ao Checkpoint 300, em Belém, e o Muro da Cisjordânia atravessa o pátio da ONG.

⁴⁷ “There is a lot of Israelis activists who comes here because they just want to feel good about themselves. They say: ‘I went to Bethlehem, I met Palestinians, look how courageous I’m!’ That actually reinforces the idea that this is a jungle over here. ‘I went and I survived!’ They really don’t know what is going on here. One of the first questions they ask when they come here, the new ones, is the currency we use! They look at the coffee shops, the market, people talking and drinking beer and they don’t believe. They don’t believe there is water, and streets and traffic. It’s really amazing to see that happening. They actually think we have become independent and we are just dealing with a few issues remaining, because they believed we live in the jungle. They never have crossed a checkpoint. How could they know?”

⁴⁸ “Israelis cannot say, ‘trust me’. No, I can’t trust. I have fear. Look at this Wall, look at the soldiers in the tower. How can I trust?”

Logo em frente ao portão de entrada, na Hebron Road, sobressai no Muro uma torre de vigília, com a presença de soldados israelenses 24 horas por dia. Nas quintas e sextas-feiras à tarde, há manifestações dos palestinos em frente à torre. Em geral, esses dias terminam com trocas de pedras, lançadas pelos palestinos, e bombas de gás lacrimogênio, a resposta dos soldados. *Wi'am* fica no centro desses acontecimentos.

Salim Munayer, da ONG *Musalaha*, expõe que sofre pressões por não assumir nenhuma das narrativas de medo ou diminuição do outro. Ele nasceu na cidade de Lod, onde atualmente fica o aeroporto de Ben Gurion. Na guerra de 1948, Munayer perdeu a maior parte de sua família. Hoje, possui cidadania israelense e vive em Jerusalém, mas passa períodos do ano em um apartamento em Belém, onde também atua como professor universitário. Ele considera-se tanto palestino quanto israelense. Transitando entre as duas sociedades, assumiu como missão pessoal compartilhar com ambas conhecimento sobre o que está do outro lado do Muro, especialmente agora em que suas realidades são completamente distintas. Ele comenta sobre as ideias de lealdade nacional neste momento:

Toda a identidade do grupo agora está sendo moldada pelo conflito, pela negação da existência do outro e pela rejeição do outro, a hostilidade ao outro e os grupos que competem. Em conflitos intratáveis, se você pertence ao grupo, há uma pressão para você provar sua lealdade, mas também há uma punição do grupo se você romper a linha, e é muito severa. Isso vem não só da dinâmica do grupo, mas em nossa situação aqui em Israel e na Palestina, especialmente em Israel, vem do governo, através do sistema educacional, do sistema de trabalho, do sistema do exército, todo o sistema é feito para garantir que a dinâmica do conflito será mantida e haverá punição se você a quebrar. Se você não fizer certo serviço do exército, você não obtém benefícios sociais, econômicos e educacionais, nem benefício para habitação. Isso está se tornando muito forte. Além disso, nosso sistema educacional é muito parte do conflito, porque está ensinando as narrativas do conflito (MUNAYER, 2017, tradução nossa⁴⁹).

Mesmo em espaços em que não há separação física, como os palestinos vivendo em Jerusalém, as barreiras psicossociais são tão intensas que tornam a cidade um local totalmente desmembrado. A secretária de *Palestine-Israel Journal*, por exemplo, vive e trabalha em Jerusalém Oriental. Ela costumava ir regularmente a Jerusalém Ocidental para diversas atividades. Porém, nos últimos anos, não se sente mais segura, pois é cada vez mais raro ver

⁴⁹ “The whole group identity now is being shaped by the conflict, by the deny of the existence of the other and rejecting the other, hostility to the other and groups competing. In intractable conflicts if you belong to the group, there is a pressure for you to prove your loyalty to the group, but there is also a punishment from the group if you break the line and it’s very severe. That comes not only from the group dynamic, but in our situation here in Israel and Palestine, especially in Israel, it comes from the government, through the educational system, working system, the army system, all the system is made to make sure that the dynamic of the conflict will be kept and there is punishment if you break it. If you don’t do certain army service, you don’t get social, economic and educational benefit, or housing benefit. That is becoming very strong. Also, our educational system is very much part of the conflict, because our educational system is teaching the narratives of the conflict”.

palestinos andando no lado Ocidental. Mesmo no lado Oriental, teme ser confundida com uma israelense e passou a usar *hijab* quando sai à rua, para não sofrer algum tipo de intolerância ou repressão (SCHENKER, 2017).

Hillel Schenker (2017) relata que também é raro ver israelenses na área Oriental e regularmente encontra problemas quando procura um táxi que o leve de onde mora (parte Ocidental) para onde trabalha (parte Oriental). Para ele, há um medo psicológico a respeito da área, fazendo com que israelenses e estrangeiros a evitem, ainda que, no dia a dia, seja um local ordinário como qualquer outro. Ele recorda episódios de violência, contudo reforça que intolerância também acontece em Jerusalém Ocidental contra palestinos e não há um estigma tão grande a respeito dessa parte da cidade.

Um professor palestino de Jerusalém estava sentado aqui [durante a reunião do conselho editorial], e no final ele disse: “Isso é tão raro. Normalmente, vivemos vidas separadas. Quase não tenho contato com israelenses. A única vez que eu realmente encontro israelenses na minha vida regular é quando vou para uma velha livraria, procurando livros antigos. Lá conheço israelenses”. Jerusalém, que é supostamente unida, é de fato realmente dois mundos diferentes. Jerusalém Oriental é um mundo; Jerusalém Ocidental é outro (SCHENKER, 2017, tradução nossa⁵⁰).

Há 20 anos, havia uma proximidade maior entre israelenses e palestinos. Não se pode dizer que as sociedades estavam integradas, contudo, os cidadãos eram capazes de diferenciar posições moderadas ou extremas do outro lado. Hoje, porém, a nova geração de palestinos nunca encontrou israelenses, além dos soldados e colonos. Da mesma forma, a nova geração de israelenses nunca encontrou palestinos e depara-se frequentemente com notícias de atentados terroristas.

Não admira que palestinos considerem israelenses monstros dispostos a destruí-los, tampouco que israelenses considerem palestinos selvagens e terroristas. Sem interação, há ignorância e desinteresse em conhecer o outro, além do crescente medo, desconfiança e ceticismo.

Olhando para a assimetria entre as duas sociedades, Janet Aviad compara o atual momento com aquele na década de 1970 e início dos anos 1980, quando palestinos e israelenses viviam completamente alheios uns aos outros, mesmo compartilhando os mesmos espaços físicos: “É como pessoas sentadas lado a lado, mas estão em outro planeta. Nenhum dos lados

⁵⁰ “One Palestinian professor from Jerusalem was sat here [during the editorial board meeting], and in the end, he said, ‘this is so rare. Normally, we live separated lives. I hardly have any contact with Israelis. The only time I actually meet Israelis in my normal cross of life is when I go to an old book store, looking for old books. I meet Israelis there’. Jerusalem, that is supposedly united, is in fact really two different worlds. East Jerusalem is one world; West Jerusalem is another”.

conhece o outro lado [...] Está de volta à situação antiga, que tem que mudar (AVIAD, 2017, tradução nossa⁵¹).

Ao levar-se em consideração que o separar-se do outro é elemento fundamental para a continuidade de um conflito, o atual cenário das sociedades israelense e palestina tem mais elementos para o aprofundamento da hostilidade do que para sua transformação ou mesmo resolução. As vias abertas entre as sociedades são cada vez mais escassas, os estereótipos acentuados, a desumanização do outro está tão enraizada no imaginário social e toma proporção tal que até mesmo a violação contínua e diária dos direitos humanos dos palestinos encontra justificativa nas narrativas, bem como os ataques terroristas a civis israelenses.

No diálogo, a alienação em relação ao outro encontra oportunidade de ser confrontada. No entanto, quem se propõe a promover esses encontros entre “inimigos” está hoje gastando suas energias mais em lidar com as consequências da disputa do que realmente exercer influência positiva para uma mudança.

3.3 DEBATE NORMALIZAÇÃO E ANTINORMALIZAÇÃO

A palavra “normalização” significa tornar algo normal. No contexto do Oriente Médio, ela vem da palavra árabe *tatbi'a* e, no quadro do conflito árabe-israelense, refere-se a ter relações normais com o Estado ocupador, ou seja, Israel. Foi usada pelo ex-primeiro ministro egípcio, Mustafa Khalil, para descrever oito acordos assinado com Israel durante as negociações de paz em Camp David I, em 1979. Antes disso, ainda, era usada por Israel com ênfase na necessidade de normalizar as relações econômicas e culturais com os países árabes. Entre israelenses e palestinos, o status de normalização ocorreu durante os Acordos de Oslo, no qual os palestinos – ou ao menos parte deles – aceitaram relações com Israel (BISHARA, 2016).

Para aqueles considerados “normalizadores”, a normalização é positiva no sentido em que representa o início de um processo que transforma o relacionamento com Israel de anormal para normal, permitindo a Israel integrar-se no contexto árabe, ao invés de continuar esforçando-se para ser parte do continente europeu. Os opositores da normalização, por outro lado, argumentam que normalizar relações é algo que os árabes podem fazer apenas com países que não atacaram nem ocuparam suas terras, o que exclui Israel (SALEM, 2005).

O discurso contrário à normalização é o discurso de antinormalização e não é novo no debate a respeito das relações árabes com Israel. Nas décadas de 1970 e 1980,

⁵¹ “It is like one people seats next to the other people, but they are in another planet. Neither side knows the other side [...] It is back to the old situation that has to change”.

antinormalização tornou-se um slogan para as forças políticas opostas aos acordos de paz entre Israel e seus vizinhos. Ou seja, a posição “antinormalizadora” é aquela que rejeita qualquer relação normal até que ocorra uma resolução justa da questão da palestina e também a que rejeita qualquer forma de acordo de paz com Israel (BISHARA, 2016).

Na última década, o debate entre normalização e antinormalização voltou a ter destaque na sociedade palestina, principalmente porque passou a integrar o discurso do BDS – Boicote, Desinvestimento e Sanções a Israel, desde 2007. O movimento palestino, criado em 2005, é inspirado pelo movimento sul-africano contra o Apartheid e insta à ação para acabar com a ocupação nos Territórios Palestinos por meio do boicote a Israel (BDS, 2017).

De acordo com o movimento, “normalização aplica-se a relacionamentos que transmitem uma imagem errônea ou ilusória de normalidade, de simetria, de paridade, para uma relação manifestamente anormal e assimétrica de opressão e apartheid colonial” (PACBI, 2012, tradução nossa⁵²). Para quebrar esse senso de normalização ou simetria, o BDS chama à antinormalização. Essa, por sua vez, é a recusa de envolver-se em qualquer relação tanto com o Estado israelense, quanto com instituições e indivíduos que aceitem a convivência entre palestinos e israelenses como algo normal, parte do cotidiano; salvo aquelas relações que são impostas, como a condição de palestinos e árabes israelenses vivendo e trabalhando em Israel, por exemplo.

O BDS tem diretrizes detalhadas e rigorosas do que deve ser considerado normalização. Participar de projetos que objetivam a “coexistência” em lugar da “co-resistência” está nessa lista. O argumento é que qualquer projeto na Cisjordânia ou Gaza em conjunto com israelenses, que não seja de resistência, serve para normalizar relações e contribuir com a ocupação. As atividades conjuntas na sociedade civil, sejam culturais, educacionais ou econômicas, criam uma falsa simetria e ignoram o desrespeito aos direitos humanos dos palestinos. Nos israelenses, cria a ideia errônea de que estão trabalhando pela paz e que não são parte do problema, uma vez que têm amigos palestinos com quem mantêm contato regularmente (BDS, 2011).

Diálogo é visto como alternativa ao boicote e não deve ser praticado. De acordo com o BDS, além de impedir a luta contra a injustiça, “diálogo, processos de ‘cura’ e ‘reconciliação [...] servem para privilegiar a coexistência opressiva ao custo da co-resistência, pois presumem

⁵² “normalization applies to relationships that convey a misleading or deceptive image of normalcy, of symmetry, of parity, for a patently abnormal and asymmetric relationship of colonial oppression and apartheid”.

a possibilidade de convivência antes da realização da justiça” (BDS, 2011, tradução nossa⁵³). Nas diretrizes, grupos conjuntos como IPCRI, *Seeds of Peace*, *One Voice*, *Peres Center for Peace* e organizações afins, ou seja, OSCs que fazem parte do movimento pela paz, são classificados como normalizadores e devem ser boicotados (PACBI, 2012).

Na sociedade palestina, cooperação enquanto persistir a realidade da ocupação é percebida como uma ameaça à sua integridade nacional, pois encobre injustiças enquanto dá uma aparência de paz. Mazin Qumsiyeh, membro do grupo de fundadores do BDS, relaciona diálogo e cooperação como um instrumento para justificar a existência de Israel e seus atos nos Territórios Ocupados, ambos injustificáveis. Sobre projetos de diálogo, ele comenta:

Os ocupadores são sempre os mais interessados no diálogo, porque querem normalizar a situação, para dizer que se eles podem se encontrar e conversar e comer juntos, eles não podem ser tão ruins quando criam checkpoints e muros e roubam terra e fazem refugiados palestinos. Afinal, eles querem a paz e a prova de que querem a paz é que estão sentados e conversando. Alguns grupos, como *Seeds of Peace*, dizem que seu objetivo é criar relacionamentos, conhecer uns aos outros. Bem, conhecerem-se com base em quê? Você não pode colocar escravos e os que os escravizam sentados juntos para se conhecerem (QUMSIYEH, 2017, tradução nossa⁵⁴).

Esta pesquisa não pretende analisar os argumentos do BDS ou mesmo do boicote como alternativa à cooperação. Antes, busca perceber como a antinormalização é sentida pelo movimento pela paz e como seu discurso afeta o trabalho das OSCs pesquisadas. De fato, mesmo entre os ativistas pela paz, as posições em relação ao BDS são distintas. Porém, há concordância de que a antinormalização é um grande desafio para quem deseja dialogar, tanto israelenses quanto palestinos.

3.3.1 Antinormalização e OSCs mistas

Muitas OSCs israelenses falharam em alcançar o nível de comprometimento exigido por seus parceiros palestinos ou o nível de expectativas desses em atividades conjuntas. Muitos israelenses não condenam a guerra contra Gaza, por exemplo, ou a violação da liberdade nas universidades palestinas (ABUZAYYAD, 2012). A partir disso, para que atividades conjuntas não sejam consideradas normalizadoras, o BDS estabelece alguns parâmetros: os membros

⁵³ “dialogue, ‘healing’, and ‘reconciliation’ processes [...] serve to privilege oppressive co-existence at the cost of co-resistance, for they presume the possibility of coexistence before the realization of justice”.

⁵⁴ “The occupiers are always the most interested in dialogue, because they want to normalize the situation, to say that if they can meet and talk and eat together, they cannot be that bad creating checkpoints and walls and stealing land and making Palestinians refugees. After all, they want peace and the proof that they want peace is that they are sitting and talking. Some groups, like *Seeds of Peace*, say that their goal is to create relationships, get to know each other. Well, get to know each other based on what? You can’t bring slaves and the ones that are enslaving them sitting together to get to know each other”.

israelenses devem apoiar completamente os direitos palestinos, de acordo com o Direito Internacional, e as atividades da OSCs devem, em primeiro momento, serem focadas em condenar e resistir à ocupação de Israel, bem como à violação das leis internacionais (PACBI, 2012).

O *Palestine-Israel Journal*, por exemplo, diante das condições impostas, adota a posição oficial de atuar para acabar com a ocupação por meio da cooperação intelectual. Como condição para permanecerem no conselho editorial, os membros palestinos demandam que israelenses com posições políticas de extrema direita, bem como colonos judeus que vivem nos assentamentos na Cisjordânia, não sejam aceitos como novos membros, tampouco possam publicar suas opiniões no periódico (SCHENKER, 2017). Ou seja, acaba sendo um diálogo entre aqueles que concordam, pois há igualdade de opiniões e posições políticas e pouco incentivo à troca de ideias.

Em relação ao BDS, não há uma posição oficial do PIJ. Os membros israelenses, em sua maioria, são contrários ao boicote a Israel como um todo – principalmente ao boicote acadêmico e cultural, mas a favor de um boicote econômico de produtos dos assentamentos da Cisjordânia, com o argumento de que isso passa uma mensagem mais clara e direcionada de resistência à ocupação sem violar a legitimidade do Estado de Israel (SCHENKER, 2017).

Apesar da posição oficial, o periódico é ainda considerado por muitos intelectuais palestinos como normalizador. Um exemplo disso foi uma edição especial de PIJ com poemas de autores locais a respeito do conflito. Um dos membros palestinos do conselho editorial encontrou a obra de uma poeta palestina. Os poemas expressavam com sensibilidade o dia a dia na Cisjordânia sob ocupação e foram aprovados para publicação. No entanto, a autora não permitiu publicá-los, pois recusa-se a qualquer atividade em cooperação com israelenses.

Isso é lamentável, mas também faz parte da realidade. Há pessoas para quem isso é o que dirão [...] Alguns de nossos colegas palestinos são até criticados por estarem trabalhando conosco, pessoas que dizem: “Tivemos 20 anos de negociações com os israelenses e eles não produziram qualquer coisa. Tudo o que temos é mais assentamentos e não vemos um fim para a ocupação. Se falar com Israel e negociar não funcionou, talvez o boicote funcione”. Essa é a ideia de até mesmo boicotar o movimento pela paz israelense, porque, do ponto de vista palestino, nós falhamos com eles (SCHENKER, 2017, tradução nossa⁵⁵).

⁵⁵ “That is unfortunate, but that is also part of the reality. There are those people for whom that is what they will say [...] Some of our Palestinian colleagues are even criticized for having been working with us, people who say, ‘We have had 20 years of negotiations with the Israelis and they didn’t produce anything. All we’ve got is more settlements and we don’t see an end for the occupation. If talking to Israelis and negotiation hasn’t worked, maybe boycott will work’. That is the idea of even boycotting the Israeli peace movement, because from the Palestinian point of view we failed them”.

Para Rami Elhanan (2017), de *Parents Circle*, um dos problemas da antinormalização é que mesmo israelenses comprometidos com os direitos dos palestinos são excluídos pelos palestinos. Ele cita o exemplo de sua esposa, Nurit Peled-Elhanan, professora da Universidade Hebraica. Por sua pesquisa criticando o sistema educacional israelense, ela enfrenta pressão de diversos setores em Israel, por defender o lado inimigo. Contudo, entre palestinos, também não é bem aceita, por ser israelense. Convidada para lecionar na Universidade de Birzeit, na Cisjordânia, mais tarde teve o convite retirado e sua participação negada em qualquer atividade da universidade, pois se caracterizaria como normalização.

Apesar de, pessoalmente, ser favorável ao boicote econômico a Israel, no que concerne ao seu trabalho como ativista pela paz, Elhanan (2017) considera que, neste momento, ser justo não é mais suficiente para palestinos quando se é israelense. “Eles dizem em árabe que não se pode bater palmas com apenas uma mão. É necessário ter um parceiro para poder conversar. Talvez seja um longo processo, mas se não há um parceiro para conversar, então o que acontecerá?”, aponta (tradução nossa⁵⁶). Na prática, além de sentir a retirada dos palestinos das iniciativas não oficiais de diálogo nos últimos anos, ele ainda atribui a radicalização de ambas as sociedades a essa resistência e recusa em dialogar, negando o direito de existir ao outro. Quanto mais radicais são as comunidades, menos se abrem à mensagem que *Parents Circle* tem a passar, de que “isso não vai parar até nós conversamos⁵⁷”, o lema da organização.

Numa das edições recentes de *Palestine-Israel Journal*, o tema foi o trabalho feito em parceria com a ONG israelense *Ir Amim*, financiado pelo *ifa – Institut für Auslandsbeziehungen*, fundação germânica para o diálogo. No projeto, jovens israelenses e palestinos cidadãos de Jerusalém participaram de workshops de diálogo e elaboraram propostas conjuntas de como se poderia resolver a questão de Jerusalém. Devido à antinormalização, os jovens palestinos recusaram-se a participar de uma mesa redonda pública para encerrar os meses de trabalho. Para eles, não estavam em posição de serem vistos publicamente com israelenses, principalmente pelo criticismo dentro da própria sociedade palestina e da punição social que enfrentariam. Alguns deles são estudantes na Universidade Hebraica e, além da pressão social em sua própria comunidade, já tinham sido chamados pela polícia israelense devido a postagens em suas páginas de Facebook. Para lidar com tal problema, a mesa redonda foi sediada na cidade de Sevilha, Espanha. Os jovens também não se sentiam confortáveis que seus nomes estivessem na publicação do PIJ. Assim, na publicação do volume 21 do periódico, os palestinos

⁵⁶ “They say in Arabic that you cannot clap your hands with only one hand. And you need a partner to talk to. Maybe it will be a longer process, but if you don’t have a partner to talk to, then what will happen?”.

⁵⁷ “it won’t stop until we talk”.

são apresentados apenas como “participantes”, podendo desse modo expressarem livremente suas opiniões (PIJ, 2015, p. 90-103).

Vale ainda destacar a antinormalização no diálogo acadêmico. Edy Kaufman é possivelmente o acadêmico judeu com maior produção em termos de conteúdo e de participação de projetos de diálogo. Ele e o embaixador palestino no Reino Unido, Manuel Hassassian, começaram sua cooperação há 22 anos. Em 1992, criaram e passaram a ensinar um curso intitulado *Conflict Resolution: the Israeli/Palestinian Experiment*. Desde então, durante seis semanas todos os anos dividem não apenas a mesma sala de aula, mas a mesma casa na Universidade de Maryland, nos Estados Unidos. Juntos, formam o mais longo time de ensino conjunto a respeito do conflito.

Inicialmente, o curso envolvia uma parte teórica, na Universidade de Maryland, e um estágio prático em parceria com universidades israelenses e palestinas. Kaufman fazia esse trabalho enquanto também era diretor do *The Harry S. Truman Research Institute for the Advancement of Peace*, na Universidade Hebraica de Jerusalém. Hassassian, enquanto lecionava na Universidade de Belém.

Entretanto, desde 2005, o boicote acadêmico tem crescido rapidamente. O *Palestinian Council of Higher Education* cortou todas as relações com universidades israelenses e os dois foram impedidos de ministrar seu curso em universidades locais. Tanto pelas barreiras físicas e psicológicas entre as sociedades palestina e israelense atualmente, mas principalmente pela antinormalização, ensinar juntos na Terra Santa é, agora, uma missão impossível. Por ser uma figura pública, Hassassian enfrenta mais pressão pela sua parceria com Kaufman, acusado de ser “normalizador”. Foi alvo de manifestações e críticas do movimento de antinormalização. Para Kaufman (2016), a antinormalização é contraproducente e leva à mais frustração no setor instruído, deixando como única alternativa a radicalização intelectual.

3.3.2 Antinormalização e OSCs palestinas

Entre as OSCs com liderança exclusivamente palestina, algumas não viram resultado no diálogo e aderiram à antinormalização. Um importante exemplo nesse sentido é a história do grupo *Rapprochement Dialogue*, da organização PCR, de Beit Sahour. A iniciativa mais duradoura de diálogo entre israelenses e palestinos, foi considerada modelo de sucesso no estudo de diálogo para a resolução de conflitos (KAUFMAN, 2016). No entanto, o grupo de diálogo encerrou-se devido à antinormalização. Hoje, a atuação de PCR é principalmente com resistência não violenta e projetos sociais com marginalizados da sociedade palestina. Apesar de manter em seus objetivos a aproximação entre sociedades, não há menção no site da

organização da sociedade israelense (PCR, 2017). Mazin Qumsiyeh foi diretor do PCR na década de 1990 e logo após a Segunda Intifada, onde atuou na organização do *Rapprochement Dialogue*. Sua família estava entre os fundadores do centro. Hoje, Qumsiyeh apresenta-se como co-fundador do BDS. Ele explica que o diálogo se encerrou por ser sem utilidade, sem sentido e uma forma de normalização (QUMSIYEH, 2017).

Por sua vez, as OSCs palestinas que insistiram na defesa do diálogo e da cooperação como alternativa, enfrentam pressões e são desacreditadas na comunidade por “trabalharem com o inimigo”, serem “agentes do inimigo” e normalizadoras. Das organizações pesquisadas, as palestinas *Holy Land Trust* e *Wi'am* assinaram a carta de fundação do BDS. Atualmente, porém, *Holy Land Trust*, embora ainda apoie o movimento, define-se como um dos seus principais críticos na Cisjordânia. Desde que passou a atuar com diálogo e, principalmente, com colonos judeus da extrema direita israelense, é agora estigmatizada, perdendo o respeito e a credibilidade que possuía antes na sociedade palestina. “Somos atacados como sendo normalizadores e muitas pessoas têm medo de nós. Isso tornou-se o rótulo de ‘mal’, especialmente porque há uma convocação para boicotar israelenses. Ser normalizador é quase como ser traidor”, expõe Sami Awad (2017, tradução nossa⁵⁸).

Para ele, ademais, a antinormalização perdeu o foco, o qual deveria ser mudar a realidade da ocupação. No entanto, o objetivo se tornou boicotar Israel, ou seja, prejudicar a Israel em vez de ajudar a Palestina. Isso entrava enormemente o movimento pela paz, tratado agora como algo que deve ser parado e eliminado. Na prática, em lugar de cooperação tem-se mais ódio, aponta (AWAD, 2017).

Condição também complexa é a da organização *Musalaha*, que não se apresenta nem como israelense nem como palestina, uma vez que é fundada e dirigida por um palestino-israelense e registrada em Israel. A ONG não possui posição política oficial, mas suas atividades, bem como sua missão e visão, representam a ideologia de uma sociedade compartilhada, coexistindo pacificamente em um sistema binacional. O diretor da ONG, Salim Munayer (2017), considera impossível barrar completamente a interação entre as duas sociedades, uma vez que ambos se relacionam em muitos níveis, como água, eletricidade, viagem e turismo, óleo, gás, compras, etc. Na sua visão, a antinormalização, a nível local, tem a tendência de categorizar cooperação essencialmente como envolver-se com o movimento pela paz e, principalmente, com organizações cujo foco é a reconciliação. Como consequência, a antinormalização está boicotando aqueles com quem deveria aliar-se.

⁵⁸ “We are attacked as been normalizers and many people are afraid of us. It’s become the badly labeled, especially because there is a call to boycott Israelis. Being normalizers is almost like being traitors”.

Esse criticismo dentro da sociedade palestina, ainda que tenha suas justificativas, socialmente mina os esforços de diálogo e convivência, acentuando as diferenças, os estereótipos e ambas as narrativas nacionais de vitimização e perseguição. Se o trabalho conjunto se concretiza, o diálogo acaba não se aprofundando, pois só pode ir até os limites impostos por um ou outro lado, e deixa de incluir diferentes perspectivas e posições políticas. A nível local, socialmente, a antinormalização acentua barreiras e torna o diálogo praticamente irrealizável.

3.4 DESLEGITIMAÇÃO DO MOVIMENTO PELA PAZ

A falta de incentivo público para atividades de diálogo e outras atividades conjuntas é, em adição, um dos grandes desafios das OSCs pesquisadas. Ela se expressa em Israel e Palestina em intensidades e formas diferentes. Porém, em ambas as sociedades, aqueles a favor da cooperação são vistos como inimigos, ou favorecendo ao inimigo.

O patrocínio às atividades de diálogo era um dos fundamentos dos Acordos de Oslo (PUNDAK, 2012). Hoje, no entanto, há uma campanha de intimidação por parte da direita política para deslegitimar o movimento pela paz. OSCs que defendem direitos humanos ou trabalham em cooperação com palestinos são tachadas de inimigas do governo e inimigas de Israel. Se criticam as práticas do governo em relação aos palestinos ou a falha em ir adiante com as negociações de paz, são acusadas de serem desleais.

Um dos meios em que essa pressão à OSCs se expressa é pela existência de ONGs cujo propósito é exigir prestação de contas e discutir criticamente o trabalho de OSCs atuando no conflito árabe-israelense. Embora não se definam assim, são consideradas de extrema direita pela opinião pública e acusadas de trabalhar para o atual governo. São, de fato, apoiadas por muitos membros de direita do Knesset e têm procurado coibir a disseminação de ideias de jurisdição universal, como os direitos humanos. Trata-se de um fenômeno novo em Israel.

O principal desses grupos é o *NGO Monitor*. O grupo fiscaliza as ações e publicações de outras OSCs para verificar até que ponto são críticas à política israelense. Entre as categorias de fiscalização estão, por exemplo, ONGs consideradas antissemitas, ONGs que apoiam o BDS, ou que fazem campanha de demonização de Israel (NGO MONITOR, 2017). Na lista de grupos fiscalizados e considerados anti-Israel estão as internacionais *Amnesty International*, *World Vision*, *Human Rights Watch*, *Cáritas Internacional* e *Save the Children*. Ainda, as ONGs de direitos humanos israelenses *Breaking the Silence* e *B'Tselem* estão entre as mais presentes nas matérias do site. Das OSCs desta pesquisa, quatro delas figuram na lista de *NGO Monitor*:

Combatants for Peace, Holy Land Trust, PCFF e Wi'am. O site da organização também mostra quais são os países que financiam cada uma das 248 OSCs acompanhadas, ou seja, países amigos do inimigo de Israel.

Além dele, o grupo *Im Tirtzu*, movimento sionista israelense, tem como missão “desmascarar e expor as várias ameaças ao sionismo e a Israel por meio da pesquisa minuciosa sobre o amplo financiamento de ONGs anti-israelenses pelos governos europeus e pelo *New Israel Fund*⁵⁹” (IM TIRTZU, 2017, tradução nossa⁶⁰). Anualmente, a ONG apresenta um relatório em que são apontados os “agentes estrangeiros”, ou seja, na definição de *Im Tirtzu*, aqueles que recebem financiamento externo para executar atividades políticas dentro de Israel, contrárias às políticas israelenses e contrárias às forças armadas (IM TIRTZU, 2016).

Já o grupo *Israel Academia Monitor* mantém seus olhos nas atividades acadêmicas das universidades israelenses para monitorar “pessoas trabalhando para apoiar os inimigos de seu próprio país durante um período de guerra [...] servindo como israelenses críticos de seu próprio país” (IAM, 2017, tradução nossa⁶¹). Centros de estudos em resolução de conflitos ou direitos humanos, como os da Universidade de Haifa, por exemplo, são considerados por IAM como promotores de atividade política anti-Israel.

Pressão também é sentida pelas OSCs por meio de leis e propostas de leis no Knesset. Em janeiro de 2017, foi aprovada uma lei que proíbe a entrada de membros da ONG *Breaking the Silence* em escolas. *Breaking the Silence* é uma organização de soldados israelenses veteranos que serviram às forças armadas a partir da Segunda Intifada, cujo objetivo é expor ao público a realidade das operações do exército nos Territórios Palestinos. Faz isso por meio da publicação de depoimentos dos soldados, revelando momentos sombrios da atuação das FDI em Gaza e na Cisjordânia. Parte do trabalho da organização é promover um debate público sobre a ocupação e o preço moral que exige dos israelenses, principalmente dos soldados. Uma das estratégias para isso é por meio de palestras em escolas, agora proibidas (BREAKING THE SILENCE, 2017).

Comentando a aprovação da lei, o ministro de educação, Naftali Bennet, estabelece que é uma lei sionista, para proteger o Estado de Israel. Seu discurso reforça elementos da narrativa

⁵⁹ *New Israel Fund* é uma organização israelense sem fins lucrativos que, entre outras atividades, financia grupos de defesa de direitos humanos nos territórios ocupados, como *B'Tselem* e *Breaking the Silence*.

⁶⁰ “unmasking and exposing various threats to Zionism and Israel by thoroughly researching the extensive funding of anti-Israeli NGOs by European governments and the New Israel Fund”.

⁶¹ “people working to support the enemies of their own country during a time of war [...] serving as the ‘Israelis critical of their own country’”.

judaica de perseguição e de não mais aceitar humilhações. Ainda, Bennet acusa *Breaking the Silence* indiretamente de trabalhar contra Israel e contra as FDI:

A lei que estamos passando hoje não é uma lei que se oponha a algo, mas uma lei apoiando algo. É uma lei que apoia o Estado de Israel e apoia as FDI. É uma lei que apoia a verdadeira educação, valores, sionismo e contribuições significativas para as FDI. Esta é uma lei para um Israel mais simples. É uma lei sionista que protege Israel e as FDI, e não está disposta a fazer a paz como fizemos a paz nos dias do Segundo Templo, quando pessoas queimaram armazéns e casas. Aprendemos nossa lição e não permitiremos que ninguém destrua nossas casas de novo. As escolas israelenses educarão os estudantes a trabalharem juntos e a não prejudicarem um ao outro, a apreciarem o bem que os soldados de Israel fazem por nós e não tentar prejudicá-los (BARUCH, 2017, tradução nossa⁶²).

Em 2016, outra lei aprovada pelo Knesset já provocou discussões a respeito da ameaça à sociedade civil e a democracia israelense. A proposta de lei, chamada de lei de “*Transparency Bill*” ou “*NGO Bill*”⁶³, foi aprovada em primeira leitura no Knesset em fevereiro. Ela exige que OSCs que recebem mais de 50% de seus recursos financeiros de doadores do exterior sejam registradas como “agentes estrangeiros”. A ministra de justiça, Ayelet Shaked, declarou ao jornal *The Guardian* que a lei incentiva a transparência e ajuda a combater a influência externa no país (YOUNG, 2016).

Apesar da legislação não deixar explícito que se destina às organizações de esquerda política, em geral as que focam em direitos humanos dos palestinos e cooperação para a paz, críticos argumentam que são, na realidade, essas organizações as que são visadas. A maioria das OSCs consideradas de esquerda política em Israel recebem fundos de doadores internacionais, principalmente da União Europeia. Enquanto isso, as OSCs consideradas de direita são mantidas, em sua maioria, por fundo privado ou por doações do Estado de Israel. Portanto, não são alvos da lei (YOUNG, 2016; SCHENKER, 2017). Para Hillel Schenker, do *Palestine-Israel Journal*, está claro a quais organizações o governo quer prejudicar: “Criam novas leis todos os dias que são projetadas para limitar atividades como a nossa [...] Há tentativas mais de deslegitimar do que realmente proibir nossas atividades (SCHENKER, 2017, tradução nossa⁶⁴).

⁶² “The law we are passing today is not a law opposing something, but a law supporting something. It is a law supporting the State of Israel and supporting the IDF. It is a law supporting true education, values, Zionism, and significant contributions to the IDF. This is a law for a simpler Israel. It's a Zionist law which protects Israel and the IDF, and is not willing to make peace the way we made peace in the days of the Second Temple, when people burned storehouses and homes. We learned our lesson, and we will not allow anyone to destroy our homes again. Israeli schools will educate students to work together and not harm each other, to appreciate the good Israel's soldiers do for us and not to try to hurt them”.

⁶³ Uma tradução não oficial, do hebraico para o inglês, da Lei de Transparência está disponível em <https://www.adalah.org/uploads/NGO_transparency_bill_English.pdf>.

⁶⁴ “They create new laws every day which are designed to limit activities like ours [...] There are attempts more to delegitimize than to actually forbid our activities”.

Na mesma proposta de lei, havia uma obrigação aos membros dessas OSCs de usar um crachá de identificação enquanto estivessem no Knesset, indicando serem “agentes estrangeiros”, ou seja, trabalhando para interesses internacionais e, possivelmente, contrários ao próprio país. Tal proposta é chamada por ativistas de “crachá da vergonha” (SCHENKER, 2017). No entanto, a obrigação foi retirada da proposta de lei (YOUNG, 2016).

Mais um exemplo da deslegitimação das OSCs em defesa da paz e de direitos humanos foi o pedido do primeiro ministro Benjamin Netanyahu à primeira ministra do Reino Unido, Theresa May, em seu encontro no mês de fevereiro de 2017. Netanyahu solicitou que o Reino Unido pare de enviar recursos para essas organizações, incluindo o grupo *Breaking the Silence*, ainda que o grupo não receba recursos de lá desde 2011 (SHAUL, 2017).

Em acréscimo, pode-se mencionar a afronta direta ao movimento pela paz durante o *Alternative Memorial Day* de 2017, promovido por *Combatants for Peace* e *Parents Circle* em Tel Aviv. Manifestantes atacaram e protestaram contra os participantes. Os gritos da multidão eram de “nazistas”, “covardes sem valor”, “voltem para Auschwitz”, “saíam do nosso país” (HAARETZ, 2017). A oposição, contudo, não é novidade para os organizadores do evento, pois todos os anos enfrentam isso. Por outro lado, foi espantosa a ironia do ministro da educação ao comentar o caso no Twitter. Bennet postou que os participantes do evento estavam de luto por “assassinos de bebês” e “bombardeadores de ônibus” e deveriam ser menos sensíveis às reações de cuspir e empurrar da população⁶⁵. No dia seguinte, retuitou seu post, dizendo, em tom de deboche, que tinha sido feito por um de seus estudantes e que não havia razão nenhuma para as pessoas enlouquecerem. O episódio foi considerado como mais uma atitude para desmerecer e diminuir o movimento pela paz.

Os casos são um reflexo do crescimento da direita política em Israel e, por consequência, encolhimento da influência da esquerda, historicamente mais a favor da paz com a Palestina. A forte presença da direita no Knesset, desde o fim do mandato de Ehud Barak, em 2001, enfraquece a esquerda e intimida sua atuação civil.

Salim Munayer, da ONG *Musalaha*, faz uma comparação interessante:

Agora estamos vivendo uma situação em Israel que, se você for de esquerda, você tem lepra. E as pessoas não querem ser identificadas assim. Elas temem isso. Elas têm medo de expressar sua opinião. Todos os meios de comunicação, os grupos religiosos marginalizam a esquerda de forma muito hábil, e, às vezes, ser da esquerda é como

⁶⁵ “If the report is true, I would expect people who are mourning baby killers and bus bombers to be a little less sensitive to spitting, shoving and water” (HAARETZ, 2017).

ser palestino na sociedade israelense. A esquerda é excluída da sociedade convencional (MUNAYER, 2017, tradução nossa⁶⁶).

Ou seja, entre os que discordam das políticas do atual governo, há um medo de expor-se e expressar opiniões que possam ser consideradas anti-Israel. Isso pode ser percebido no depoimento da médica e ativista política de Tel Aviv, membro do grupo *Combatants for Peace*. Ela relata:

A nossa tribo já foi muito grande em Israel. Mas agora nós estamos morrendo e o que nós defendemos – a paz com a Palestina – também está morrendo. Antes, a gente saía na rua e fazia manifestações gigantescas e gritava que queríamos a paz e tínhamos uma voz influenciando nosso governo. Agora, cada um esconde-se em sua casa e tenta viver uma vida mais regular possível, longe de discussões, longe dos que discordam. Nós vivemos em uma bolha em relação à Palestina. A coisa mais desafiadora que fazemos é cruzar um checkpoint e visitar uma propriedade na Área “C”. Área “C”! E eu preciso ter muita fé para acreditar que isso muda qualquer coisa da realidade do conflito (informação pessoal⁶⁷).

Nos Territórios Palestinos, por sua vez, as OSCs têm como desafio maior a antinormalização. No entanto, o co-editor palestino Ziad Abuzayyad afirma que tanto o Fatah, na Cisjordânia, quanto o Hamas, na Faixa de Gaza, criaram uma intensa campanha nos últimos 10 anos para dissolver organizações pela paz e limitar sua capacidade de influência (ABUZAYYAD, 2012). O jornalista Shlomi Eldar, de *Al-Monitor*, entrevistando jovens de Gaza que mantém contato com jovens israelenses pelo Facebook, revela que o Hamas se opõe a qualquer manifestação de normalização com israelenses. Os jovens de Gaza enfrentam o risco de serem considerados colaboradores com o inimigo e cidadãos subversivos, por estabelecerem uma comunicação que é proibida (ELDAR, 2016).

Nas entrevistas desta pesquisa, ativistas declararam serem chamados de ingênuos, antipatrióticos e suspeitos de atividade subversiva para favorecer Israel.

A ONG *Holy Land Trust* já enfrentou certa pressão social. Sami Awad comenta:

Fazemos uma atividade e alguém escreve algo no Facebook sobre isso e começamos a ser atacados no Facebook. As pessoas ficam com medo até mesmo de participarem das atividades. A segurança palestina começa a investigar essa atividade, ver o que está por trás disso, o que está acontecendo. Então, temos que criar todos os tipos de

⁶⁶ “Right now we are living a situation in Israel that if you are left, you have leprosy. And people don't want to be identified like that. They fear it. There is fear to express your opinion. All the media, the religious groups they marginalize the left very skillful and also, sometimes, to be left wing is like to be Palestinian in the Israeli society. Left wing is excluded from the mainstream”.

⁶⁷ Depoimento concedido durante evento promovido por *Combatants for Peace* em 17 de fevereiro de 2017, em Al-Walaja, vila na Área “C” da Cisjordânia. A participante solicitou que seu nome não fosse revelado.

justificativa para a Autoridade Palestina para o que estamos fazendo (AWAD, 2017, tradução nossa⁶⁸).

Awad, que durante o Processo de Paz de Oslo e nos primeiros anos após a Segunda Intifada era um dos líderes da resistência em Belém, entende as reações: “Há 15 anos, na verdade, éramos nós a organização que atacava as pessoas por promoverem diálogo. Se não se tratasse de ativismo e resistência, não era bom para nós” (AWAD, 2017, tradução nossa⁶⁹), recorda.

O fortalecimento do nacionalismo não é fenômeno exclusivo de Israel e da Palestina, mas uma tendência mundial. A nível local, contudo, isso afeta diretamente as hostilidades, uma vez que a intolerância afasta soluções pacíficas e que atendam às necessidades de ambos os disputantes para um futuro cada vez mais distante.

3.5 ESTRATÉGIAS FRENTE ÀS DIFICULDADES

Não obstante as condições adversas e sua atuação bastante modesta, quase invisível aos olhos do público, o movimento pela paz encontra caminhos para continuar. É consenso entre os entrevistados que o melhor plano neste momento é a perseverança, ou seja, continuar o trabalho na esperança de que a atmosfera mude (NUSSEIBEH, 2016; ELHANAN, 2017; AWAD, 2017; SCHENKER, 2017; AVIAD, 2017).

Para superar os desafios, o movimento pela paz usa de estratégias diversas, as quais, se não garantem sucesso, ao menos possibilitam a sobrevivência diante da hostilidade crescente e geram algum impacto. Aqui são apresentadas as principais estratégias das OSCs desta pesquisa, bem como outras mencionadas pelos entrevistados. Elas possibilitam uma estimativa do potencial atual das abordagens de diálogo.

3.5.1 Lidando com as restrições de movimento e regime de permissões

Diante do desafio para os israelenses de não terem acesso à locais de Área “A”, a melhor alternativa que Rami Elhanan para não deixar de trabalhar é quebrar a regra, ou seja, agir contra a lei. O escritório palestino de PCFF fica em Beit Jala, cidade com parte em Área “A” e parte em Área “C”. Dirigindo a partir de Jerusalém, quando é parado por soldados e policiais no

⁶⁸ “We do an activity and somebody writes something on Facebook about it and we start getting attacked on Facebook, people become scared of even joining the activity. The Palestinian security starts to investigate this activity, see what is behind that, what is going on. So we have to create all kinds of justification to the PA for what we are doing”.

⁶⁹ “15 years ago we were actually the organization that was attacking people for doing dialogue. If it wasn’t about activism and resistance, wasn’t good for us”.

checkpoint dos túneis de Beit Jala, ele os desafia a impedirem-no de seguir em frente. Ele relata sua experiência:

Quebro as regras onde posso, tanto quanto posso. Esta manhã, por exemplo, a polícia me deteve no checkpoint. Eles perguntaram: “Onde você está indo?” Eu disse: “Não é da sua conta”. Eles ficaram tão chocados que eu disse isso (risos)! Se fosse um palestino, seria o fim do meu dia, talvez do meu ano, talvez da minha vida! Mas a polícia ficou tão impressionada! Eu disse: “Vocês têm um motivo para me parar? Se vocês não têm um motivo, deixem-me ir” [...] Acho que sabem aonde vou, mas são relutantes em processar-me, por causa do efeito de um processo judicial como esse. Pode prejudicá-los muito [...] Tudo o que fizerem comigo pode se tornar um escândalo internacional (ELHANAN, 2017, tradução nossa⁷⁰).

Já para lidar com o sistema de permissões de entrada de palestinos em Israel, os diretores locais do movimento *Kids4Peace* fizeram um acordo com o *District Coordination Office* – DCO, órgão da administração civil israelense na Cisjordânia responsável pelas licenças. Esse acordo, para a co-diretora israelense Meredith Rothbart (2017), só foi possível porque são registrados como uma organização internacional. Ela ainda reporta que, desde que passaram a receber doações de USAID, órgão norte-americano para o desenvolvimento, tornou-se mais fácil conseguir permissões de entrada. Portanto, mais fácil para incluir adolescentes da Cisjordânia nas atividades. Dos grupos pesquisados, K4P é o que menos sente as pressões da segregação espacial. Muito provavelmente pelas relações amigáveis que estabelece. Além do DCO, o *Kids4Peace* também apoia o BDS, o que parece ser totalmente contraditório, mas é defendido pela ONG como um diálogo necessário. Ao contrário de outras OSCs com clara posição política, K4P vê como mais importante a continuidade ao trabalho, independentemente do caminho que precise ser tomado para isso. A co-diretora local comenta:

Reconhecemos que alguns chamariam isso de normalização em si, o que sentimos que... bem, o que é mais importante no momento é poder fazer este trabalho e esse é o tipo de contexto em que temos que fazê-lo. Este relacionamento com o Ministério da Defesa de Israel tem sido capaz de nos fazer ter sucesso em trazer palestinos. Temos de encontrar maneiras de continuar a conversa (ROTHBART, 2017, tradução nossa⁷¹).

⁷⁰ “I break the rules wherever I can, as much as I can. This morning, for example, the police stopped me in the checkpoint. They asked, ‘where are you going?’ I said, ‘it’s not of your business’. They were so chocked that I said that (laughs). If I was a Palestinian, it would be the end of my day, maybe of my year, maybe of my life! But the police were so overwhelmed. I said, ‘do you have a reason to stop me? If you don’t have a reason, let me go’ [...] I think they know where I go, but they are very reluctant to put me on trial, because the effect of a trial like this. It can damage them a lot [...] Anything that they do with me can be an international scandal”.

⁷¹ “We recognize that some would call this itself normalization, which we feel... well, what is most important right now is to be able to do this work and that is the kind of context in which we have to do it. This relationship with the Israeli Defense Ministry has been able to make us successful in bringing in Palestinians. We have to find ways to continue the conversation”.

Por fim, outra iniciativa foi a criação recente do *Israeli Peace NGO Forum*, uma rede de OSCs de paz que tem pressionado as FDI e o DCO para abrandar as restrições de entrada em Israel para ativistas pela paz (SCHENKER, 2017).

3.5.2 Internet, mídias e outros meios de comunicação

No ano 2002, com as fortes medidas de segurança na Cisjordânia durante a Segunda Intifada, impedindo a população até mesmo de deixar suas casas, a alternativa encontrada por *Parents Circle* para seguir conversando foi criar o projeto *Hello! Salaam! Shalom!*. Palestinos e israelenses podiam ligar sem custo para o número *6364 e escolher entre a opção de conversar com alguém em Israel ou na Cisjordânia. O site do projeto exibia uma lista de perguntas sugeridas para uma primeira conversa e temas a serem evitados. O objetivo era reconectar as sociedades por meio de novos relacionamentos. Em pouco mais de quatro anos, quase um milhão de ligações foram feitas. Não há, contudo, informações disponíveis a respeito de quem ligou para quem, por quanto tempo conversaram, sobre o quê conversaram, com que frequência ou quais foram os impactos dessas conversas.

Atualmente, a internet é ferramenta importante para não interromper a comunicação em tempos de guerra. Diante da impossibilidade de lecionar nas universidades israelenses e palestinas, Edy Kaufman e Manuel Hassassian decidiram continuar trabalhando juntos e buscando diferentes caminhos. Hoje, além de oferecerem seu curso *Conflict Resolution: the Israeli/Palestinian Experiment* em modo presencial em Maryland, nos Estados Unidos, também oferecem o curso on-line para alunos judeus e árabes em todo o mundo e, principalmente, de Israel e dos Territórios (KAUFMAN, 2017).

As OSCs, em sua maioria, apostam no uso de mídias sociais, sendo o Facebook muitas vezes plataforma de debate e um meio de trabalhar conjuntamente. Foi criada também uma rede social exclusiva para pacificadores ativos em Israel ou Palestina, ou simpatizantes, o *Me Peace*⁷². A rede tem cerca de cinco mil inscritos. Após inscrever-se, o participante tem uma página onde pode compartilhar informações pessoais e sua relação com Israel ou Palestina e pode acessar um *feed* de notícias das publicações de grupos dentro da rede, de seus amigos e dos próximos eventos do movimento pela paz. É possível ainda visualizar e adicionar fotos e vídeos, participar de chats com quem está “do outro lado”, criar e comentar tópicos de discussão, além de acompanhar o calendário de atividade das mais de cem OSCs pela paz relacionadas no *Me Peace*.

⁷² Ver: <<http://mepeace.org/>>.

Vale igualmente recordar o episódio de maio de 2017, quando palestinos foram barrados, pela primeira vez em 12 anos, de participarem do evento alternativo ao Dia da Memória de Israel. Impossibilitados de estarem presentes, os palestinos que planejavam participar da cerimônia em Tel Aviv reuniram-se em Beit Jala para assistir ao evento, transmitido por internet. No momento em que os dois convidados palestinos iriam discursar, vídeos pré-gravados foram exibidos em Tel Aviv (GROSS, 2017).

A produção de filmes é outro meio de alcançar o público para o diálogo. O filme *Disturbing the Peace*, do diretor Stephen Apkon, conta as histórias pessoais dos fundadores de *Combatants for Peace* e apresenta a organização, seu trabalho e seus desafios atualmente. O filme recebeu vários prêmios desde seu lançamento em março de 2016 e tornou a organização conhecida internacionalmente. Como resultado, CFP foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz deste ano e os personagens do filme têm uma ocupada agenda internacional contando suas histórias pessoais e promovendo a não violência.

Outro filme premiado internacionalmente é *One Day After Peace*, de 2012, dos diretores Erez Laufer e Miri Laufer. Foi produzido em parceria com a associação *Parents Circle* e conta a história de Robi Damelin, uma mulher israelense que decide encontrar-se com o palestino que atirou e matou seu filho enquanto servia às FDI nos Territórios Ocupados. Diante da recusa em encontrar-se com ela, Robi viaja para a África do Sul, seu país de origem, para acompanhar o Comitê de Verdade e Reconciliação e entender como os princípios usados lá podem servir ao seu próprio luto e ao conflito israelo-palestino.

3.5.3 Histórias pessoais para criar experiências positivas

Contar a própria história, ou *storytelling*, tem sido usado como ferramenta para facilitar a evolução de uma narrativa compartilhada entre indivíduos e comunidades que passaram por situações de conflito ou trauma histórico⁷³. Além de criar conexões emocionais entre o que compartilha sua história e os que a estão ouvindo, melhora a capacidade de enxergar o outro lado a partir de uma nova perspectiva, mais humanizada.

Para quebrar a segregação psicossocial, muitas OSCs têm usado a estratégia de promover grupos de compartilhamento de histórias pessoais. Decepcionado com o colapso nas

⁷³ Referência nesse sentido é o trabalho de Dan Bar-On, reunindo famílias de judeus sobreviventes ao Holocausto e descendentes de nazistas que atuaram em campos de concentração. No livro *Tell Your Life Story: Creating Dialogue Among Jews and Germans, Israelis and Palestinians* (Central European University Press, 2006), Bar-On relata, primeiramente, sua própria experiência de reconciliar-se com alemães ao ouvir suas histórias pessoais e compartilhar a própria história. Em um segundo momento, fala do desafio de promover projetos de *storytelling* entre judeus e alemães, inicialmente, e judeus israelenses e palestinos mais tarde, e dos resultados obtidos com essa estratégia.

negociações para a paz e com os poucos resultados práticos do trabalho de resistência não violenta de *Holy Land Trust*, Sami Awad entendeu que precisava conhecer melhor a experiência judaica e sua narrativa da criação do Estado de Israel. Então, foi para um retiro em Auschwitz, o *Bearing Witness Retreat*. Ficou muito impressionado ao tomar conhecimento do que aconteceu no Holocausto. Porém, também as palestras para os adolescentes judeus que ali estavam o impressionaram e incomodaram. Os palestrantes reforçavam a ideia de que o Holocausto ainda não acabou, que a comunidade judaica estará sempre sob ataque e que jamais podem confiar em ninguém afirmando desejar conviver com os judeus pacificamente. Por fim, explicaram ser esse o motivo de os jovens precisarem defender o Estado de Israel e o único meio de fazer isso é alistando-se ao exército (AWAD, 2017).

Para ele, essa experiência pessoal, como um todo, era a peça que faltava em seu entendimento do conflito. Awad voltou para Belém e decidiu trabalhar em parceria com israelenses. Hoje a organização atua primordialmente com workshops de diálogo e cura de trauma histórico por meio de *storytelling* entre alemães e judeus, e israelenses e palestinos. Awad acredita que, enquanto os líderes políticos não decidirem falar sobre paz, diálogo, com vistas a fornecer informação positiva a respeito do outro, é a estratégia mais necessária.

A história pessoal é, igualmente, a ferramenta mais usada pelas famílias enlutadas de *Parents Circle* para inspirar as pessoas a acreditarem novamente. Especialmente, os diretores da associação, Rami Elhanan e Bassam Aramin, compartilham sua história pessoal nas palestras e no trabalho educacional que fazem. Rami é filho de um sobrevivente do Holocausto. Bassam é um palestino vivendo sob ocupação. Ambos perderam suas filhas ainda crianças, em um atentado suicida e a outra vítima de um soldado israelense na Cisjordânia. Por meio das reuniões da associação, os dois tornaram-se melhores amigos. O filme *Two Sided Story*, de 2012, relata a história dessa amizade, usada hoje para quebrar estereótipos e a desumanização do outro. Elhanan (2017) reflete sobre a eficácia da estratégia:

Quando alguém mata seu filho, você tem o direito de se enfurecer. A raiva e a dor têm um poder enorme, uma energia enorme, muito parecida com a energia nuclear. Essa energia, você pode usá-la para trazer escuridão, destruição e morte, ou você pode usá-la para trazer luz e esperança. Nós usamos nossa dor. Usamos nossas histórias. Usamos o enorme respeito, de ambas as sociedades, para com pessoas como nós, para fazer a mudança acontecer. Sempre dizemos que colocamos rachaduras na parede do ódio e medo que nos divide em dois lados. Criamos uma rachadura onde a luz pode passar e acreditamos que uma pequena luz pode demover a escuridão [...] Acredito que ninguém que nos encontra e ouve nossa história permanece igual (ELHANAN, 2017, tradução nossa⁷⁴).

⁷⁴ “When someone kills your child, you are entitled to be angry. The anger and the pain have an enormous power, enormous energy, very much like nuclear energy. This enormous energy you can use it in order to bring

A ênfase nas experiências pessoais e na transformação pessoal tem crescido entre os grupos de diálogo. No filme *Disturbing the Peace*, da ONG *Combatants for Peace*, como já mencionado, o meio usado para contar a história da organização é contar a história pessoal de seus seis fundadores. O fator comum a todos foi a transformação pessoal ocorrida ao serem expostos à perspectiva e narrativa do outro, os combatentes palestinos ao conviverem com israelenses durante seu tempo de prisão, os israelenses em interações com palestinos enquanto serviam ao exército nos territórios ocupados.

De fato, CFP tem as histórias pessoais como estratégia de marketing da organização. O site possui uma aba exclusiva, chamada de *personal stories*⁷⁵, onde compartilha depoimentos de ativistas falando de como sua perspectiva em relação ao outro mudou ao participar de atividades do movimento pela paz.

Além de criar conexões emocionais, o compartilhar de experiências pessoais reforça as experiências positivas com o outro em lugar das informações estereotipadas que se tinha anteriormente.

3.5.4 Flexibilidade

Serem flexíveis quanto a locais de encontro e formas de promover atividades é a tática das OSCs para se manterem em operação. *Parents Circle*, por exemplo, possui dois escritórios, um em Israel e outro na Palestina. Assim, quando os membros do grupo são impedidos de estar em um lugar, têm a alternativa de estar no outro. *Combatants for Peace* optou por não ter um escritório oficial e a ONG opera com grupos regionais binacionais, sendo eles: Nablus-Tel Aviv, Qalailya-Tel Aviv, Belém-Jerusalém, el-Quds-Jericó-Jerusalem, Ramalá-Jerusalém, Hebron-Berseba. Cada grupo tem um coordenador israelense e um palestino e toma decisões independentes dos outros grupos, de acordo com a realidade e necessidades locais. Mensalmente, os grupos fazem atividades conjuntas em locais de Área “C” que sejam acessíveis tanto para israelenses quanto para palestinos.

Escolher áreas neutras, ou seja, acessível para o maior número de pessoas, é a estratégia usada também pela maior parte dos grupos quando pretendem promover conferências ou

darkness and destruction and death, or you can use it in order to bring light and hope. We use our pain. We use our stories. We use the enormous respect, from both societies, for people like us to make this change happen. We always say that we put cracks in the wall of hatred and fear that divides us in two sides. We create a crack where the light can come and we believe that a little light can drag away the darkness [...] I think no one who meets us, listen to us stay the same”.

⁷⁵ Ver: <<http://cfpeace.org/personal-stories/>>.

workshops de diálogo. A principal delas é Talita Cumi, um bairro de Beit Jala que, ao contrário do restante da cidade, fica na Área “C”.

Algumas OSCs optam por promover seus eventos no exterior, onde israelenses e palestinos podem reunir-se sem pressões. Contudo, essa não é uma das estratégias mais viáveis, pois para os palestinos viajarem ao exterior precisam de autorização de Israel ou cobrir os custos elevados de uma viagem a partir da Jordânia. Além disso, a locomoção encarece o trabalho exatamente em um momento em que menos dinheiro é destinado ao movimento pela paz.

3.5.5 Encontro no deserto

Como um meio de quebrar a assimetria de poder gerada pela ocupação e lidar com as barreiras psicológicas do conflito – de desumanização do outro, separação psicossocial e espacial e identidade nacional auto afirmadora, a ONG *Musalaha* promove seus encontros de diálogo no deserto. Os participantes são convidados a passarem dez dias no deserto, vivendo em tendas e se locomovendo com camelos. Durante o período, além de participarem de dinâmicas de grupo, fazem um longo percurso compartilhando um camelo entre duas pessoas – um judeu e outro muçulmano ou cristão, um palestino e outro israelense.

Nos primeiros dias, os participantes são resistentes a trabalharem juntos. No entanto, no decorrer da jornada, ao enfrentarem situações totalmente fora de suas zonas de conforto, percebem-se em posição de igualdade: dormindo na mesma tenda, compartilhando a mesma comida, andando o dia todo um ao lado do outro, precisando de ajuda para escalar montanhas ou resistir às temperaturas do deserto e percebendo no outro a mesma aparência e o mesmo cheiro após dias sem tomar banho. Então, as resistências são quebradas. Há uma ruptura pessoal e emocional e um relacionamento passa a ser construído com aquele que antes era tido como inimigo. Nos últimos dois dias, são desafiados a construir um projeto conjunto para suas comunidades, de diálogo, reconciliação ou defesa de direitos humanos.

Salim Munayer (2017), vê a localização geográfica do diálogo como a estratégia mais eficaz usada pela organização até o momento para lidar com a desigualdade de posições e com os sentimentos de desconfiança, medo e ódio.

3.5.6 Tours guiados na Cisjordânia

Para que se conheça a realidade da ocupação e sejam superados alguns dos estereótipos a respeito dos palestinos, as OSCs *Combatants for Peace*, *Kids4Peace*, *Holy Land Trust* e

Parents Circle Families Forum realizam tours guiados na Cisjordânia para israelenses e visitantes internacionais. *Wi'am* faz os mesmos tours, porém não para israelenses.

PCFF já faz os tours há um tempo em seus grupos de diálogo, no intuito de aproximar as narrativas históricas do conflito. Na metade do processo de diálogo, os participantes vão juntos a uma vila de 1948, nos arredores de Jerusalém, para ver os resultados de *Al-Nakbah*. Em seguida, visitam o *Yad Va'Shem* em Jerusalém, o memorial do Holocausto. A intenção não é comparar, mas possibilitar o conhecimento e o entendimento das origens do trauma histórico de cada sociedade.

3.5.7 Dialogar com extremos

Uma das críticas ao diálogo no contexto israelo-palestino é o fato de incluir apenas pessoas com posições moderadas no debate, resultando em uma troca de ideias entre quem pensa da mesma forma. Aqueles de posições consideradas mais extremas, como os colonos judeus ou membros do Hamas, são deixados de fora. Para Awad (2017), esses grupos ficaram marginalizados ao longo de todo o Processo de Paz e mesmo do diálogo não oficial, não porque fossem contrários ao diálogo, mas porque uma pré-condição para serem aceitos era compartilhar das mesmas ideologias.

Pensando em como resolver isso, *Holy Land Trust* começou a trabalhar com membros do Hamas, promovendo treinamento para resistência não violência. Nos últimos anos, para lidar com a radicalização de ambas as sociedades, HLT passou a convidar colonos judeus para dialogar com palestinos nas Áreas “C”, de regiões próximas dos assentamentos. Até então, 90% das pessoas envolvidas em diálogo eram de esquerda política. Agora a realidade está mudando.

Roots é uma organização parceira dos projetos de diálogo de HLT. A ONG iniciou quando o palestino Abu Awwad construiu uma pequena cabana em sua propriedade na Área “C”, próxima a Gush Etzion, um dos maiores assentamentos na Cisjordânia, e convidou seus vizinhos para comer, conversar e orarem juntos. Hoje, os grupos de diálogo que se formaram partem de pontos com os quais ambos concordam, como o fato de que a solução de dois Estados não é a melhor, e a partir daí discutem novas opções, em geral um debate político. Desde que começou a envolver-se com este tipo de projetos, Sami Awad (2017) percebeu que é mais fácil colocar extremistas juntos do que colocar um extremista e um secular para dialogarem. Um membro do Hamas tem mais em comum com um colono judeu do que com um palestino de esquerda política, por exemplo, e vice-versa.

3.5.8 Trabalho conjunto

O esforço de formar uma rede de OSCs não é estratégia nova, mas acentuou-se diante dos desafios atuais. Nesse sentido, relevante é a *Alliance for the Middle East Peace* – ALLMEP. Partindo do exemplo do movimento pela paz na Irlanda do Norte, a organização tem como propósito criar um fundo internacional para o movimento pela paz israelo-palestino. Projetos de lei para o fundo já foram apresentados nos Estados Unidos e no Reino Unido (ALLMEP, 2017; JTA, 2017). A proposta da ALLMEP é conseguir um orçamento anual de 200 milhões. As mais de 100 OSCs locais e internacionais trabalhando por paz associadas a ALLMEP seriam beneficiadas, caso o fundo venha a existir efetivamente.

CONCLUSÃO

A título de conclusão, pode-se retomar o objetivo deste estudo, a saber, determinar como a criação e manutenção de espaços de diálogo é afetada quando há um retrocesso nas conversas sobre paz. Para cumprir seu objetivo, este trabalho investigou 1) os principais desafios que enfrentam OSCs locais quando buscam realizar atividades conjuntas, em particular, projetos de diálogo não oficial; 2) como as dificuldades impactam os espaços de diálogo; e 3) quais estratégias são usadas pelas organizações para continuarem em operação.

O trabalho fundamenta-se em estudos de diálogo como ferramenta de diplomacia não oficial para a resolução de conflitos, de modo estabelecer contato entre sociedades em disputa quando ainda não há diálogo ou esforços de diplomacia por partes das lideranças políticas, enriquecer o debate sobre as questões do conflito, criar propostas de solução durante a fase de negociações e dar suporte a um acordo de paz, de modo a criar uma paz durável. Nesse sentido, o diálogo não oficial entre israelenses e palestinos demonstrou importante esforço para iniciar o contato entre as sociedades na década de 1980, exercendo influência tanto para o início de um processo de paz quanto para os aspectos discutidos e soluções propostas nas negociações. No entanto, no desandar das conversas para a paz, também a diplomacia não oficial se viu em deterioração.

Discutindo as iniciativas conjuntas nos últimos 17 anos, os resultados obtidos mostraram como sendo quatro os principais desafios às iniciativas de diálogo não oficial. Primeiramente, a desesperança e a apatia da população palestina e israelense afetam de forma direta o trabalho de OSCs pela paz. Como consequência, algumas deixaram de atuar em parceria com o outro lado. Entre as que continuaram, há um declínio considerável no número de pessoas envolvidas e as que participam há mais tempo não creem que isso faça diferença. Além disso, também investidores financeiros se sentem desiludidos e deixam de contribuir para focar em projetos regionais, com perspectivas de resultados melhores e mais imediatos. Logo, o movimento pela paz perde espaço como alternativa para resolver o conflito e sua atuação é quase invisível na sociedade, sendo politicamente irrelevante. A principal resposta das OSCs ainda ativas a isso é retirarem-se do diálogo como forma de ativismo político, ou focarem em técnicas de transformação de conflito, um trabalho de *grassroots* de cura de trauma histórico, reconciliação e ênfase no fortalecimento de relacionamentos pessoais e comunitários.

O segundo desafio é a segregação psicossocial e espacial. A dissuasão física imposta pela restrição de movimento, principalmente aos palestinos, compromete os projetos de diálogo, pois torna quase inexistentes os espaços compartilhados. Ainda, se as barreiras físicas

impõem dificuldades até mesmo para se chegar à primeira fase de cooperação – de contatos iniciais –, uma vez que os indivíduos são proibidos de irem até onde o outro está, então a continuidade necessária para que o diálogo avance é tarefa impossível. Portanto, enquanto as condições de segregação não forem ao menos moderadas, os espaços de cooperação estão destinados a permanecerem mínimos e estagnados.

O terceiro desafio é o criticismo dentro da sociedade palestina, definindo qualquer relação com cidadãos e instituições israelenses como normalização de uma situação anormal. A consequência mais expressiva do discurso contrário à normalização, o discurso de antinormalização, é a condenação do diálogo e daqueles que se envolvem nele como normalização, atuação subversiva, em prol da ocupação israelense e ativismo a favor do inimigo. Mais do que mal visto, o diálogo é temido como algo que ameaça a identidade nacional palestina e sua própria existência. Para que possam continuar trabalhando em parceria com israelenses, alguns palestinos impõem que só conversarão se houver concordância com suas demandas. Portanto, não aceitam indivíduos de direita política, muito menos colonos dos assentamentos. Ou seja, acaba sendo diálogo por diálogo, pois o elemento mais elementar da prática de diálogo – a troca de diferentes ideias, o ouvir e compreender àquele que pensa em discordância – nesses casos, não existe. Entre os israelenses em geral, a antinormalização, é sentida como uma forma de antissemitismo, reforçando a narrativa histórica do povo judeu. Já para o movimento pela paz, é a evidência de que não há parceiro para o diálogo. Quer dizer, a nível local, antinormalização acentua as barreiras e torna o diálogo praticamente irrealizável.

O último desafio proposto é a falta de apoio dos governos para o movimento pela paz e, não bastasse isso, a clara oposição ao seu trabalho. Isso se expressa, em particular, na sociedade israelense. Leis e propostas de lei visam OSCs em prol da paz e de direitos humanos e as acusam de trabalhar por interesses anti-Israel, a favor do inimigo ou a favor de interesses externos. Há certa pressão também nos Territórios Palestinos, embora não tão explícita e intensa. Partindo da premissa que processos de paz e reconciliação de sucesso em conflitos prolongados envolvem sociedade civil e líderes políticos agindo em conjunto, construindo a paz de cima para baixo (*top-down*), quer dizer, dos governos para seus cidadãos, e de baixo para cima (*bottom-up*), ou seja, da sociedade para influenciar decisões políticas, uma resolução pacífica não está em um futuro próximo. Na pesquisa, constatou-se que essa parceria não apenas não acontece, como movimento pela paz e governos são forças opostas, agindo por interesses diferentes e contrários.

Portanto, os resultados levam a questionar a capacidade das iniciativas de diálogo não oficial de contribuírem efetivamente para a resolução do conflito. O movimento pela paz tem

atuação marginal em ambas as sociedades, trabalha em condições extremas e, no momento em que diálogo é mais necessário, é quando menos consegue progredir. Consta-se igualmente que, se comparada à influência da sociedade civil para o Processo de Paz de Oslo, neste momento, devido à sua modesta atuação, os espaços de diálogo são irrelevantes para uma eventual retomada de negociações.

No contexto do conflito, a atual segregação em que se encontram as sociedades intensifica os obstáculos psicológicos que levam à perpetuação das hostilidades, principalmente os elementos de separação e desumanização do outro e o ver-se como superior a ele. Levando-se em consideração que a reconciliação em conflitos prolongados e intratáveis só acontece quando há inúmeros encontros entre as partes envolvidas, como foi discutido na parte teórica da pesquisa, consequentemente, a ausência de espaços compartilhados é um grande fator de continuidade dos ciclos de ódio e violência. Ainda, na desumanização do outro encontra-se justificativa, no imaginário social, para a violação constante dos direitos humanos dos palestinos, bem como para as políticas de segregação e expansão dos assentamentos israelenses na Cisjordânia. De outro lado, justificam-se também os ataques violentos de palestinos contra civis israelenses.

Por isso mesmo, apesar de estarem longe de ser instrumento de pressão política, os grupos de diálogo não oficial seguem tendo seu valor quando se fala em um conflito intratável. Com efeito, a insistência desses grupos em dialogar é prova que, mesmo em tempos desfavoráveis à paz, sua importância está só aumentando. A atual fase do conflito abre-lhes espaço para darem grande contribuição, pois a hostilidade não coloca apenas regimes políticos em oposição, mas pessoas combatendo contra pessoas. Nesse sentido, os espaços de diálogo podem ser a alternativa “fora da caixa” ao radicalismo e à violência. O diálogo tem o potencial de expor disputantes à realidade do outro, proporcionando experiências que gerem conhecimento e empatia e convertam-se em relações amigáveis. De forma lenta, mas progressiva, de indivíduo a indivíduo, de vila a vila, de bairro a bairro, de assentamento a assentamento, isso tem o potencial de transformar narrativas e transformar o *ethos* de conflito.

Também considerando as estratégias usadas pelas OSCs da pesquisa, elas mostram que, apesar dos imensos contratempos, ainda é possível encontrar caminhos para dialogar. Nesse sentido, possivelmente, a mais importante contribuição desses grupos atualmente é ver nas dificuldades um impulso para novas ideias e soluções que ainda não foram testadas. A expectativa é a de que quando a sociedade estiver pronta para buscar outra vez ideias para a paz, as *grassroots* estarão prontas a oferecê-las.

Finalmente, o movimento pela paz oferece uma narrativa alternativa, especialmente neste momento em que Israel comemora os 50 anos da Guerra dos Seis Dias, ou os 50 anos da ocupação da Palestina, e 2018, os 70 anos da criação do Estado de Israel, ou os 70 anos de *Al-Nakbah*. Em ambas as sociedades, os ativistas pela paz não deixam esquecer a narrativa do outro lado e convidam os indivíduos a considerarem essas narrativas e, quem sabe, dialogarem com elas.

Porém, diálogo, por si só, é insuficiente. Para que o modelo de paz aqui estudo se concretize – a saber, a paz que é resultado de esforços *top-down* e *bottom-up* –, fazem-se necessárias, sobretudo, lideranças políticas capazes de sincronizar as duas dinâmicas, engajando a maioria de sua população na construção da paz ao mesmo tempo em que discutem formalmente propostas de resolução. Enquanto Israel e Palestina não tiverem esse tipo de liderança, qualquer processo de paz não terá chance de prevalecer.

Não se pode descartar, contudo, o resultado observado na pesquisa que leva a questionar a contribuição efetiva de iniciativas conjuntas como instrumento de pressão política em casos como o estudado, em que esses grupos têm atividade periférica e considerada subversiva. O presente trabalho não tinha como intuito testar a hipótese de que a diplomacia *bottom-up* é benéfica em qualquer etapa de um conflito. No entanto, ao final da pesquisa, a pergunta evidencia-se e apresenta-se como uma hipótese a ser pensada e sanada no escopo de uma pesquisa futura, analisando este mesmo conflito ou outro que apresente similaridades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUZAYYAD, Ziad. Civil Society Challenges 2012. **Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture**, vol. 18, nº 2 & 3, 2012.

ADWAN, S.; BAR-ON, D.; NAVEH, E. **Side by Side: parallel histories of Israel-Palestine**. New York : The New Press, 2012.

_____.; BAR-TAL, D.; WEXLER, B. Portrayal of the Other in Palestinian and Israel Schoolbooks: A Comparative Study. **Political Psychology**, vol. xx, nº xx, 2014, p.1-17.

ALLMEP. **International Fund for Israeli-Palestinian Peace introduced to Parliament**. 18 de janeiro de 2017. Disponível em <<http://www.allmep.org/international-fund-for-israeli-palestinian-peace-introduced-to-parliament/>>. Acesso: 25 jul. 2017.

ALLPORT, Gordon W. **The nature of prejudice**. Cambridge, MA: Addison-Wesley, 1954.

APKON, S.; YOUNG, A. **Disturbing the Peace**. [Filme-vídeo]. Produção de Stephen Apkon, direção de Andrew Young. Israel, Palestina, Estados Unidos da América, 2016. 83 min.

AUERBACH, Yehudith. The Reconciliation Pyramid – a Narrative-Based Framework for Analyzing Identity Conflicts. **Political Psychology**, vol. 30, nº 2, 2009, p. 291-318.

AVIAD, Janet. **Entrevista concedida a Eliceli Katia Bonan**. Jerusalém, 21 fev. 2017.

AWAD, Sami. **Entrevista concedida a Eliceli Katia Bonan**. Belém, Cisjordânia, 05 jan. 2017.

AWERBUCH, Motty. Building Peace: an ABC of Peace Now-Palestinian Dialogue: a history of grass-roots Israeli-Palestinian dialogue. **Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture**, vol 4, nº 2, 1997.

BARNES, Catherine. Weaving the Web: Civil Society Roles in Working with Conflict and Building Peace. VAN TONGEREN, Paul. et al. (Ed.). **People Building Peace II: Successful Stories of Civil Society**. London : Lynne Rienner, 2005.

BARUCH, Hezi. Education Minister: Breaking the Silence poisons our children. **Arutz Sheva**. 11 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.israelnationalnews.com/News/News.aspx/223122>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BAR-ON, Dan. **The ‘others’ within us: a socio-psychological perspective on changes in Israeli identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. **The current situation between Israelis and Palestinians and how it has affected our research**. Disponível em: <<http://www.vispo.com/PRIME/ispalsitu.htm>>. Acesso: Set. 2015.

BAR-TAL, Daniel. From Intractable Conflict Through Conflict Resolution to Reconciliation: Psychological Analysis. **Political Psychology**, vol. 21, nº 2, 2000, p. 351-365.

BDS – Boycott, Divestment, Sanctions. **Israel's Exceptionalism: Normalizing the Abnormal**. 31 de outubro de 2011. Disponível em: <<https://bdsmovement.net/news/israel%E2%80%99s-exceptionalism-normalizing-abnormal>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. **What is BDS?** Disponível em: <<https://bdsmovement.net/what-is-bds>>. Acesso: 22 jul. 2017.

BISHARA, Azmi. Israel: **Normalising the Abnormal – Terminologies**. 30 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://azmibishara.com/Publications/Articles/2016/Normalisation-is-not-a-standalone-term-In-full,-it.aspx>>. Acesso: 16 jan. 2017.

BÖHM, D.; FACTOR, D.; GARRETT, P.. **Dialogue – A Proposal**. Disponível em: <http://www.davidbohms.net/dialogue/dialogue_proposal.html>. Acesso: abr. 2016.

BREAKING THE SILENCE. **About Us – Organization**. Disponível em: <<http://www.breakingthesilence.org.il/about/organization>>. Acesso: 20 jul. 2017.

BURGESS, H.; BURGESS, G.M. **Encyclopedia of Conflict Resolution**. Santa Barbara : ABC-CLIO, 1997.

BURTON, John W. **Conflict and Communication: The Use of Controlled Communication in International Relations**. London : Macmillan, 1969.

_____, John W. **Conflict: Resolution and Prevention**. New York : St. Martin's Press, 1990.

B'TSELEM. Separation Barrier. **B'Tselem – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories**. 2011. Disponível em: <http://www.btselem.org/separation_barrier/map>. Acesso: 15 jul. 2017.

_____. What is Area C? **B'Tselem – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories**, 2013. Disponível em: <http://www.btselem.org/area_c/what_is_area_c>. Acesso: 15 jul. 2017.

_____. Background on the Gaza Strip. **B'Tselem – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories**, 2014. Disponível em: <http://www.btselem.org/gaza_strip>. Acesso: 15 jul. 2017.

_____. Checkpoints, Physical Obstructions, and Forbidden Roads. **B'Tselem – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories**. 2017. Disponível em: <http://www.btselem.org/freedom_of_movement/checkpoints_and_forbidden_roads>. Acesso: 15 jul. 2017.

CATHOLIC HERALD. **Catholic leaders in Congo hail Church-mediated peace deal**. 14 janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.catholicherald.co.uk/news/2017/01/04/catholic-leaders-in-congo-hail-church-mediated-peace-deal/>>. Acesso: 29 mai. 2017.

CHAZAN, Naomi. Democratic Recession and the Changing Contours of Civil Society in Israel. **Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture**, vol. 18, nº 2 & 3, 2012.

COHEN, Gili. 225 Palestinians Barred From Entering Israel for Joint Memorial Day Ceremony. **Haaretz**, 29 de abril de 2017. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/israel-news/1.786233>>. Acesso: 30 abr. 2017.

DAVIDSON, W. D., MONTVILLE, J. V. Foreign policy according to Freud. **Foreign Policy**, vol. 45, 1981-1982, p. 145-57.

DAVIES, J.; KAUFMAN, E., eds. **Second Track / Citizens Diplomacy: concepts and techniques for conflict transformation**. Oxford : Rowman & Littlefield Publishers, 2002.

ECCP – European Center of Conflict Prevention. **People Building Peace: 35 Inspiring Stories from Around the World**. Hague : International Books, 1999.

DEMANT, Peter. Unofficial Contacts and Peacemaking: Israeli-Palestinian Dialogue, 1967-1993. LAZIN, F.; MAHLER, G. (Ed.). **Israel in the Nineties: development and Conflict**. Gainesville : University Press of Florida, p. 73-104, 1996.

ELDAR, Shlomi. Israeli, Palestinian teens open back channel via Facebook. **Al-Monitor**. 2016. Disponível em: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/05/israel-gaza-social-media-facebook-youth-communication.html?utm_source=Boomtrain&utm_medium=manual&utm_campaign=20160518&bt>. Acesso: mai. 2016.

ELHANAN, Rami. **Entrevista concedida a Eliceli Katia Bonan**. Beit Jala, Cisjordânia, 06 fev. 2017.

FISCHER, Martina. Civil Society in Conflict Transformation: Strengths and Limitations. AUSTIN B.; FISCHER, M.; GIESSMANN, H.J. **Advancing Conflict Transformation: The Berghof Handook II**. Opladen | Framington Hills : Barbara Budrich Publishers, 2011.

FISHER, Ronald J. **Interactive Conflict Resolution**. New York : Syracuse Uni. Press, 1997.

_____. Interactive conflict resolution: dialogue, conflict analysis and problem solving. SANDOLE, Dennis. et al. (Eds.). **Handbook of Conflict Analysis and Resolution**. London : Routledge, 2009.

GALTUNG, Johan. Three approaches to peace: peacekeeping, peacemaking, and peacebuilding. GALTUNG, Johan (Ed.). **Peace, war and defense: essays in peace research**. Copenhagen : Christian Ejlers, p. 282-304, 1976.

_____; FISCHER, D. **Johan Galtung: Pioneer of Peace Research**. New York | Dordrecht | London : Springer, 2013.

GREEN, Yehudit. The Impact of Dialogue. **Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture**, vol. 3, n. 3 & 4, 1996. Disponível em: <<http://www.pij.org/details.php?id=532>>. Acesso: mai. 2016.

GROSS, Judah Ari. Palestinians Barred from Israeli-Palestinian Memorial Servic. **Times of Israel**, 01 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.timesofisrael.com/palestinians-barred-from-israeli-palestinian-memorial-service/>>. Acesso: 05 mai. 2017.

HAARETZ. **Editorial – Combatants for hate**. 03 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/opinion/editorial/1.786883>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

HALEES, Riyad Al. **Depoimento concedido a Eliceli Katia Bonan**. Al-Walaja, Cisjordânia, 17 fev. 2017.

HERZOG, S.; HAI, A. What do people mean when they say ‘People-to-People’? **Palestine-Israel Journal of Economics, Politics and Culture**, vol. 12, nº 4, 2006, p. 8-15.

IAM. **Why IAM?** Disponível em: <[http://www.israel-academia-monitor.com/index.php?type=get_page&page_data\[id\]=9363&page_type=4&cookie_lang=en&the_session_id=b95228ac3554153b5ceeac3c6a2afc07](http://www.israel-academia-monitor.com/index.php?type=get_page&page_data[id]=9363&page_type=4&cookie_lang=en&the_session_id=b95228ac3554153b5ceeac3c6a2afc07)>. Acesso: 20 jul. 2017.

IISS – International Institute for Strategic Studies. **The Armed Conflict Survey 2017**. London : IISS, 2017. Disponível em: <<http://www.iiss.org/en/publications/acs/by%20year/armed-conflict-survey-2017-8efc>>. Acesso em: abr. 2017.

IM TIRTZU. **The movement – About Us**. Disponível em: <<https://imti.org.il/en/about-us/movement/>>. Acesso: 20 jul. 2017.

_____. **Foreign Agents Report 2015**. Abril de 2016. Disponível em: <<https://imti.org.il/wp-content/uploads/2016/04/Foreign-Agents-Report.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

JOHN, A.W.; KEW, D. Civil Society and Peace Negotiations: Confronting exclusions. **International Negotiations**, nº 13, p. 11-36, 2008. Disponível em: <<http://www.american.edu/sis/faculty/upload/wanis-kew-civil-society-and-peace-negotiations.pdf>>. Acesso: 29 mai. 2017.

JTA – Jewish Telegraphic Agency. **Congressmen introduce bill to create Israeli-Palestinian peace fund**. 28 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://www.jta.org/2017/02/28/news-opinion/politics/congressmen-introduce-bill-to-create-israeli-palestinian-peace-fund>>. Acesso: 25 jul. 2017.

KAUFMAN, Edy. Dialogue Based Processes: A Vehicle for Peacebuilding. TONGEREN, Paul van. et al. (Ed.). **People Building Peace II: Successful Stories of Civil Society**. London: Lynne Rienner Publishers, 2005.

_____. **Entrevista concedida a Eliceli Katia Bonan**. Rio de Janeiro, 20 jul. 2016.

_____.; HASSASSIAN, M. Understanding our Israeli/Palestinian conflict and searching for its resolution. **University of Maryland Course Hero**, 2013. Disponível em: <<https://www.coursehero.com/file/9423387/Kaufman-Hassassian-Understanding-Our-Israeli-Palestinian-Conflict-and-Searching-for-Its-Resoluti/>>. Acesso: jun. 2017.

KELMAN, Herbert C. The Problem-Solving Workshop in Conflict Resolution. In: MERRITT, Richard (ed.). **Communication in International Politics**. Illinois : University of Illinois, 1972.

_____. Reconciliation as Identity Change: a Social-Psychological Perspective. BAR-SIMAN, Yaacov (Ed.). **From Conflict resolution to reconciliation**. UK : Oxford University Press, 2004.

_____. Interactive Problem Solving: Changing Political Culture in the Pursuit of Conflict Resolution. **Peace and Conflict**, n. 16, p. 389-413, 2010.

_____. Social Psychology and the Study of Peace: Personal Reflections. TROPP, L. (Ed.). **The Oxford handbook of intergroup conflict**. New York : Oxford University Press, 2012.

KIMMERLING, B.; MIGDAL, J. **Palestinian People : A History**. Cambridge : Harvard University Press, 2003. p. 355-397.

LEDERACH, John Paul. **Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies**. Washington, DC : United States Institute for Peace, 1997.

_____. **The Journey Toward Reconciliation**. Scottsdale, US : Herald Press, 1999.

_____. **Transformação de conflitos**. São Paulo : Palas Athenas, 2012.

LIEBES, T.; KATZ, E. Staging Peace: Televised Ceremonies of Reconciliation. **The communication Review**, vol. 2, nº 2, 1996, p. 235-257. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/10714429709368558>>. Acesso: 27 mai. 2017.

MERLE, Marcel. **Sociologia das Relações Internacionais**. Brasília : Unb, 1981.

MUNAYER, Salim. **Entrevista concedida a Eliceli Katia Bonan**. Jerusalém, 18 jan. 2017.

MUSLIH, Muhammad. Palestinian Civil Society. **Middle East Journal**, vol. 47, nº 2, p. 258-274, 1993.

NICOLA, Usama. **Entrevista concedida a Eliceli Katia Bonan**. Belém, Cisjordânia, 04 jan. 2017.

NGO MONITOR. **Report Categories**. Disponível em: <<http://www.ngo-monitor.org/reports/>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

NUSSEIBEH, Sari. **Entrevista concedida a Eliceli Katia Bonan**. On-line, 21 de out. 2016.

PACBI – Palestinian Campaign for the Academic and Cultural Boycott of Israel. Debating BDS: On Normalization and Partial Boycotts. **BDS Movement**, 4 de janeiro de 2012. Disponível em: <<https://bdsmovement.net/news/debating-bds-normalization-and-partial-boycotts-1>>. Acesso: 22 jul. 2017.

PAPPE, Ilan. **A History of Modern Palestine: One Land, Two Peoples**. Cambridge : Cambridge University Press, 2006, 2ª ed., p. 272-286.

PCFF. **The Parents Circle Families Forum Introduction**. Disponível em: <<http://www.theparentscircle.com/Content.aspx?ID=2#.WXeZlYjyvIU>>. Acesso: 05 jul. 2017.

PCR – The Palestinian Center for Rapprochement Between People. **PCR History**. Disponível em: <<https://www.rapprochement.org/index.php/about-us/history>>. Acesso: 22 jul. 2017.

PEACE NOW. Data – Population. **Peace Now**, 2017. Disponível em: <<http://peacenow.org.il/en/settlements-watch/settlements-data/population>>. Acesso: jul. 2017.

PELED-ELHANAN, Nurit. **Palestine in Israeli School Books: Ideology and Propaganda in Education**. London : Tauris Academic Studies, 2012.

PELED, Yoav. Civil Society in Israel. **Palestine-Israel Journal of Economics, Politics and Culture**, vol. 12, nº 1, 2005. Disponível em <<http://www.pij.org/details.php?id=325>>. Acesso: mai. 2016.

PIJ – PALESTINE-ISRAEL JOURNAL. **Young Voices from Jerusalem**, vol. 21, nº 2, 2015.

PSR – Palestinian Center for Policy and Survey Research. **Palestinian-Israeli Pulse: A joint Poll**. Fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://www.pcpsr.org/en/node/678>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

PUNDAK, Ron. Looking Back: An Evaluation of People-to-People. **Palestine-Israeli Journal of Politics, Economics and Culture**, vol. 12 e 13, nº 4 e nº 1, 2005-6, p. 34-38.

_____. More Relevant Than Ever: People-to-People Peacebuilding Efforts in Israel and Palestine. **Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture**, vol. 18, n. 2 & 3, 2012, p. 46-53.

QUMSIYEH, Mazin. **Entrevista concedida a Eliceli Katia Bonan**. Belém, Cisjordânia, 10 jan. 2017.

REIMANN, Cordula. Assessing the State-of-the-Art in Conflict Transformation. AUSTIN, A.; FISCHER, M.; ROPERS, N. (Eds.). **Transforming Ethnopolitical Conflict: The Berghof Handbook**. Berlin : Berghof Foundation, 2004. Disponível em: <<http://www.berghof-handbook.net>>. Acesso: mai. 2016.

ROPERS, Norbert. From Resolution to Transformation: The Role of Dialogue Projects. A.; FISCHER, M.; ROPERS, N. (Eds.). **Transforming Ethnopolitical Conflict: The Berghof Handbook**. Berlin : Berghof Foundation, 2004. Disponível em: <<http://www.berghof-handbook.net>>. Acesso: mai. 2016.

ROTHBART, Meredith. **Entrevista concedida a Eliceli Katia Bonan**. Jerusalém, 14 fev. 2017.

ROTHMAN, Jay. **Resolving Identity-Based Conflict**. San Francisco : Jossey-Bass Publishers, 1997.

SALEM, Walid. The Anti-Normalization Discourse in the Context of Israeli-Palestinian Peace-Building. **Palestine-Israel Journal of Economics, Politics and Culture**, vol. 12, nº 1, 2005. Disponível em: <<http://www.pij.org/details.php?id=334>>. Acesso: mai. 2016.

_____. Civil Society in Palestine: Approaches, Historical Context and the Role of the NGOs. **Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture**, vol. 18, nº 2 & nº 3, 2012, p. 17-23.

SCHENKER, Hillel. **Entrevista concedida a Eliceli Katia Bonan**. Jerusalém, 03 jan. 2017.

SCHLOMO, Ben-Ami. **Scars of War, Wounds of Peace: The Israeli-Arb Tragedy**. Oxford : Oxford University Press, 2007, p. 241-282.

SHAUL, Yehuda. Netanyahu wants to repress my group, Breaking the Silence. **The Guardian**. May, don't help him. 8 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/feb/08/netanyahu-breaking-the-silence-israel-theresa-may>>. Acesso: 20 jul. 2017.

SHERWOOD, Harriet. Academic claims Israeli school textbooks contain bias. **The Guardian**. Agosto de 2011. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2011/aug/07>>. Acesso: 05 jul. 2017.

SULLIVAN, Denis J. NGOs in Palestine: Agents of Development and Foundation of Civil Society. **Journal of Palestine Studies**, vol. 25, n. 3, p. 93-100, 1996.

VAN TONGEREN, Paul. et al. (Ed.). **People Building Peace II: Successful Stories of Civil Society**. London : Lynne Rienner, 2005.

VENTURI, Bernardo. Civil Society Organizations and Conflict Resolution: Moldova-Transnistria. **International Journal on World Peace**, vol. 28, n. 2, p. 7-34, 2011.

VIEIRA, O. V.; DUPREE, A. S. **Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos humanos**. SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos, vol. 1, n. 1, p. 48-69, 2004.

WHITE, Gordon. Civil Society, Democratization and Development: Clearing the Analytical Ground. BURNELL, P.; CALVERT, P. (Ed.). **Civil Society in Democratization**. London : Frank Cass, p. 5-21, 2004.

WILLSCHER, Kim. Paris peace conference agrees on two-state solution in Mideast — but neither Israel nor Palestinians take part. **Los Angeles Times**. Janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.latimes.com/world/la-fg-france-mideast-conference-20170115-story.html>>. Acesso: jun. 2017.

YISHAI, Yael. Civil Society in Transition: Interest Politics in Israel. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, vol. 555, p. 147-162, 1998.

YOUNG, Holly. Israel: 'Some NGOs are seen as the enemy from the inside'. **The Guardian**. 11 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2016/may/11/israel-some-ngos-are-seen-as-the-enemy-from-the-inside>>. Acesso: 20 jul. 2017.

ZOUGHBI, Zoughbi. **Entrevista concedida a Eliceli Katia Bonan**. Belém, Cisjordânia, 14 jan. 2017.

ANEXO 1

Descrição longa das OSCs desta pesquisa

Peace Now é uma organização não governamental israelense de esquerda política. Criada em 1978, tem o objetivo de influenciar a opinião pública para a solução do conflito com palestinos. Convicta de que as decisões políticas são suscetíveis à opinião pública, procura garantir que as questões relacionadas à paz permaneçam na agenda política e no discurso público. É a mais antiga OSC israelense trabalhando por paz e uma das mais significantes. Foi a primeira organização a quebrar as barreiras e promover diálogo não oficial com palestinos, nos anos 1980, e a promover eventos massivos juntamente com lideranças palestinas para demonstrar suporte ao Processo de Paz, nos anos 1990. Tem uma clara agenda política e defende uma solução de dois Estados para dois povos, com base nas fronteiras de 1967, incluindo trocas de terras para resolver a questão dos assentamentos e Jerusalém como uma capital para dois povos. O foco principal de atuação da ONG nos últimos 10 anos é a vigilância dos assentamentos israelenses na Cisjordânia, apresentando relatórios internacionais e indo para a Suprema Corte em Israel para denunciar aqueles que são ilegais também pela lei israelense, como o recém desativado assentamento de Amona. Ainda, organiza protestos e manifestações, tours de israelenses para a Cisjordânia, dentre outras ações.

Musalaha, reconciliação, em árabe, é uma organização não governamental e de orientação religiosa cristã com objetivo de promover a reconciliação entre israelenses e palestinos por meio do diálogo inter-religioso e inter-étnico, de modo a criar condições para a coexistência pacífica. Fundada em 1994, pelo palestino-israelense (árabe com cidadania israelense) Salim Munayer, é registrada em Israel e tem sede em Jerusalém Oriental. Promove encontros de diálogo nos desertos do Sinai e do Negev em Israel ou na Jordânia. Em uma atmosfera neutra e em que estão todos na mesma posição – enfrentando as dificuldades de uma travessia de 10 dias no deserto – os participantes trabalham juntos para negociar as diferenças e encontrar uma possibilidade de comunicação aberta com aquele visto anteriormente como inimigo. Além disso, a ONG também promove conferências, acampamentos com jovens e crianças, publicação de livros, ensino sobre questões culturais e treinamento de lideranças locais para promoção da paz. Os participantes dos encontros são, em geral, religiosos – judeus, muçulmanos e cristãos, israelenses e palestinos, com posições políticas de esquerda, centro e centro direita. Promovem encontros específicos para mulheres como forma de incentivar a inclusão de mulheres palestinas nas atividades e diálogos.

Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture é uma organização não governamental de publicação acadêmica quadrimestral. Foi fundada em 1994 por dois jornalistas – o palestino Ziad AbuZayyad e o israelense Victor Cygielman, durante as primeiras fases do processo de Oslo, para encorajar o diálogo entre as sociedades civis israelense e palestina, de modo a discutirem as questões centrais da disputa e alargar a base de apoio à paz. Propõe-se a ser um meio de comunicação em que sempre está presente a perspectiva dos dois lados, dialogando uma com a outra. Para garantir isso, o periódico é coordenado por dois editores chefes e dois gerentes, um israelense e um palestino. Cada edição tem um foco principal e procura debater e propor soluções viáveis a tópicos como: água, ambiente, educação para a paz, direitos humanos, direito de retorno, identidades nacionais, narrativas coletivas, assentamentos, status de Jerusalém, religião e política, pós-Oslo, refugiados, papel das mulheres e jovens, efeitos do conflito sobre saúde mental, segurança regional, papel da comunidade internacional e opinião pública. A circulação é de 3.500 exemplares impressos e o periódico estima um alcance de três vezes este número, ou seja, cerca de 10 mil pessoas. Os exemplares são enviados para políticos, formadores de opinião, OSCs e para a mídia em geral. A opinião oficial é uma solução política de dois Estados baseado nas fronteiras de 1967, com Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental como Estado Palestino, e Jerusalém uma capital compartilhada entre dois povos. Atualmente, estão envolvidos com um projeto em parceria com a embaixada e Ministério de Relações Exteriores da Irlanda para trocar informações e conhecimentos sobre a sociedade civil participando da resolução do conflito. Participam do periódico 32 membros do conselho editorial – 16 israelenses, 16 palestinos – que são acadêmicos e intelectuais, formadores de opinião e tomadores de decisões políticas, ativistas de outras OSCs, profissionais de áreas diversas, como jornalistas, empresários, advogados, estudantes e outros, com voz

crítica sobre as decisões relacionadas ao conflito entre Israel e Palestina. Convidados locais e internacionais também contribuem a cada edição. Além da publicação impressa e virtual, promove eventos públicos antes e depois de cada publicação para a discussão do tópico de cada periódico, reuniões a cada seis semanas entre os membros do conselho editorial para diálogo e debate e ainda conferências locais e internacionais discutindo os temas mencionados acima.

Wi'am: The Palestinian Conflict Transformation Center é uma organização não governamental palestina, com sede em Belém, fundada em 1994. *Wi'am*, em árabe, significa “relações cordiais” e o objetivo da OSC é desenvolver boas relações para que se crie uma cultura local de paz e reconciliação. Na década de 1990, essas relações envolviam diálogo com israelenses. Contudo, após a Segunda Intifada o diálogo foi interrompido e o foco da ONG hoje é ajudar a resolver disputas dentro da comunidade palestina a partir de um modelo árabe tradicional de mediação, conhecido como *Sulha*. Além disso, desenvolve programas para ajudar crianças, jovens e mulheres a lidar com as consequências econômicas, psicológicas e fisiológicas da hostilidade. Desde sua fundação, é dirigida por Zoughbi Zoughbi. A promoção do diálogo é listada como um dos valores e atividades do grupo e a ONG promove ocasionalmente encontros de diálogo inter-religioso, mas não relacionado ao conflito. Além disso, promove projetos com crianças (acampamentos, excursões, atividades educacionais e de recreação), tours guiados na Cisjordânia para turistas internacionais, programa de criação de trabalho para mulheres e jovens, manifestações e protestos não violentos.

Parents Circle Families Forum é uma associação comunitária conjunta, com sede em Tel Aviv e Beit Jala, que envolve cerca de 620 famílias que perderam um familiar próximo como resultado do conflito prolongado. Fundada em 1995 por famílias enlutadas, surgiu como resposta à necessidade de reconciliação das famílias com a nação “inimiga” como única forma tanto de, num nível pessoal, enfrentar o luto, como de, num nível político, manter um eventual acordo de paz, evitando novos ciclos de violência a partir dos traumas sofridos. O diálogo iniciou entre famílias israelenses e famílias da Faixa de Gaza, porém esse contato foi interrompido desde a Segunda Intifada e o grupo expandiu-se para incluir famílias palestinas de Jerusalém Oriental e da Cisjordânia. O objetivo de PCFF é promover reconciliação e moldar a opinião pública ao entendimento de que a paz só é possível quando existe diálogo. Também se propõe a trabalhar para o fim da violência e alcançar um acordo político viável e amplamente aceito, influenciando o público e decisores políticos. Além das reuniões de diálogo entre as famílias enlutadas, promove reuniões de diálogo entre jovens israelenses e palestinos que nunca encontraram o outro lado. Possui um programa de encontros para compartilhar narrativas pessoais, o qual envolve israelenses e palestinos de diferentes backgrounds. Nos últimos cinco anos, aconteceram 73 desses grupos. Promove eventos públicos, manifestações e protestos e palestras em escolas. Essas palestras alcançam 25 mil jovens todo ano, de acordo com o site da associação. Produz filmes e documentários com histórias pessoais das famílias enlutadas.

Holy Land Trust é uma organização não-governamental palestina, fundada em 1998, com sede em Belém, Cisjordânia. O fundador e atual diretor da ONG é Sami Awad, cuja família tem uma longa história de envolvimento com a resistência não violenta na região. A organização foi criada durante o Processo de Paz de Oslo para atuar com resistência não violenta, na forma de protestos e ativismo político para chamar atenção às questões de direito civil e direitos humanos dos palestinos. Contudo, após o colapso de Oslo, mudou de estratégia. Parte dessa mudança ocorreu depois da participação de Sami Awad em um retiro em Auschwitz, na Polônia, o *Bearing Witness Retreat*, sobre as vítimas do Holocausto. Toda a visão que tinha do conflito mudou a partir daquele momento e Awad passou a olhar para a disputa menos como uma disputa política e mais como um conflito de duas narrativas históricas, baseadas em medo, vitimização e ódio. Desde então, a HLT redefiniu-se como um grupo de promoção e facilitação de workshops de diálogo, envolvendo alemães, israelenses e palestinos, com foco naqueles com posições religiosas e políticas mais extremas, ou seja, os que normalmente não dialogam. Hoje, além do trabalho focado em diálogo com vistas à cura de trauma histórico e mudança de narrativa, a ONG também atua em parceria com a organização *Roots*, na qual colonos judeus encontram-se para dialogar com palestinos das Áreas “C”. Antes, mais de 90% dos israelenses participando de diálogo eram de esquerda política. Hoje a realidade começa a mudar pela atuação desses grupos. Além disso, ainda promove programas diversos com jovens palestinos vivendo na Cisjordânia, Gaza e Israel, de

formação política e social, e promove atividades culturais diversas na Cisjordânia. A ênfase em não violência continua e a ONG já deu treinamentos para membros do Hamas sobre resistência não violenta.

Kids4Peace é um movimento internacional, inter-religioso, de jovens e famílias, fundado em 2002, cujo objetivo é promover diálogo e criar relacionamentos entre jovens israelenses, palestinos e norte-americanos de 12 a 18 anos por meio de um programa de seis anos de duração. O programa dá-se por meio de pequenos grupos com mesmo número de cristãos, judeus e muçulmanos, os quais se reúnem semanalmente para conversar sobre questões relacionadas a identidade, família, comunidade e, por fim, identidade nacional e o conflito. Ainda, participam de acampamentos anuais e de workshops que preparam os jovens para carreira política, diplomática ou para o ativismo pela paz. O diálogo é primeiramente inter-religioso e foca nos elementos comuns aos jovens: a fé e a conexão de suas crenças com Jerusalém e com a Terra Santa. Nos seminários e workshops, aprendem sobre tradições religiosas e culturais, desenvolvimento de liderança, construção de comunidade e resolução de conflitos. No fim do programa, alguns são enviados para Washington para treinamento em advocacia diplomática. Ainda, promove debates, palestras, visitas às comunidades religiosas em Israel e *home hospitality*, onde os jovens passam um fim de semana com a família de um dos seus colegas, de uma religião diferente da sua. Os palestinos são majoritariamente de Jerusalém Oriental ou outras cidades de Israel. A inserção de jovens da Cisjordânia começou há poucos anos. Cerca de 400 das famílias registradas são ativas regulamente nas ações e projetos do movimento, o que significa algo em torno de mil participantes ativos. Atualmente, o financiamento do movimento vem da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID.

Combatants for Peace é uma organização não governamental, fundada em 2006, que se denomina como binacional, tendo codiretoria israelense e palestina. Iniciou como um movimento de não violência de ex-combatentes palestinos e ex-soldados israelenses. Por meio do diálogo e de atividades conjuntas, a ONG trabalha para acabar com a ocupação israelense nos territórios e para ser uma alternativa às ações armadas. Tem como missão construir um grupo de ativistas capazes de influenciar as comunidades onde vivem para a convivência pacífica, promover a coexistência binacional e não violenta e, em grande escala, influenciar o público, bem como os tomadores de decisão política sobre a possibilidade de diálogo para a paz. Não possui um escritório oficial fixo. Organiza-se em forma de grupos que se encontram a cada 15 dias em Jerusalém Ocidental e Oriental (Al-Quds), Jericó, Ramalá, Tel Aviv, Qalqilyah, Nablus, Berseba, Hebron, Belém. Cada grupo israelense tem seu parceiro na Cisjordânia, e vice-versa. Ou seja, um dos grupos é o Jerusalém-Jericó, outro é Tel-Aviv-Nablus, etc. As reuniões têm o propósito, primeiramente, de promover diálogo e compartilhar histórias pessoais de cada participante e também de criar uma agenda de atividades conjuntas. Alguns desses grupos são específicos para diálogo entre mulheres. Realiza, ainda, tours para israelenses na Cisjordânia para ver o Muro e conhecer a realidade da ocupação, visitas e apoio a propriedades palestinas na área “C” como forma de evitar a construção de novos assentamentos, manifestações e protestos, solenidade anual do Dia da Memória Israelense e Palestina. Cerca de 150 pessoas participam regularmente dos grupos familiares e de outras atividades de CFP. As manifestações promovidas mensalmente em parceria com outras OSCs contam, em média, com a presença de 700 pessoas. A organização não tem um número expressivo de participantes ativos, contudo está ganhando espaço internacionalmente por meio do filme documentário *Disturbing the Peace*, do diretor Stephen Apkon, o qual conta a história da organização e seus fundadores. Ainda, tem expressão internacional por ter sido indicada ao Prêmio Nobel da Paz de 2017.